

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**O BAIRRO DO CAJU:
A CONSTRUÇÃO DE UMA PERIFERIA EMPOBRECIDA**

ELIANE BAPTISTA ALVES

Orientadora: Prof^a. Dra. Mônica Sampaio Machado

Rio de Janeiro
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

M298 Eliane, Baptista Alves
O Bairro do Caju : A Construção de uma periferia
empobrecida / Eliane Baptista Alves. - 2007

Orientador: Prof^a. Dra. Mônica Sampaio Machado.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado
do Rio Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2007.
Bibliografia:.

1. Bairro. História Territorial. Rio de Janeiro. Bairro do Caju.
Favela. Complexo

CDU 991:63

Eliane Baptista Alves

O Bairro do Caju: A construção de uma periferia empobrecida

Dissertação, apresentada ao curso de Pós- Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração:

Aprovada em abril de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Mônica Sampaio Machado - Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Geografia UERJ.

Prof. Dr. João Baptista de Mello
Programa de Pós-Graduação em Geografia UERJ

Prof. Dra. Susana Mara Miranda Pacheco
Programa de Pós-Graduação em Geografia UERJ.

Prof^a. Dra. Cristina Pessanha Mary
Departamento de Geografia UFF.

Agradecimentos:

A tantos que comigo trilharam as vias da decisão, da elaboração e da conclusão deste trabalho, agradeço a estimulante e carinhosa companhia. De tão grande elenco, selecionei alguns nomes.

À Prof^ª. Dra. Mônica Sampaio Machado, orientadora desde o primeiro momento.

À minha família, pela tolerância às minhas inquietações.

À comunidade do bairro do Caju que me abriu os braços e coração contribuindo com subsídios para esse trabalho.

Aos meus amigos que perdoaram minhas ausências e torcem pelo meu sucesso.

A Pedro, com quem divido meu caminho, ambições e incertezas.

Aos professores da UERJ, pelos esclarecimentos que me permitiram concretizar este trabalho.

DEDICATÓRIA

À minha mãe Wilma e ao meu pai Neuton (in memoriam).

RESUMO

Esta dissertação que tem como objeto de estudo o bairro do Caju, Rio de Janeiro, procura refletir sobre sua atual configuração espacial. No desenvolvimento do trabalho, primeiramente, será apresentada uma breve discussão conceitual sobre história territorial e bairro. As considerações aqui tecidas procuram não apenas articular os capítulos da dissertação, como também estabelecer seus limites e sustentar as questões que orientaram a investigação. Em segundo lugar, será apresentada a história da ocupação e uso do que hoje se denomina o bairro do Caju, desde o Brasil Colônia até os dias atuais. O objetivo aqui foi produzir um material organizado sobre a história territorial do bairro, uma vez que, pela sua condição de exclusão, o Caju não tem sido objeto de preocupação intelectual. Por último, serão explorados os dados oficiais que caracterizam o bairro, assim como fragmentos do cotidiano de seus moradores. Foram então recolhidos depoimentos de moradores e líderes comunitários, assim como representações espaciais do bairro, através de desenhos de crianças.

Esta dissertação procura, sobretudo, registrar a construção do território do Caju e a vida no bairro, como uma maneira de retribuir às comunidades do Caju a interlocução e o apoio por mim recebido dos seus moradores durante os 26 anos de trabalho no bairro.

Palavras-chave: Bairro. História Territorial. Rio de Janeiro. Bairro do Caju. Favela. Complexo.

ABSTRACT:

This dissertation, having as study object the neighbourhood of the Caju, Rio de Janeiro, tries to contemplate its current space configuration. Along this dissertation, firstly, it will be presented a brief conceptual discussion on territorial history and neighbourhood. The considerations here woven not just to try to articulate the chapters of the dissertation, as well as to establish their limits and sustain the subjects that guided the investigation. In second place, it will present the history of the occupation and the use of what is called the neighbourhood of the Caju, from colonial Brazil to the current days. The objective was to produce and organize some research on the territorial history of the neighbourhood, once, because of its condition of exclusion; the Caju has not been object of intellectual concern. Last, the official data that characterize the neighbourhood will be explored, as well as fragments of the daily routine of the residents. Residents and community leader's statements were collected, as well as space representations of the neighbourhood, through children's drawings.

This dissertation seeks, above all, to register the construction of the territory of the Caju and the life in the neighbourhood, as a way of rewarding the communities of the Caju for the attention and the support for me received during the 26 years of work in the neighbourhood.

Neighbourhood. Territorial history. Rio de Janeiro. Neighbourhood of the Caju. Slum. Complex.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	1
1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS	
1.1. HISTÓRIA TERRITORIAL	4
1.2. BAIRRO	9
2. A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DO BAIRRO DO CAJU	
2.1. APRESENTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO	22
2.2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS: ÍNDIOS, PORTUGUESES, FRANCESES E JESUÍTAS NA DISPUTA PELAS TERRAS DE SÃO CRISTÓVÃO	28
2.3. A FORMAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO CRISTÓVÃO	35
2.4. O BAIRRO DO CAJU: DA PERIFERIA ENOBRECIDA AO USO SUJO	38
2.4.1. A Casa de Banhos de D. João VI	40
2.4.2. A implantação dos cemitérios, dos hospitais de doenças infecto-contagiosas e do aterro sanitário.	46
2.5. A PROLETARIZAÇÃO DO BAIRRO	
2.5.1. A colônia de pescadores de migrantes portugueses e espanhóis	51
2.5.2. As primeiras fábricas	56
2.5.3. O porto e a indústria naval	60
2.6. A FORMAÇÃO E EXPANSÃO DAS FAVELAS	
2.6.1. O processo de favelização carioca e o caso do Caju	68
2.6.2. As favelas do Caju: origem e expansão	72
2.6.3. A evasão da indústria naval e a formação do Complexo do Caju	76
3. O CAJU HOJE EM REPRESENTAÇÕES: NÚMEROS, DISCURSOS E IMAGENS DO BAIRRO.	
3.1. O Caju nos números oficiais	79
3.2. Discursos e vivências cotidianas: alguns fragmentos	87
3.3. Mapas mentais	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXOS	110

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo o bairro do Caju, Rio de Janeiro. O interesse pelo bairro surgiu por ocasião da minha atuação profissional, ao longo de 26 anos, como professora de Geografia e diretora na Escola Municipal Professora Laura Sylvia Mendes Pereira, situada no coração do bairro. Durante esses anos foi possível conhecer não apenas a geografia do Caju, mas também a história, a cultura e a política local. Esse conhecimento me permitiu transitar nas diferentes localidades, nas diversas favelas, e dialogar com líderes comunitários, representantes das associações de moradores, comerciantes, funcionários públicos, civis e militares, representantes de organizações não governamentais, entre outros.

Toda essa vivência na área me possibilitou um grande conhecimento empírico que foi complementado durante o processo de pesquisa por um amplo levantamento e análise bibliográfica e documental sobre a construção do bairro e sua inserção na cidade. Interessante foi perceber, durante esse levantamento, que o Caju havia sido muito pouco estudado e a maior parte da literatura recente sobre o bairro estava associada à palavra *complexo*, complexo de favelas, conjunto de comunidades pobres e seus inúmeros problemas cotidianos. A construção e consolidação do Caju como hoje se apresenta não constava como tema de estudo, o que me levou a refletir sobre a história e a geografia do bairro e a procurar produzir um material que pudesse resgatar sua formação, que remonta ao século XVI.

A ocupação da área hoje conhecida como Caju tem seu início nos tempos coloniais. Localizada próximo ao núcleo original da cidade e debruçada sobre a Baía de Guanabara, o Caju constituía parte da antiga fazenda de São Cristóvão e sua história e geografia sempre estiveram a ela vinculadas. Situado na enseada de São Cristóvão, o Caju foi constituído ao longo do tempo por depósitos de sedimentação da Baía de Guanabara e por aterros artificiais, ficando assim associado às atividades portuárias, aspecto que continua tendo importância nos dias atuais.

De bairro elegante no século XIX, cuja ligação com o centro urbano se fazia por mar, o Caju passou, em algumas décadas, a ser também um bairro industrial, plenamente integrado à vida econômica da cidade. No final daquele

século várias fábricas já estavam ali instaladas, de tecido, de vidros, de vagões para estradas de ferro, assim como a primeira marcenaria de móveis de luxo da cidade. Durante o século XX, o Caju foi se tornando cada vez mais um bairro industrial, popular e populoso. Seu espaço físico foi modificado por grandes e sucessivos aterros, propiciando o estabelecimento de várias e importantes instalações portuárias, como o Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica (PAME) e os estaleiros Ishikawajima, Caneco além da Fronape e a Portobras.

Em função da crise da construção naval brasileira na década de 1980 o Caju sofre fortemente os efeitos dessa retração. Os empregos formais desapareceram e as áreas abandonadas pela atividade industrial foram ocupadas por estacionamentos e depósitos de containeres. A ocupação desordenada e a favelização do Bairro do Caju aceleraram-se também com o fechamento dos estaleiros. Apesar de subsistirem alguns empreendimentos comerciais e industriais no bairro, a maior parte da população do Caju é constituída de comunidades de baixa renda que habitam em favelas.

Conforme apontado, hoje, o bairro do Caju tem sido caracterizado pela expressão “complexo”, que vem indicar a idéia de uma grande zona de pobreza e de usos sujos. Sob a denominação de Complexo do Caju estão incluídas oito favelas, zonas de habitação de classe média baixa, empreendimentos industriais de suporte à atividade naval, terminais portuários, três unidades militares e cinco grandes cemitérios.

Buscando entender esta atual configuração espacial do Caju, assim como apresentar e discutir fragmentos do cotidiano de seus moradores, a presente dissertação de mestrado foi elaborada, primeiramente, resgatando a história de sua ocupação e uso, desde o Brasil Colônia até os dias atuais. O objetivo aqui foi produzir um material organizado sobre a história territorial do bairro, uma vez que, pela sua condição de exclusão, o Caju não tem sido objeto de preocupação intelectual.

Em segundo lugar, esta dissertação foi desenvolvida com intuito de apresentar, a partir de sua atual base territorial, a dinâmica do cotidiano de sua população. Foram, assim, recolhidos depoimentos de moradores e líderes comunitários, levantadas representações espaciais do bairro a partir do olhar dos seus moradores, registradas imagens do bairro e de suas comunidades.

Esta dissertação procura, então, registrar a construção do território do Caju e a vida no bairro, como uma maneira de retribuir às comunidades do Caju a interlocução e o apoio por mim recebido dos seus moradores durante os 26 anos de trabalho no bairro.

Costurando as partes, uma breve discussão conceitual que percorre temas como história territorial e bairro foi sistematizada. As considerações aí tecidas procuram não apenas articular os capítulos desta dissertação, como também estabelecer seus limites e sustentar as questões que orientaram a investigação. Não há pretensão, aqui, em apresentar uma discussão profunda sobre tantos temas, mas sim deixar evidente o caminho conceitual percorrido e as associações estabelecidas ao longo da pesquisa empírica. Abrindo esta dissertação, segue o capítulo conceitual.

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

1.1. HISTÓRIA TERRITORIAL

A expressão “história territorial” apresentada e desenvolvida por Antônio Carlos Robert Moraes (2000 e 2002) abre este capítulo, uma vez que oferece uma nova discussão na Geografia a respeito das relações entre geografia e história. Ao desenvolver essas relações, o autor enxerga a construção territorial como parte da história, ou seja, como parte material da história, como dimensão material e fundamental da história.

Iniciando suas argumentações sobre a relação geografia e história, Moraes (2002) considera importante ressaltar que o universo da história é mais amplo do que o da geografia. Para o autor a geografia é um produto da história. Tanto o discurso geográfico quanto a geografia material são constituídas no fluir histórico, sendo por ele explicáveis. Logo a geografia é parte da história, não podendo referir-se a ela como outro.

“Em primeiro lugar, cabe assinalar que o universo da história é, a meu ver, muito mais amplo do que o da geografia, e que, nesse sentido, a própria geografia é vista como um produto da história. Seja a geografia material objetivada no espaço terrestre, seja o discurso geográfico acerca de tais realidades, ambos constituem elementos do fluir histórico, sendo por ele explicáveis. Logo incluem-se na história, não podendo portanto reportar-se a ela como um outro. (...). Aqui, reafirma-se a historicidade como caminho de entendimento dos objetos e processos sociais, dentre eles os referentes à geografia”.¹

Entretanto, a concepção de história defendida pelo autor está sustentada na visão dialética e totalizadora, como forma associativa de pensar o real a partir das relações e conexões entre os fenômenos analisados. Esta visão opera através de um contínuo fluxo entre a universalidade e a singularidade contida nos objetos tratados. Assim, a particularidade é o campo das mediações e uma forma de abordar os fenômenos do mundo. Esta visão totalizadora, busca a explicação do específico sem isolá-lo, o que remete às apreensões angulares da realidade.

¹ Antônio Carlos Robert Moraes, Território e História no Brasil, 2002, p.26.

Nesse sentido, a geografia é vista como um modo de existir da história e a ciência geográfica como um campo de estudo, dentre outros, que desenvolve discursos específicos sobre a relação entre a sociedade e seu espaço. Segundo Moraes (2002):

“Interessa-nos aqui delinear uma visão dialética e histórica do temário clássico da Geografia humana, qual seja, a relação entre a sociedade e seu espaço. Daí a necessidade de compor uma teia de fundamentos teóricos que sustentem a posição assumida: ver a Geografia humana, em si, como uma modalidade da história”.²

Continuando sua argumentação sobre a totalidade e particularidade, Robert Moraes (2002) defende a idéia da Geografia humana como uma ciência social capaz de refletir sobre os processos de apropriação do espaço natural e a construção do espaço social. Esses processos podem ser identificados a partir de parcelas do real, do mundo material. Essas parcelas manifestariam determinações específicas, atuando como elementos mediadores do fluir histórico.

“Parte-se do entendimento da Geografia humana como ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo do tempo. Defende-se que tal processo é passível de ser identificado num corte ontológico do real, isto é, manifesta-se na realidade como determinações específicas ímpares, atuando como elemento particularizador, em si uma mediação na análise dos fenômenos históricos”.³

Como o processo de apropriação do espaço natural e construção do espaço social são exclusivos do trabalho humano, Moraes sugere que a categoria mais genérica para expressar esse processo é valorização do espaço. Nesse processo, são criadas formas que se sobrepõem no espaço geográfico expressando valores de uso e troca, que por sua vez constituem as paisagens e estas possibilitam relações sociais específicas.

“Sendo tal processo resultante exclusivo do trabalho humano, e apreendendo o trabalho como ato teleológico de incorporação e criação de valor, acata-se que a formulação categorial mais precisa e genérica para expressá-lo deva ser a *valorização do espaço*. Toda sociedade, para se reproduzir

² Antônio Carlos Robert Moraes, op. cit., p.49.

³ Antônio Carlos Robert Moraes, op. cit., p.51.

cria formas, mais ou menos duráveis, na superfície terrestre, daí, sua condição de processo universal. (...) Tais formas – que expressam uma quantidade de valor (trabalho morto) incorporado ao solo – substantivam na paisagem (congelam, em certo sentido) relações sociais específicas”.⁴

Os lugares são assim constituídos por formas espaciais herdadas e novas que configuram suas paisagens (trabalho morto) e condicionam as relações sociais, que também interferem continuamente em suas formas.⁵ Essa relação dialética entre paisagem e sociedade qualifica os lugares. Estes por sua vez, como sugere Moraes (2002), podem ser vistos como dimensões geográficas na interpretação da história humana.

“A vivência social do espaço cria rugosidades que duram mais que estímulos e objetivos que lhes deram origem. Tal característica fundamenta a condição de processo mediador, que retroage na interação com outros processos. Tem-se, assim, um espaço produzido herdado que sobredetermina continuamente o uso dos lugares, abrindo possibilidades analíticas para uma dimensão geográfica na interpretação da história humana. Assim, conceber-se a história (numa ótica geográfica) como uma progressiva reiterada apropriação e transformação do planeta, resultando numa cumulativa antropomorfização do espaço terrestre. Relações que cada vez mais complexas se entabulam entre os grupos sociais e os espaços que os abrigam, sejam os naturais ou os transformados”.⁶

Os lugares são construídos, assim, por um processo de apropriação do espaço natural e constante construção e remodelação do espaço social. Esse processo gera formas que agregam valor, uma vez que resultam do trabalho dispendido na sua elaboração e construção, e se revelam pelo uso social dado a cada momento.

⁴ Antônio Carlos Robert Moraes, 2002, p.51.

“O trabalho morto seria a paisagem. O espaço seria o conjunto do trabalho morto (formas geográficas) e do trabalho vivo (contexto social).” (Milton Santos, *Metamorfose do espaço habitado*, 1988, p.72-73).

⁵ “A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. (...). O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento Por isso a paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem” (Milton Santos, 1988, p.72).

“Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que os anima” (Milton Santos, *A natureza do espaço*, 1996, p.83).

⁶ Antônio Carlos Robert Moraes, 2002, p.52.

“O espaço produzido só é explicável em função do processo que o engendrou, e a forma criada só se revela pelo seu uso social a cada momento, este é que lhe atribui um conteúdo ao qualificá-las como um valor de uso”.⁷

O conjunto de formas naturais e sociais herdadas e construídas constitui as paisagens, nelas as sociedades se movimentam produzindo novas marcas e novos valores de uso e de troca. Esse constante processo de remodelação do espaço é o que Moraes (2002) denomina de valorização do espaço, um processo historicamente identificado de formação de um território. Entender a dinâmica de um território é, para o autor, um modo parcial de ler a história.

“(…) a valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um território. Este envolve a relação de uma sociedade específica com um espaço localizado, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado vai tornando-se uma qualidade do lugar, o quadro corográfico sendo cada vez mais o resultado de ações sociais aí desenvolvidas, obras humanas que subvertem as características naturais originais. Construções e destruições realizadas passam a fazer parte desse espaço, qualificando-o para as apropriações futuras. A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento. Enfim, um modo parcial de ler a história”.⁸

Tendo como fio condutor as reflexões acima apresentadas, considera-se a reconstituição da história territorial do Caju, uma forma de interpretação de sua história e uma contribuição para o entendimento da história da cidade do Rio de Janeiro. As considerações conceituais que envolvem o termo “história territorial” desenvolvidas por Moraes (2002) e aqui retratadas aparecem, assim, como pano de fundo desta dissertação, que tem como objeto principal a construção territorial do Caju, como caminho de entendimento do bairro hoje. O Caju, então, é visto e analisado como uma fração da história territorial da cidade do Rio de Janeiro. E como qualquer fração só pode ser entendida no contexto da cidade, que por sua vez também só se construiu estabelecendo e criando usos de frações de seu território.

⁷ Antônio Carlos Robert Moraes, op. cit., p.55.

⁸ Antônio Carlos Robert Moraes, op. cit., p.57.

O Caju foi se consolidando como bairro ao longo do tempo a partir de sucessivas intervenções que criaram formas espaciais no século XIX associadas, inicialmente, a usos de lazer de uma classe social mais privilegiada economicamente e, posteriormente, a usos “sujos”, fabris, industriais e de moradia de classes menos privilegiadas envolvidas nas prestações de serviços de baixa qualificação ao setor industrial. Ao longo da metade do século XX as favelas, que ali haviam se originado no início daquele século, sofrem um grande processo de adensamento. Este processo estava associado não apenas à crise econômica do país, principalmente na década de 1980, mas, sobretudo, às transformações econômicas, políticas e no ordenamento espacial da cidade do Rio de Janeiro, registradas desde a década de 1950.

Essas formas criadas no bairro deram uma fisionomia singular a sua paisagem. Hoje a área total do Caju está dividida em quatro grupos de uso: 30% pelas favelas, 30% pelos cemitérios, 30% pelos estaleiros, Arsenal de Guerra, Aeronáutica, RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A., DOCAS – Companhia Docas do Rio de Janeiro, COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana, entre outros, e 10% por espaços públicos e moradia de classe média baixa. Um bairro próximo ao centro da cidade, mas isolado por uma grande via expressa construída em 1947, que separa definitivamente o Caju de São Cristóvão.

Condicionada por sua paisagem construída, a população do Caju acabou estabelecendo uma identidade que lhe é própria, talvez muito similar à identidade de populações que habitam bairros periféricos no sentido sócio-econômico da cidade. O bairro surge, assim, como uma escala territorial de análise que merece ser debatida no âmbito deste trabalho.

E para dar início a essa discussão algumas questões se colocam. O bairro pode ser entendido como um território, no sentido do domínio e controle de sua população? Ou alguns bairros poderiam ser caracterizados como territórios e outros não? Sua configuração espacial e paisagem poderiam ser condicionantes do comportamento cultural da sua população? É o bairro ainda uma categoria de análise importante da cidade? Quais seriam os elementos caracterizadores do bairro? O Caju se constituiu como bairro apenas no sentido administrativo ou há de fato uma identidade sócio-espacial que permite essa

classificação?

1.2. O BAIRRO

“Uma cidade é um conjunto de bairros dos quais cada um tem sua fisionomia, resultante de sua função de seus habitantes de sua idade. Todos esses bairros, mais ou menos integrados entre si, formam a cidade. Um bairro urbano tem uma feição que só a ele pertence, uma vida particular, uma alma. (Pierre Monbeig)”.

A epígrafe acima que abre a revisão bibliográfica sobre o conceito de bairro foi retirada do clássico artigo “O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro”, de Maria Therezinha de Segadas Soares, publicado no livro que a autora organiza em conjunto com Lysia Bernardes, em 1987. Uma referência da literatura geográfica à discussão, este artigo, escrito originalmente em 1962, portanto, tendo como referência um urbano do passado, apresenta uma visão de bairro da qual parecem se desdobrar as reflexões posteriores sobre a concepção atual de bairro, principalmente, aquelas relacionadas à realidade carioca. Para que possamos começar uma recuperação conceitual sobre bairro e retomarmos a discussão desenvolvida por Segadas Soares, optamos por partir da sua etimologia.

Em termos etimológicos a palavra bairro possui uma origem controversa. Aceitam-se duas origens possíveis, do árabe e do latim. No árabe, a palavra está associada a “*barri*” e remete a idéia de exterior, subúrbio. No latim, a “*barrium*”, remetendo a idéia de barra, travessa, divisória, se desdobrando um adjetivo “*barriu*”, para indicar o que está do lado de fora. No português bairro e no castelhano “*barrio*”, arrabalde, zona marginal da cidade, divisão de uma cidade.⁹

Embora haja essa controvérsia sobre a origem da palavra bairro, Marcelo Lopes de Souza (1989), em seu artigo O bairro contemporâneo: ensaio de uma abordagem política, ao apresentar uma rica recuperação e análise do tratamento do bairro nas ciências sociais para demonstrar o vazio naquele momento sobre a discussão do bairro a partir da ótica dos conflitos sociais, ressalta que o bairro tem sido visto de maneira muito semelhante em distintos contextos sociais. Para defender essa posição, o autor apresenta uma

⁹ Dicionário Antônio Houaiss da Língua Portuguesa, 2001.

recuperação do significado de bairro, em diferentes línguas, iniciando a partir do Dicionário Etimológico da La Lengua Castellana, que será agora reproduzido.

“Voz tomada do árabe, e que só se acha em nosso idioma, no português (bairro) e no catalão (barri). A etimologia é **barr, bar**, terra, campo, campo imediato a uma população. Bar, barr, barrio, continuou chamando-se esse campo mesmo depois de se haver edificado nele; e por último veio a significar ‘barrio’ uma das divisões locais ou municipais das povoações, e sobretudo das povoações grandes. Em algumas partes por ‘barrio’ se entende o mesmo que arrabaldes, grupo de população situado no extremo da mesma, ou um pouco separado dela, como o bairro de Triane (em Sevilha) etc.”.¹⁰

Assim, o autor aponta que o termo “barrio” possui um espectro de uso aparentemente semelhante ao do bairro entre nós. Acontecendo o mesmo na língua francesa e entre os anglo-saxões, embora aqui a raiz etimológica seja diferente.¹¹

Conquanto possua raiz etimológica diferente, o francês **quartier** designa uma realidade similar a do bairro. E também no caso francês, embora **quartier** e **banlieue** (subúrbio, periferia) não se confundam exatamente, podemos encontrar **quartiers** em áreas periféricas. Entre os anglo-saxões a questão terminológica é mais complicada. A palavra inglesa **neighbourhood** parece freqüentemente cobrir uma escala intermediária entre a **unité de vosinage** e o **quartier** da literatura sociológica culturalista francesa. Isto explica (...) o papel do **neighbourhood** como “área de relações primárias e espontâneas”, o que não combina com o conceito francês de **quartier**, se aproximado, isto é, da **unité de vosinage**, à parte a analogia vocabular, não são rigorosamente idênticas, embora muitas vezes recubram a mesma escala espacial, pois **unité** (...) se me afigura elástica a ponto de abarcar escalas muito pontuais (como um prédio de apartamentos), o que não seria o caso do **neighbourhood**. Seja com for, são as relações de tipo primárias, e não as de tipo secundário como no **quartier**, que definem em principio o **neighbourhood**. O **district**, outro referencial, define-se precipuamente pelas relações de tipo secundário que se dão à sua escala. Em não sendo um referencial vazio e formal, e quando a ele se associar uma existência intersubjetiva enquanto referencial geográfico coletivo, então o **district** estará extremamente próximo do bairro, do “barrio” e do **quartier** variando não somente conforme o indivíduo, mas também segundo a cidade em questão.¹²

¹⁰ Dicionário Etimológico da La Lengua Castellana, APUD, Marcelo Souza, 1989, p.153.

¹¹ Marcelo Souza, 1989, p.153.

¹² Marcelo Souza, op. cit., p.153-154.

Souza (1989) ao explorar a origem do conceito de bairro, que na maioria dos dicionários da língua portuguesa a definição recai sempre como divisão territorial de uma cidade, tem a intenção de demonstrar que independente da palavra utilizada nos contextos culturais distintos seu significado é semelhante. Na realidade o autor procura ressaltar que os bairros não são realidades recentes na história da humanidade, embora seu conceito assuma diferentes conteúdos ao longo da história, tornando-se mais complexo no capitalismo, uma vez que as relações sociais se complexificam e as disparidades sociais acompanham essa complexificação. Segundo as próprias palavras do autor, “o capitalismo singulariza-se, no tocante à problemática dos bairros, por sofisticar os contrastes de conteúdo e, ao mesmo tempo, diluir a vida de relações”.¹³

A preocupação de Marcelo Souza (1989) é discutir se o bairro ainda existe e caso positivo se ele continua sendo uma categoria importante para o entendimento da cidade. O bairro seria algo praticamente morto e os habitantes das cidades modernas só teriam basicamente dois centros de interesse, a própria casa e a cidade como um todo?

“A questão que se esboça é, então, a seguinte: será mais apropriado falarmos em morte do bairro, como sugere Ledrut, ou simplesmente em transformação do bairro, admitindo que o que morreu ou está em extinção é uma espécie de bairro?”¹⁴

Para o autor é importante produzir instrumentos teórico-conceituais mais flexíveis para entender o bairro contemporâneo. É, entretanto, muito evidente

“(…) que o bairro corresponde a uma escala média dentro da cidade, à qual se associam uma certa qualidade e uma certa quantidade de singularidades, a presença de certas características no que concerne à vida de relações e uma personalidade intersubjetivamente reconhecida. (...). No esforço de amarração da idéia de bairro, convertendo uma **noção** num **conceito**, é de alguma forma meritória a tradição sociológica, formalizadora de três níveis intra-urbanos fundamentais: unidade de vizinhança, o bairro e o setor geográfico, em ordem crescente de tamanho”.¹⁵

¹³ Marcelo Souza, op. cit., p.155.

¹⁴ Marcelo Souza, op. cit., p.155.

¹⁵ Marcelo Souza, op. cit., p.155.

Contudo, segundo Souza (1989) parece que, o que está em questão, é o que chama de conceito clássico de bairro, que estaria associado à idéia de um todo estruturado como um coeso agregado de unidades de vizinhança e apresentando uma vida de relações consistentes e um tanto fechadas. Essa idéia não corresponderia mais à realidade do bairro hoje. Da mesma maneira que a aplicação dos três níveis intra-urbanos da tradição sociológica é bastante problemática, uma vez que no próprio exemplo carioca, deixaria de fora muitos bairros hoje existentes, como é o caso da Barra da Tijuca.

“Será acertado qualificarmos os grandes condomínios exclusivos da Barra da Tijuca de unidades de vizinhança, a Barra sendo propriamente o bairro? Na verdade não, pois um exame desses grandes condomínios fechados revela que os mesmos, amiúde integrados sócio-culturalmente apenas por certos eventos programados, consistem mais em arquipélagos do que em ilhas coesas, pois cada prédio habitualmente tem sua autonomia (salão de festas, etc.) e, mesmo contando com relativa aproximação propiciada por contatos via crianças na piscina, etc., a atomização do ambiente é tão forte que mesmo entre os moradores de um único prédio, e até do mesmo andar, os contatos estão longe da freqüência e a intimidade que a unidade de vizinhança sugere. Além disto, não é evidente que as dimensões da Barra da Tijuca excedam de muito as máximas admitidas por Ledrut. Assim, será que as unidades de vizinhança são, por conseguinte, os prédios dos condomínio e o grande condomínio (...) seria, ele próprio um bairro? Nesta última hipótese o que seria a Barra? Um setor geográfico? Mas a Zona Sul, o que seria então?”¹⁶

Assim, não é difícil perceber que para realidades complexas as referências acima se tornam camisa de força, conforme ressalta Souza (1989). Na sociedade capitalista é crescente a percepção do cidadão da cidade como coisa dotada de vida própria e responsável pelos seus próprios problemas. A questão da habitação, da insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, aumento da violência urbana, etc, acabam aparecendo como se fossem desligados dos problemas que se manifestam nas esferas do trabalho e do consumo de bens e serviços e como se fossem apenas oriundos do urbano contemporâneo.

“A tendência pós-industrializante (...) define uma metrópole altamente complexa. A divisão espacial do cidadão em morador,

¹⁶ Marcelo Souza, op. cit., p.155.

trabalhador e consumidor (...) é ampliada enormemente (...) refletindo simultaneamente a complexificação das relações de produção e o incremento de um crescimento urbano pautado na segregação sócio-espacial e na especialização espacial de funções. O gigantismo da metrópole e a descentralização relativa levam cada vez maiores restrição e seleção das ligações entre certos bairros das bordas do espaço metropolitano e o CBD, centro de negócios, bairros cujos habitantes passam a se deslocar para este último, sobretudo em ligações de tipo não-diário (...) sendo as de tipo diário (...) controladas majoritariamente pelo subcentro mais próximo. Tendencialmente, os bairros residenciais quando desprovidos de amenidades ou de razoável infra-estrutura de lazer, convertem-se, para os que podem arcar com o ônus de um lazer fora do bairro, em bairros-dormitório, vivenciados muito superficialmente”.¹⁷

Embora o bairro clássico seja praticamente coisa do passado, a cidade não se homogeneiza quanto à distribuição de classes e atividades. O capitalismo, ao mesmo tempo em que tende a igualar comportamento e valores, sofisticando a segregação sócio-espacial e as especializações espaço-funcionais, reproduzindo e ampliando as desigualdades. Assim, quais seriam os elementos definidores do bairro contemporâneo?

Marcelo Lopes (1989) busca na literatura especializada (sociológica, geográfica, urbanística e antropológica) um tratamento teórico-conceitual da realidade bairro e se depara com a relativa escassez desse debate. Na Geografia, a discussão teórica sobre bairro tem sido feita tradicionalmente, embora não falem referências aos bairros nas obras clássicas, como em Pierre George (1983), ou como estudos onde um bairro era objeto de atenção, como o trabalho de Maria Therezinha de Segada Soares, publicado no livro organizado por esta autora e Lysia Bernardes (1990). Aqui encontramos referências importantes que cabem ser recuperadas. Embora sustentem o que Souza denomina da concepção clássica de bairro, essas referências permitem desenvolver um olhar sobre o bairro hoje e não podem ser negligenciadas.

Segundo Pierre George (1983), o bairro é, a unidade de base da vida urbana. O morador refere-se ao seu bairro, quando quer situar-se na cidade e tem a impressão de ultrapassar um limite quando vai a outro bairro. Ainda

¹⁷ Marcelo Souza, op. cit., p.161.

conforme o autor, o bairro tem um nome que lhe confere uma personalidade dentro da cidade.¹⁸

Maria Therezinha Segadas Soares aponta que a noção de bairro foi tirada da linguagem corrente e tem uma origem popular.

“Ela se baseia num sentimento coletivo dos habitantes que têm consciência de morarem em tal bairro. Esse reconhecimento global, que cada um tem de residir em determinado bairro, é fruto da coexistência de uma série de elementos, que lhe dão originalidade, uma individualidade, em meio aos outros bairros, que o cercam. Cabe à Geografia definir quais são esses elementos que unidos, dão a um bairro sua feição característica. Diz Tricart: um bairro é caracterizado, ao mesmo tempo, por certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por sua função. Assim, o bairro se define por sua paisagem urbana, isto é, tipos de casas, idade e estilo das construções, disposição das ruas etc.; seu conteúdo social, isto é, nível e modo de vida de seus habitantes; sua função, isto é, seu papel dentro do organismo urbano (residência, produção, comércio, administração, etc.). São esses os elementos de individualização dos bairros e uma mudança em um desses elementos basta para fixar o limite do bairro”.¹⁹

A autora adiciona a esses elementos caracterizadores do bairro um outro, o sítio, o lugar onde ele se implantou, principalmente pela singularidade da cidade do Rio de Janeiro.

“No Rio de Janeiro, cidade tão compartimentada pelo relevo, é grande o número de bairros que têm no fator sítio uma das razões principais de sua unidade(...). O número de bairros que se enquadram cada um dentro de uma determinada unidade do relevo é grande, no Rio de Janeiro, o que não acontece em outras cidades instaladas em sítios mais planos e menos acidentados. É preciso chamar atenção para o dinamismo do bairro. Cada bairro é uma resultante de forças do passado e de fatores do presente, mas em todos eles já se esboçam alguns traços do futuro”.²⁰

Assim, Maria Therezinha Segadas Soares (1987) baseada em geógrafos clássicos, apresenta considerações sobre bairro que, ao nosso ver, não devem ser descartadas na sua discussão conceitual atual, principalmente na perspectiva geográfica. Nesse sentido, uma caracterização de um bairro deve

¹⁸ Pierre George, 1983, p.76.

¹⁹ Lysia M.C.Bernardes e Maria T. Segadas Soares, 1987, p. 106.

²⁰ Lysia M.C.Bernardes e Maria T. Segadas Soares, 1987, p. 106.

incluir o estudo e análise de sua **paisagem urbana** (tipos de casas, idade e estilo das construções, disposição das ruas), do seu **sítio** (lugar onde se implantou), do seu **conteúdo social** (modo de vida) e de sua **função** dentro do conjunto da cidade (residência, produção, comércio, administração). Esses quatro elementos, segundo a autora, anunciariam a individualidade dos bairros e estabeleceriam seus limites. Mas haveria outros elementos caracterizadores de bairro hoje? Quais seriam os limites dessa concepção de bairro apontados por Marcelo Souza (1989) para o bairro contemporâneo? O que estaria faltando?

Buscando associar a essa leitura geográfica de bairro algumas considerações de natureza mais sociológica serão agora apresentados fragmentos de trabalhos de três importantes intelectuais, Henri Lefebvre (1975) Michel de Certeau (1997) e Antônio Cândido (1978).

Para Lefebvre (1975), segundo Aluisio W. Ramos, 2001, o bairro só pode ser definido a partir da cidade entendida como totalidade. Ou seja, o bairro não é uma unidade isolada e autônoma. O bairro é uma unidade, porém, uma “unidade sociológica relativa” que só pode ser pensada tendo em vista a cidade como totalidade, não sendo a base, ou seja, a estrutura, da vida urbana. A base da vida urbana para Lefebvre (1975) é o centro. É somente a noção de centralidade que torna possível a cidade e seus bairros. Por isso a centralidade é a essência da cidade. O bairro só existe diante da cidade, não pode ser pensado dela desvinculado, portanto, não pode ser pensado também desconsiderando a centralidade da cidade.

“O bairro corresponde a um equipamento mais ou menos suficiente e completo. Não só um monumento (igreja), mas uma escola, uma agência dos correios, uma zona comercial, etc. Um determinado bairro, desta forma, não é por si só auto-suficiente. O equipamento depende de grupos funcionais mais amplos, ativos à escala da cidade, da região, do país. A estrutura do bairro depende estreitamente de outras estruturas mais vastas: municipalidades, poder político, instituições”.²¹

Nesse sentido, o bairro não pode ser pensado de forma atemporal, ou seja, ignorando a história da cidade, uma vez que não mantém a mesma realidade ao longo de sua existência histórica, depende de vários aspectos da sociabilidade de um local ao longo de um dado período. É importante, então,

²¹ Henri Lefebvre, 1975, Apud. Aluisio W. Ramos, 2001, p.13.

entender a condição e a hierarquia do bairro na história urbana. Os bairros têm realidades diferentes ao longo da história, de acordo com suas singularidades dentro de história da cidade.

Para Michel Certeau (1997) a idéia de bairro possui certa aproximação ao conceito de lugar, diferindo no ponto em que a primeira traz mais a noção de contigüidade territorial e de estabilidade, enquanto o segundo, refere-se aos acontecimentos cotidianos e é por isso o mais mutável. A importância para esse autor, do conceito de bairro, deve-se a relevância das relações que acontecem em seu interior, na prática cotidiana.²²

Pierre Mayol escrevendo a primeira parte do livro a Invenção do Cotidiano, organizado por ele, Certeau, e Giard (1997), chama atenção para a dificuldade em responder à pergunta o que é um bairro, e remete às contribuições de Henri Lefebvre.

“Para essa pergunta embaraçosa, os trabalhos dos sociólogos sugerem inúmeras respostas, das quais retiramos aqui preciosas indicações sobre as dimensões que definem um bairro, sobre suas características históricas, estéticas, topográficas, sócio-profissionais, etc. De todas elas vou reter sobretudo a proposta (...) de Henri Lefevre, para o qual “o bairro é uma porta de entrada e de saída entre espaços qualificados e o espaço quantificado”. O bairro (...) é o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência”.²³

Pierre Mayol (1997) continua sua argumentação defendendo que o bairro é um lugar de aconchego para o usuário. Sua noção, conforme o autor, “é dinâmica, necessitando de uma progressiva aprendizagem, que vai progredindo mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer aí uma apropriação.” O uso cotidiano do bairro, dividido por todos seus moradores, acaba simplificando a complexidade enquanto prática cultural. E em função do uso habitual, o bairro pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público.

²² CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano, 2. morar, cozinhar. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

²³ CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre. 1997, p.41.

“Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo): “existe uma relação entre a apreensão da residência (um “dentro”) e a apreensão do espaço urbano ao qual se liga (“um fora”)”. O bairro constitui o termo médio de uma dialética existencial entre o dentro e o fora. E é na tensão entre esses dois termos, um dentro e um fora, que vai aos poucos se tornando o prolongamento de um dentro, que se efetua a apropriação do espaço”.²⁴

Além disso, para Mayol o bairro é “o espaço de relação com o outro como ser social”, o que exige um olhar especial uma vez que envolve uma rede de relações com o mundo exterior.

“Sair de casa, andar pela rua, é efetuar antes de tudo um ato cultural, não arbitrário: inscreve o habitante em uma rede de sinais sociais que lhe são preexistentes (os vizinhos, a configuração dos lugares etc.). A relação entrada/saída, dentro/fora penetra outras relações (casa/trabalho, conhecido/desconhecido, calor/frio, tempo úmido/tempo seco, atividade/passividade, masculino/feminino..) é sempre uma relação entre uma pessoa e o mundo físico social”.²⁵

O bairro é, assim, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. Pode-se, portanto, apreender o bairro como essa porção do espaço público em geral (anônimo de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo uso quase que cotidiano deste espaço.

Nesse sentido, do ponto de vista sociológico, a fixidez do habitat dos usuários, os costumes recíprocos estabelecidos pelas relações de vizinhança, os processos de reconhecimento, ou seja, de identificação, que se estabelecem graças à coexistência em um mesmo território urbano, são elementos práticos da vida cotidiana do bairro. São características das relações sociais que se estabelecem nos bairros e nos oferecem campos de exploração para compreender um pouco melhor o bairro contemporâneo.

Complementando a construção da visão sociológica de bairro, cabe ainda apresentar algumas considerações desenvolvidas por Antonio Candido

²⁴ CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre. 1997, p.42.

²⁵ CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre. 1997, p.43.

Mello e Sousa (1987), em sua obra *Parceiro do Rio Bonito*. Aqui o autor já apontava pistas para compreensão da noção de pertencimento como central na compreensão de bairro. Numa pesquisa sobre o povoamento do interior de São Paulo e vizinhança, Candido obtém uma definição interessante que relaciona o recorte físico a laços afetivos:

“(...) além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o ‘sentimento de localidade’ existente em seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico: - o que é bairro? – perguntou certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - Bairro é uma naçãozinha. – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras”.²⁶

A partir do exposto acima, pôde-se constatar a pluralidade das discussões que envolvem o conceito de bairro. Entretanto, algumas pistas foram dadas por vários estudiosos no âmbito das ciências sociais, que podem ajudar a pensar o bairro no contexto urbano atual. Buscando delinear uma visão mais global, com base nas contribuições dos autores apresentados, iremos arriscar esboçar as considerações a seguir.

Antes de qualquer coisa, partiremos da idéia construída por Marcelo Souza (1989) sobre as duas dimensões que caracterizam o bairro, a objetiva e a subjetiva. Assim, o bairro, qualquer bairro, é simultaneamente uma realidade objetiva e subjetiva/intersubjetiva, duas dimensões que se interpenetram e se condicionam ao longo do processo histórico. Como assinala o autor, não apenas o bairro se estabelece como uma dialética entre objetivo e subjetivo, mas a realidade social como um todo. No entanto, o bairro pertence àquela categoria de pedaços da realidade social que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo. O bairro possui uma identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores dos outros bairros da cidade, ainda que com variações.²⁷ Ao mesmo tempo, o bairro possui uma dimensão material dada por sua paisagem, pelo seu sítio, pelo

²⁶ SOUSA, Antonio Candido Mello e. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1987, p.65.

²⁷ Marcelo Souza, op. cit., p.148-149.

conteúdo social e por sua função dentro da cidade, conforme aponta Maria Therezinha Segadas Soares (1987).

Tratado por Pierre George como unidade da vida urbana, registrado por Henri Lefebvre a partir de sua historicidade e inserção no contexto da totalidade da cidade, relacionado às idéias de lugar, de contigüidade territorial e prática cotidiana, por Certau e Mayol, e de pertencimento por Antônio Candido, o bairro, independente de seu tamanho e localização, reflete, mesmo que com intensidades diferenciadas essas características. E só pode ser apreendido, conforme Lefebvre, a partir da perspectiva histórica, tendo em vista a cidade como totalidade. Assim, o bairro só existe diante da cidade, não podendo ser pensado desvinculado dela, o que inclui refletir sobre sua relação e papel com a centralidade da cidade.

Atualmente, de dimensões variáveis, os bairros inserem-se na sua maioria em um contínuo urbanizado, muitas vezes com séculos de história, revelando diferentes inserções urbanísticas, históricas e administrativas. No plano da significação cultural, possuem uma unidade feita de características morfológicas, sociais e históricas específicas. E, acima de tudo, atualmente, o bairro parece se constituir como unidade que se fortalece e tende a ser preservada, principalmente por consolidar diferentes formas de morar. Assim, como partes da cidade, os bairros parecem ainda se colocar como uma importante referência não apenas do ponto de vista político-administrativo, mas, sobretudo, como orientação e identificação econômica e cultural dos indivíduos na cidade.

O Caju, nesse sentido, não se constituiu como bairro apenas no sentido administrativo. Consolidou-se como bairro, territorial e culturalmente, durante um longo período, por cerca de 300 anos, desde a fundação da cidade. Como parte de São Cristóvão, o Caju foi sendo construído a partir das relações e interesses impulsionados pelo centro da cidade do Rio de Janeiro, e só pode ser entendido considerando, então, sua historicidade no contexto da urbe carioca. Passando por diversos usos e papéis impulsionados pelas necessidades da cidade, o Caju foi sendo consolidado como área de reprodução da classe menos favorecida economicamente e como área de reserva para “usos sujos”, o que, de certa forma, era exigência das demandas da cidade.

Em função da falta de recursos econômicos e culturais, características presentes em toda cidade do terceiro mundo, o Caju foi deixado a sua própria sorte, crescendo ao redor da cidade como um grande bolsão de pobreza. A consolidação das suas favelas foi, então, se efetivando e marcando sua paisagem, o cotidiano, as relações de vizinhança, de reconhecimento e pertencimento da sua população.

Conhecido, atualmente, como Complexo do Caju, por reunir várias favelas, que desde 1998 passaram a sofrer intervenções da Prefeitura do Rio de Janeiro, através do Programa Favela-Bairro²⁸, o bairro passou a ser foco de estudos econômicos, como evidencia o documento Pobreza Energética - Complexo do Caju, coordenado por Adilson de Oliveira, IE/UFRJ, 2005, patrocinado pelo Banco Mundial e pelo Conselho Mundial de Energia, e a dissertação de mestrado de Maria Isabel de Toledo Andrade, defendida no Instituto de Economia da UFRJ, em setembro de 2004, orientada pelo professor Ronaldo Fiani e que obteve o 1º lugar no 28º Prêmio BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) de Economia.²⁹

Buscando compreender o Caju e refletir sobre sua condição de bairro, o próximo capítulo desta dissertação busca reconstituir sua história territorial a partir da longa duração, no sentido braudeliano, para que possam ser

²⁸²⁸ Diferente de outras intervenções públicas, no governo Leonel Brizola, no início dos anos 1980, foi retomada uma agenda social para as favelas. Somente 47 entre as 364 favelas existentes na cidade foram beneficiadas e acompanhadas pelos programas desenvolvidos pelo governo estadual e municipal. Na década de 1990, observou-se uma inflexão no enfrentamento da questão favela, no nível municipal. O Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro, de 1992, propôs transformar as favelas em bairros populares, respeitando-se suas particularidades em termos de ocupação urbana. O Programa Favela-Bairro, que começou a ser implantado em 1993, com o objetivo de promover a efetiva integração das favelas à cidade, procurou romper com a visão segregacionista até então prevalente. Inicialmente 40 favelas foram selecionadas para integrar esse Programa com o suprimento de infra-estrutura urbana e regularização fundiária. Além da urbanização e regularização fundiária, no Plano Diretor apareceram propostas concretas para não remoção, conforme pode ser verificado nos artigos 144, 147, 148 e 149. Assim, somente a partir de 1992 a favela passaria a fazer parte do planejamento da cidade. Isto é, depois de mais de 100 anos de existência, a favela finalmente passa a ser considerada pelos órgãos oficiais. A favela passa, então, a ser vista como um espaço legítimo demandante de regularização fundiária, infra-estrutura e serviços urbanos, assim como de oficialização dos endereços. Mudanças importantes que significam para o morador da favela, o reconhecimento público de seu local de moradia e de sua própria história. As favelas começam a conquistar o direito de serem ouvidas e representadas com voz atuante de seus líderes. E para tanto, torna-se essencial o conhecimento, não só das suas carências, mas também de suas virtudes, de seu passado e de seu presente, de suas generalidades e particularidades e principalmente de seus desejos.

²⁹ A síntese dessa dissertação foi realizada pela autora no artigo Direitos de Propriedade e Renda Pessoal: um estudo de caso das Comunidades do Caju. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 261-274, dez. 2006.

evidenciados os diferentes usos e condições assumidas por esta parcela da cidade. Abrindo esse capítulo, optamos por localizar e apresentar o bairro no atual contexto da cidade do Rio de Janeiro.

Norteando nossa preocupação, nos próximos capítulos, colocam-se algumas indagações que, embora não tenhamos a pretensão de responder todas, merecem menção. A idéia de complexo substitui a noção de bairro em espaços de pobreza? O Caju é um bairro formado por várias comunidades/favelas, ou cada uma dessas unidades poderia ser considerada como um bairro? Estariam em jogo apenas sua representação política-administrativa, ou uma forma de reconhecimento e diferenciação desta comunidade do restante do bairro? O que daria uma referência e unidade ao Caju como bairro, sua área central e seus espaços públicos, tão reduzidos, ou o conjunto de seus equipamentos ali materializados ao longo de sua história no contexto da cidade carioca?

2. A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DO BAIRRO DO CAJU

2.1. LOCALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO BAIRRO

O bairro do Caju se localiza na Área Central do município do Rio Janeiro, que corresponde, aproximadamente, à antiga cidade do século XIX e à atual Área de Planejamento 1 (AP1). A área de Planejamento 1 é constituída por cinco Regiões Administrativas - RAs. O Caju faz parte da I RA, identificada como Portuária. A Área Central é também constituída pelos bairros da Gamboa, Saúde, Santo Cristo. A II RA compreende apenas o Centro. A III RA, Rio Comprido compreende os bairros de Catumbi, Rio Comprido, Cidade Nova e Estácio. A VII³⁰, São Cristóvão engloba os bairros de: São Cristóvão, Benfica, Mangueira e Barreira do Vasco. A XXI se refere apenas a Paquetá e a XXIII RA, Santa Teresa (ver Figuras 1 e 2).

Figura 1: Município de Rio de Janeiro, Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas, 2005.

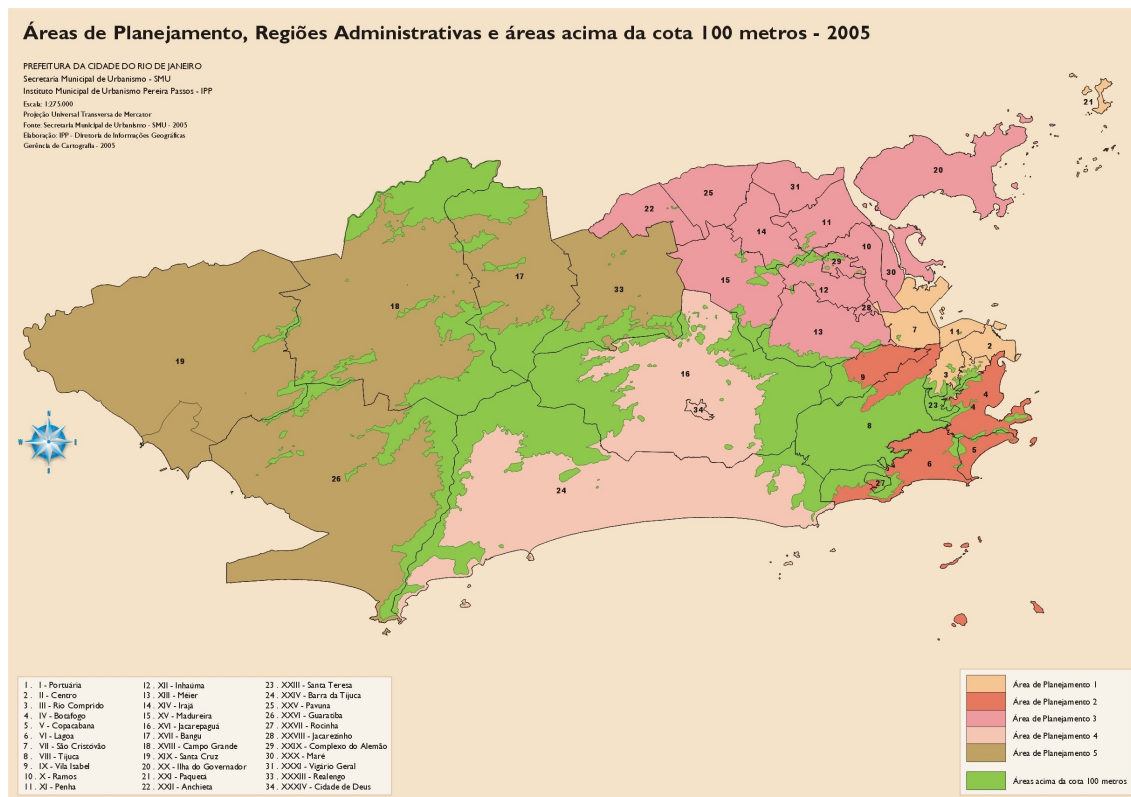


Figura 2: Município do Rio de Janeiro: Área de Planejamento 1.

³⁰ A numeração das regiões administrativas não é seqüencial.



Do ponto de vista da ocupação, os bairros Gamboa, Saúde e Santo Cristo foram locais de moradia dos escravos e operários até o final do século XIX, em função da presença do mercado de escravos e dos trapiches de sal. Já o bairro Caju, então Imperial Quinta do Caju, fazia parte da antiga Fazenda Real de São Cristóvão, de propriedade da Companhia de Jesus que, com a expulsão dos jesuítas, em meados do século XVIII, passa a ser loteada em nome da coroa Portuguesa, em virtude de suas amenidades.

O Caju era então uma aprazível ponta de terra que avançava na Baía de Guanabara e possuía belíssimas praias, ladeadas por inúmeros cajueiros, que acabaram por nomear o bairro. A pureza cristalina das águas e a proteção das sombras dos cajueiros faziam do local um lugar adequado para o banho de mar e o repouso. A história do bairro revela o mesmo como um local outrora tranqüilo, de clima ameno, favorecido pelo contorno privilegiado da Baía da Guanabara, numa área de abundante vegetação. Era, além disso, o local de praias mais próximo do Centro da cidade e, por isso, tornou-se uma espécie de balneário da elite da época: ricos comerciantes e famílias abastadas. Estes construíram aí suas chácaras de veraneio. O Caju que então era um balneário, a partir da vinda de D. João VI, em 1808, passou a ser identificado como um balneário real.³¹

Gamboa e Santo Cristo sofrem rápidas mudanças no século XIX, com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro. Há um incremento nas

³¹ BERNARDES, Lysia, e BRITO, Raquel S. 1959.

atividades portuárias com a construção de depósitos, trapiches e pontos de atracação. Essas atividades aumentam de intensidade no início do século XX, com o fortalecimento da indústria cafeeira, que incentivou o desenvolvimento de mecanismos para a exportação de café. São implantadas nessas localidades as primeiras companhias de navegação e serviços correlatos e de apoio, como fundições, serralherias e armazéns.²⁹²

Com o advento da República e posteriormente com a Reforma Passos, o Caju começou a perder sua característica residencial. No início do século XX, já não mais se configurava como um balneário das classes abastadas, surgindo Copacabana e Botafogo como as novas opções de moradia. Nesse período a Estrada de Ferro Rio Ouro é construída, e tem aí no Caju sua estação inicial. Além de dispor de saída para o mar e de um excelente ancoradouro, a proximidade com o centro comercial da cidade do Rio de Janeiro e a construção da Avenida Brasil favoreceram sua rápida ocupação industrial.³³ O Caju perde, assim, sua característica residencial e transforma-se em um bairro predominantemente industrial.

Também no final do século XIX e início do XX, chegam ao Caju os primeiros pescadores portugueses, vindos das cidades de Póvoa e Vieira Lima e ocupam principalmente a colina e a praia do Caju. Com a introdução da traineira a população da colônia triplicou e, em 1937, foi criado o Entreposto de Pesca dando início à primeira colônia de pesca oficial do Rio de Janeiro.³⁴

As atividades pesqueiras ainda são atualmente exercidas no Caju, na localidade denominada hoje Quinta do Caju, a Colônia de Pescadores Z -12. O cais da Quinta do Caju, de onde saem os pequenos barcos e as poucas traineiras, é extremamente poluído demonstrando a luta e a resistência destes pescadores em sobreviver nessa situação adversa.

A maior parte da população que vive hoje no Caju, desconhece a história territorial do bairro. Em geral, são pessoas vindas de lugares distantes e diversos que, progressivamente a partir da 1950, começaram a ocupar as áreas de pouco valor econômico, bem como os aterros sanitários, manguezais e áreas de aclives. Essas áreas constituem hoje o complexo de favelas do

²⁹² IPP-PCRJ. Coleção Estudos da Cidade: Recuperação e Revitalização da Região Portuária. Rio Estudos, n.99, abril, 2003.

³³ BERNARDES, Lysia, e BRITO, Raquel S. 1959.

³⁴ BERNARDES, Lysia, e BRITO, Raquel S. 1959.

Caju. Segundo registros do Instituto Pereira Passos (IPP), oito são as principais favelas desse complexo, a Quinta do Caju, a Ladeira dos Funcionários, Parque São Sebastião, Parque Nossa Senhora da Penha, Parque Alegria, Parque da Boa Esperança, Parque Conquista e Vila Clemente Ferreira que podem ser aferidas abaixo por anos de ocupação.

O processo de favelização do bairro, que é contemporâneo ao processo de industrialização e migração do campo para a cidade, intensifica-se na década de 1970. Esses migrantes que chegavam no bairro foram absorvidos inicialmente pela construção civil, no período da instalação dos grandes e principais estaleiros, como Caneco e Ishikawagima, que existiram no bairro até meados da década de 1990.³⁵ A partir de então, este contingente populacional ficou à margem do processo produtivo formal, aumentando a massa de desempregados ou subempregados do Rio de Janeiro.

Hoje circulando pelo bairro e observando as favelas que estão emaranhadas entre estruturas industriais semi-abandonadas, como fábricas desativadas, o porto em vias de privatização, apenas com função de carga, descarga e depósitos de containeres, entre outras atividades, o Caju apresenta o espectro de uma paisagem desoladora, composta pelas diversas formas de violências que se fazem presentes, como a falta de saneamento e infraestrutura, o tráfico de drogas, que impõe à população seus códigos e regras de controle e submissão, o desmatamento, a poluição do ar produzida pelas indústrias de concreto, o cheiro do chorume da usina de lixo, além do cheiro forte do chorume necrótico advindos dos cinco cemitérios localizados no bairro.³⁶ O trânsito também contribui para a poluição sonora e visual, as

³⁵ Conforme Milton Santos (1994, p.10-33) a explosão demográfica das grandes cidades, entre elas o Rio de Janeiro, é um fenômeno muito mais relacionado com a fuga do campo do que com o crescimento populacional propriamente dito. A variação da população, dos anos 40 até os anos 80, é quinhentas vezes maior que a variação total da população brasileira. A consequência imediata desse processo foi o crescimento das favelas e a expansão da periferia com a intensificação da pobreza nascida no campo e concentrada na cidade. O modelo de desenvolvimento a partir das políticas governamentais produziu, assim, o inchaço das cidades, aumentando a concentração de renda por contenção de salários via reserva de mão de obra para o mercado. A cidade em si, como relação social e com materialidade, tornou-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres. Além disso, a pobreza é também resultado de um modelo espacial desumano que transforma as periferias e favelas em locais crescentes de segregação e marginalização.

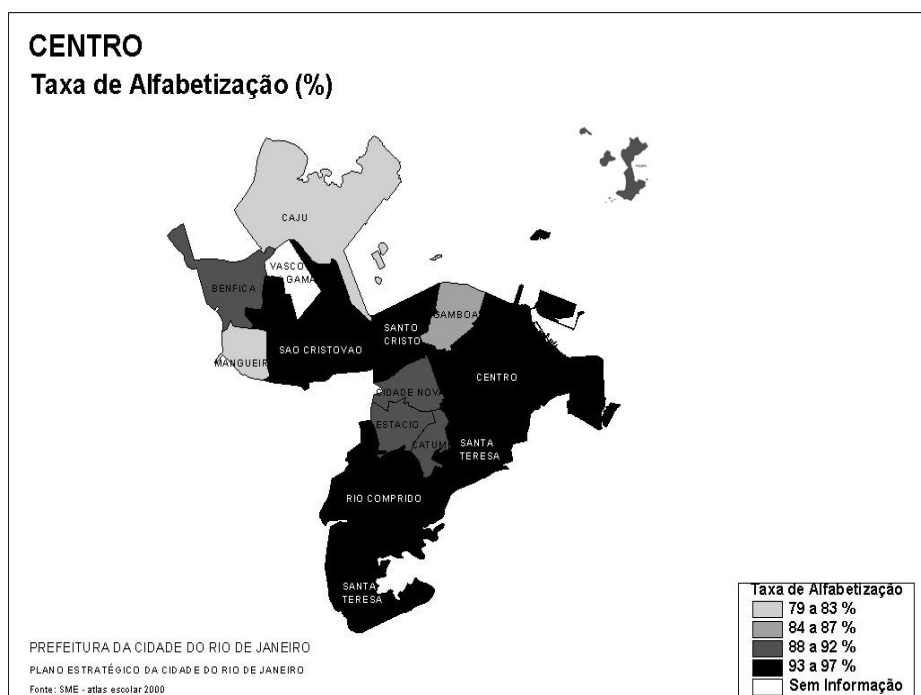
³⁶ “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volume, mas também de cores, movimento, odores, sons, etc.” (SANTOS, Milton, 1988, p. 61).

carretas que transportam infinitas quantidades de containeres transitam diariamente pelas poucas e mal tratadas ruas do bairro, sem respeitar os acostamentos e os indivíduos que ali circulam. A privatização de parte do Porto do Rio, que compreende a área portuária do Caju contribuiu, sobretudo, para aumentar essa poluição, os antigos pátios dos estaleiros extintos, hoje se constituem em grandes depósitos de containeres. Sem falar no tráfico de drogas, que impõe à população seus códigos e regras de controle e submissão.

Recente pesquisa revela que o Caju hoje apresenta um acentuado esvaziamento populacional, a renda dos moradores é baixa, e as taxas de natalidade, mortalidade infantil e o analfabetismo são as mais altas da AP1. Segundo a mesma fonte, há também pouca oferta de habitações, baixos índices de saúde e sobrevivência, e menor número de estudantes universitários da AP1. A violência é considerada como principal problema da área seguido da saúde e transporte³⁷ (ver Figura 4).

³⁷ IPP-PCRJ. Rio Estudos: Novas Técnicas do Plano Estratégico, Região Centro 2003.

Figura 3: Município do Rio de Janeiro: Taxa de Alfabetização (AP1).



2.2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS: ÍNDIOS, PORTUGUESES, FRANCESES E JESUITAS NA DISPUTA PELAS TERRAS DE SÃO CRISTÓVÃO

Como as expedições exploradoras portuguesas e francesas no início do século XVI ao litoral brasileiro foram impulsionadas pela busca de especiarias, a ocupação efetiva da terra não ocorre inicialmente. Os portugueses passam a usar as terras brasileiras apenas como ponto de abastecimento de águas, lenhas e alguns alimentos, como entreposto. Situação que acabou propiciando aos corsários franceses a oportunidade de realizar incursões para traficar pau-brasil.³⁸

Livres para agir, rapidamente os franceses decidiram realizar a ocupação. Em 1555, Nicolau Durant de Villegaignon ocupa a ilha de Seregipe (atual ilha de Villegaignon, sede da Escola Naval) e constrói um forte, que recebe o nome de Coligny. No ano de 1557, os franceses ampliam sua ocupação, estabelecendo-se na ilha de Parapuan (atual ilha do Governador), auxiliados pela Confederação dos Tamoios.³⁹

A reação portuguesa veio em 1560. Mem de Sá, terceiro governador geral do Brasil, sediado em Salvador, ataca e derrota os invasores franceses que acabam fugindo para o interior da Baía de Guanabara. Entretanto ao retornar a Bahia, Mem de Sá deixa o Rio de Janeiro desguarnecido e os franceses recuperam as posições perdidas, estendendo-se até o morro de Leripe (atual morro da Glória) e a praia de Uruçumirim (atual Praia do Flamengo).⁴⁰

Ao tomar conhecimento do retorno dos invasores, Mem de Sá solicita socorro à Metrópole, que envia para o Brasil o seu sobrinho Estácio de Sá, em 1563, e reúne uma força composta de colonos da capitania do Espírito Santo e

³⁸ Ayton Quintiliano, 2003.

³⁹ A Confederação dos Tamoios não foi, como se costuma dizer, uma aliança de tribos tamoias. Na verdade, não havia tribo alguma com essa denominação. Na Guanabara e em quase todo o litoral fluminense existiam aldeias tupinambás. A palavra “tamoio” (tamuya) quer dizer, em tupi, o mais velho do lugar. E quando se chamava assim os índios da Confederação, era para ressaltar sua condição de mais velhos no lugar, os que chegaram primeiro à terra, os que a habitavam antes da chegada dos homens brancos. Daí a Confederação dos Tamoios ter o mesmo significado de Confederação dos Nativos. Dela participavam não apenas os tupinambás do Rio de Janeiro, mas outras nações indígenas, inclusive goitacases e aimorés que habitavam o interior. Os demais dominavam o litoral de Cabo Frio até Ubatuba. (Ayton Quintiliano, 2003).

⁴⁰ Ayton Quintiliano, 2003.

São Vicente, além da tribo capixaba dos índios Temiminós, também conhecidos como Maracajás (ramo tupiniquim). Estes índios apresentavam traços culturais semelhantes aos dos Tupinambás. No entanto se subjugaram aos portugueses devido ao ódio que nutriam pelos Tupinambás, pois estes, antes da chegada do colonizador, haviam desalojado os Temiminós da ilha de Paranapuam.⁴¹

Comandada por Araribóia, a tribo, vinda do Espírito Santo, fixou-se em um aldeamento no Rio de Janeiro, mais precisamente na Praia de São Cristóvão. Após a derrota dos franceses, que consideravam a Praia de São Cristóvão uma importante entrada para o sertão, ali se estabeleceu estrategicamente a aldeia de Araribóia, chamada pelos portugueses “Aldeia de Martinho”.⁴² Em primeiro de março de 1565, Estácio de Sá desembarca em uma várzea situada entre o morro Cara de Cão (hoje São João, onde se situa a fortaleza de mesmo nome), e dali prepara o assalto contra os franceses. O lugar batizado com o nome de São Sebastião foi a semente da cidade do Rio de Janeiro.⁴³

Os franceses, sempre ajudados pela Confederação dos Tamoios, passaram a hostilizar os portugueses estabelecidos no novo povoado, sendo freqüente os conflitos, que duraram cerca de dois anos. Em janeiro de 1567, Mem de Sá chega da Bahia trazendo novos reforços e toma a iniciativa de expulsar definitivamente os franceses. Livre dos invasores, os portugueses trataram de transferir a cidade para dentro da Baía de Guanabara. Procuraram um local que fosse mais abrigado e que propiciasse melhores condições de defesa contra eventuais ataques de estrangeiros e de nativos. O local escolhido foi o morro de São Januário, que possuía uma vasta área plana em seu topo e que era considerado quase inexpugnável, devido à existência de áreas alagadas ao seu redor. Além de várias outras construções, nesse morro foi levantada uma posição fortificada, que logo a população identificou como semelhante a um castelo, por isso o denominou Morro do Castelo.⁴⁴

A ocupação da área onde hoje se encontra o bairro do Caju faz parte do

⁴¹ Ayton Quintiliano, 2003.

⁴² O nome Martinho foi dado em decorrência do nome cristão – Martim – dado ao índio por Mem de Sá, por ocasião do seu batismo, cuja corruptela ou diminutivo era “Martinho”. (Ayton Quintiliano, 2003).

⁴³ Ayton Quintiliano, 2003.

⁴⁴ Ayton Quintiliano, 2003.

processo de edificações coloniais da cidade do Rio de Janeiro, e, de modo particular, está intimamente ligada à conquista do recôncavo da Guanabara. Antes das investidas colonizadoras dos portugueses, a área do bairro do Caju parece ter sido ocupada por uma aldeia de índios Tupinambás. Tudo leva a crer que esta área era mesmo ocupada por índios, pois as toponímias das praias e ilhas próximas a Ponta do Caju são designadas por denominações indígenas.⁴⁵

Entretanto, em 1565, Estácio de Sá concede valioso patrimônio territorial à companhia de Jesus, para estabelecer seu colégio na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Assim, a estratégia de ocupação da região passava a contar com o apoio dos jesuítas, antes mesmo de estar solucionada a incômoda presença dos franceses.⁴⁶ No ano de 1568, o governador geral Mem de Sá expediu o alvará que legitimava a doação feita por Estácio de Sá ao Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, que, a essa altura, já se encontrava edificado no Morro do Castelo, para onde a cidade inicialmente progredia.

⁴⁵ O próprio nome Caju, que designa uma ilha, uma ponta e uma praia da Baía de Guanabara, pode ser associada a “açú-yú”, que significa tépido. Também a denominação das ilhas próximas à Ponta do Caju parecem ter a mesma origem, como a ilha dos Ferreiros, aparentemente originária de “terõ”, torcido, torto, e a ilha de Sapucaia, uma possível de “çapukai”, que significa bradar, chamar, gritar. A origem dessa denominação parece provir do fato de essa ilha ter sido utilizada pela Confederação dos Tamoios, os quais gritavam pelos índios que estavam próximos do local. Pombeba, literalmente “mão chata”, pode ser interpretada como ilha plana, que, aliás, é o seu formato. (Programa de Despoluição da Baía da Guanabara – Toponímias — Capacitação em Educação para gestão Ambiental- Subprojeto de Educação Ambiental. CEPURERJ- 1996-módulo 1 p. 7).

⁴⁶ Texto da doação 1º de julho de 1565 – Sesmaria doada por Estácio de Sá ao Colégio dos Jesuítas da cidade do Rio de Janeiro (ver Serafim Leite. “Terras Que Deu Estácio De Sá Ao Colégio Do Rio De Janeiro” *Jornal do Comércio*, 17 de fevereiro de 1935; - idem, impresso em Lisboa, edição Brotéria, 1935;- *Archivum Societatis Jesu Romanum* XI, 416 a 423, apud Serafim Leite supra);

“Saibam quantos este instrumento de carta de sesmarias virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e sessenta e cinco anos (...) em esta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (...) me apresentou uma petição, com dois despachos nela do sr Estácio de Sá...capitão desta dita cidade de São Sebastião...pede a Vossa Mercê para este efeito lhe conceda uma água que poderá estar desta cidade légua e meia, a qual chamam Iguacu do nascimento dela é onde entra na baía e a longo dela, digo da baía, para banda do noroeste, cortando ao direito, até a tapera, que se chama Inhaúma (...) Dou ao colégio de Jesus deste Rio de Janeiro a terra que me em sua petição pede, e ser-lhe-á passada a carta, havendo escrivão de ofício, com as confrontações que diz, e será obrigada a o confirmar por Sua Alteza ou seu Governador, ao primeiro de julho de mil quinhentos e sessenta e cinco anos (...) com a obrigação e condição do foral (...) que os Padres de Jesus e colégio residam nesta cidade ou seus termos ao menos três anos (...) não o fazendo eles assim, passados os ditos três anos, se dará a dita terra a quem a aproveitar, e pagarão mil réis para as obras do conselho desta cidade(...).Em Pero da Costa, tabelião público e do judicial por El-rei nosso Senhor, escrivão das sesmarias desta dita cidade de São Sebastião e seus termos” (Macedo Roberto. *A cidade do Rio de Janeiro Fundação e Primeiros Governantes 1565-1763 (Depoimentos e Documentos)* Departamento Administrativo do Pessoal Civil – 1967 p.13, 14).

Durante o último quartel do século XVI, livre de ameaça territorial dos franceses, iniciou-se o processo colonizador de conquista do recôncavo, baseado na eliminação e escravização das tribos que resistiam à presença portuguesa, ou na domesticação dos índios das aldeias próximas à cidade, levando as tribos a sucumbirem diante da vitoriosa presença da cruz e da espada. Os colonos e os padres da Companhia de Jesus abandonaram os muros do castelo e buscaram a conquista da várzea, onde se instalaria a retaguarda rural com seus engenhos e fazendas.⁴⁷

Próximo à Ponta do Caju, por volta de 1627, os jesuítas edificaram a igreja dedicada ao culto de São Cristóvão, junto à praia que passou a ter o mesmo nome, freqüentada, principalmente, por pescadores. O acesso à igreja era difícil, como a toda a planície, por causa dos grandes alagados que compunham a paisagem do recôncavo. Próximo à igreja passava o caminho de São Cristóvão, que, além de servir aos jesuítas, constituía-se junto aos pequenos portos da Praia Formosa e da Ponta do Caju como via de escoamento das mercadorias dos engenhos dos jesuítas. Esses engenhos eram de cana de açúcar e de alguns produtos de subsistência, que eram fornecidos para as regiões do entorno da Baía.

A população da Ponta do Caju era, assim, formada por índios, pescadores, lenhadores, carvoeiros, apanhadores de marisco e caranguejos. Apesar da dificuldade advinda da diversidade desse contingente, os padres jesuítas tinham grandes preocupações com a preservação dos manguezais, pois auxiliavam na defesa de sua sesmaria contra a invasão em São Cristóvão e no Caju, separados da cidade por uma verdadeira barreira natural formada pelo mangal de São Diogo, e por sua riqueza natural, fundamental para a manutenção das condições de reprodução de muitas espécies de peixes e crustáceos.

Os jesuítas parecem, assim, ter sido os primeiros na cidade do Rio de Janeiro a lutar pela preservação dos manguezais, proibindo inclusive a entrada de pessoas nos manguezais contíguos às terras, o que gerou veementes protestos por parte dos que os exploravam. Com apoio dos vereadores, em 1677, esses exploradores denunciam os jesuítas à Corte, acusando-os de estarem exorbitando de seus direitos de proprietários ao pretender regular os

⁴⁷ Ayton Quintiliano, 2003.

manguezais, cujas áreas, por pertencerem às zonas de marinha, eram consideradas públicas. O Conselho Ultramarino tendo acatado o pedido dos vereadores, instruiu o governador Mathias da Cunha a sustar a intromissão desses religiosos em território que não lhes dizia respeito.⁴⁸

O controle dessa área foi, até meados do século XVIII, exercido pela Companhia de Jesus. Praticamente a totalidade das terras lhe pertencia, uma vez que as terras que ela controlava excediam, em muito, o que lhe havia sido doado. Vários conflitos envolveram o Senado da Câmara e os jesuítas nas disputas pelas terras do sobejo. Mas a municipalidade nunca teve domínio sobre os padres. Algumas vezes a Câmara entrou pelas terras do colégio na ânsia de medi-la, mas os jesuítas embargavam-lhe a medição e impediam que se soubesse o que realmente eles possuíam.⁴⁹

A multiplicação dos engenhos e fazendas no interior, bem como a precariedade de acessos por via terrestre para o centro da cidade, incrementaram a circulação nessa região, o que levou à criação do Caminho de São Cristóvão, por onde começaram a passar os tropeiros e viajantes, surgindo daí um pequeno povoado que passou a ser chamado de Campo de São Cristóvão, o qual se estendia da pequena elevação até a Baía de Guanabara e, conseqüentemente, à Ponta do Caju, onde ficava o melhor ancoradouro da área.⁵⁰

Um impacto mais direto sobre a área onde hoje está localizado o bairro do Caju foi causado pela expulsão dos jesuítas de Portugal, ficando seus domínios coloniais expressos no Alvará Régio de 3 de setembro 1759 e na Carta Régia de 4 de outubro do mesmo ano. Incentivado por Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Rei Dom José I, determinou que os bens dos jesuítas fossem inventariados e seqüestrados, a fim de que fossem incorporados ao erário real, com exceção dos que estivessem diretamente vinculados às atividades de culto e caridade. A tomada dos bens foi conduzida por delegação de Gomes Freire de Andrade, o conde de Bobadela, governador da Capitania Real do Rio de Janeiro. O auto do seqüestro da fazenda de São Cristóvão foi despachado em 9 de novembro de

⁴⁸ Nireu Cavalcanti, 2004, p.68.

⁴⁹ Nireu Cavalcanti, 2004.

⁵⁰ Alberto Ribeiro Lamego. O Homem e a Guanabara. Rio de Janeiro: editora Lidador. 1948. p. 57.

1759, pelo desembargador de Agravos da relação, Dr. Manuel de Afonseca Brandão, por ordem do conde de Bobadela.⁵¹

A partir de então, as terras da fazenda de São Cristóvão, do Engenho Velho e do Engenho Novo, que pertenciam a Sesmaria dos Jesuítas, foram subdivididas em diversas propriedades com características de quintas e chácaras, propiciando o início de uma ocupação mais efetiva, com limites e propriedades definidos.

A Quinta da Boa Vista, uma das partes da fazenda de São Cristóvão, foi adquirida pelo rico morador da Rua Direita, Antonio Elias Lopes, negociante atacadista de muita iniciativa. Enriquecido com o comércio de escravos, acabou construindo uma casa (quinta) numa elevação que se estendia das margens do rio Maracanã até o mar, entre a enseada de São Cristóvão e a de Inhaúma, chamada Quinta da Boa Vista. Já a Quinta do Caju, situada na Ponta do Caju, foi comprada, após o desmembramento da fazenda de São Cristóvão, por Luiz José de Gouveia Freire. A parte do Engenho Novo passou para as mãos do Capitão de Milícias José Paulo da Mata Duque Estrada. O casarão no qual funcionava a sede da fazenda de São Cristóvão foi desapropriado e transformado no Hospital dos Lázaros. Inaugurado em 1 de fevereiro de 1765, ele subsiste até os dias de hoje e domina uma pequena colina através do atual gasômetro, mantendo a destinação que lhe foi dada desde os tempos dos jesuítas.⁵²

Nesse sentido, a expulsão dos jesuítas, o seqüestro dos seus bens e a

⁵¹ Revista do Arquivo do Distrito Federal maio/agosto.

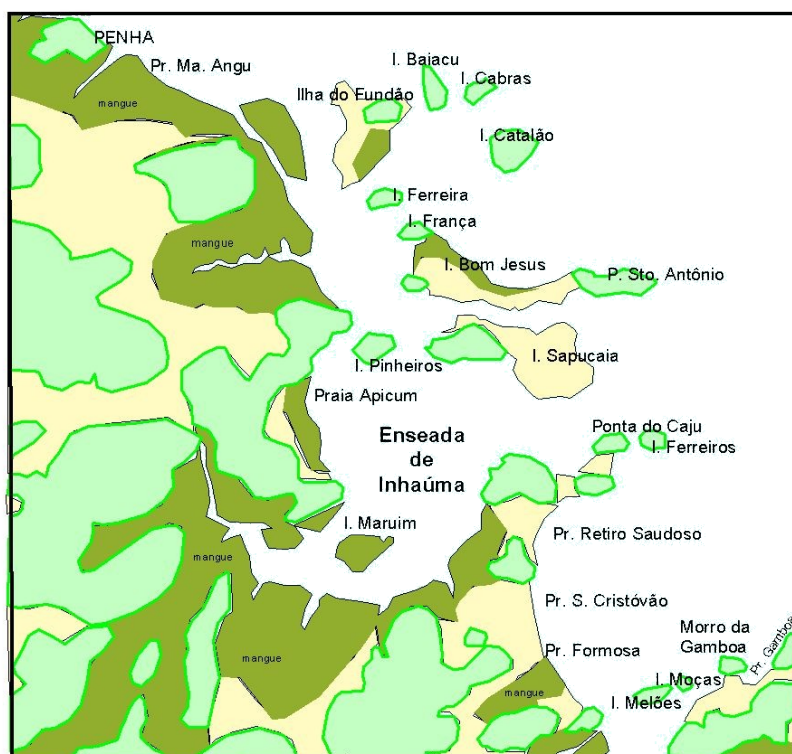
⁵² Gomes Freire, na sua condição de vice-rei, criou em São Cristóvão um asilo para os lázaros, limitado à choupanas, para desviá-los do centro da cidade e do contacto com a população. A alimentação dos doentes era suprida por alguns donativos do convento dos franciscanos e serviço era realizado por escravos condenados. Com sua morte, os lázaros ficaram entregues ao total abandono. Em 1763, o governo da metrópole, segundo relatório dos administradores do Hospital, já sabendo do expressivo número de morféuticos na cidade, ordenou à Câmara que construísse um hospital ou asilo, o que não foi feito. Em 1765, um ofício seguiu para Lisboa solicitando a concessão da casa que fora da extinta Companhia de Jesus de São Cristóvão, com o respectivo terreno. (Informação ao governo imperial sobre o Imperial Hospital dos Lázaros do Rio de Janeiro, oferecida pelos administradores do Hospital em 1868 (Typ. Episcopal de Antonio Gonçalves e Cia, 1868, São Cristóvão 420 anos de Historia, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Patrimônio Cultural - Atuação 1985, p. 246). O rei Concordou: (...) aplicando para os concertos do edifício uma indenização que a Companhia dos Vinhos devia ao povo da cidade. O vice-rei dando pronto cumprimento á ordem recebida de Sua Majestade, entregou a casa e o terreno, mandando fazer nele aquelas reparações indispensáveis ao serviço que ia prestar, e formulou o estatuto por que se devia reger o hospital. (Typ. Episcopal de Antonio Gonçalves e Cia, 1868, São Cristóvão 420 anos de Historia, Secretaria Municipal de Cultura Departamento de Patrimônio Cultural - Atuação 1985, p.247)

transferência da sede do poder colonial de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, produziram impactos significativos na evolução e transformação da cidade ainda no período colonial.

Nesse sentido, a expulsão dos jesuítas, o seqüestro dos seus bens e a transferência da sede do poder colonial de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, produziram impactos significativos na evolução e transformação da cidade ainda no período colonial.

Na ilustração abaixo podemos observar o entorno da Baía da Guanabara entre os séculos XVI e XIX, onde as intervenções por parte do homem, como por exemplo, o aterro para alinhamento do litoral, ainda não se configuravam.

Figura 4 – O entorno da Guanabara entre séculos XVI e XIX.



Fonte: Elmo da Silva Amador. Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza. Rio de Janeiro; Reprodução e encadernação: Gráfica e Editora Ltda. 1997.p 244.

2.3. A FORMAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO CRISTÓVÃO

A ocupação inicial da área de São Cristóvão acomodava atividades rurais conduzidas pela Companhia de Jesus. Os padres jesuítas edificaram, além de uma igrejinha e dos antigos caminhos, uma fazenda que também se chamou de São Cristóvão, localizada próxima às terras do Engenho Velho e da fazenda de Inhaúma. Como uma importante unidade produtora no recôncavo da Guanabara, esta fazenda contava, no ano de 1759, quando os jesuítas foram expulsos dos domínios coloniais portugueses, com 309 escravos, entre homens, mulheres e crianças.

Entretanto, parte das terras da fazenda era arrendada para 41 pessoas e, dentre estas, 12 habitavam na Ponta do Caju. Esses arrendatários pagavam foro anual à administração do Colégio do Rio de Janeiro. Estes foros variavam entre um e dois mil réis, podendo ser aumentado, se os arrendatários desejassem algum tipo de concessão, como, por exemplo, utilizar os pastos da fazenda, servir-se do corte da madeira ou ainda usar os trapiches e o cais de atracação construídos na Praia Formosa e na Ponta do Caju pelos jesuítas.

Além do cultivo da cana-de-açúcar e do arroz na fazenda de São Cristóvão, os padres da Companhia de Jesus criavam gado bovino, ovelhas e curtiam couro. Os arrendatários se dedicavam ao plantio de legumes e mandioca, poucos tinham pequenos partidos de cana-de-açúcar e conseguiam criar gado, uma vez que as chácaras e sítios não eram muito extensos, o que limitava as atividades econômicas.⁵³

Conforme apresentado anteriormente, com o confisco e a venda dos bens dos jesuítas, a antiga fazenda de São Cristóvão cedeu lugar à chácaras particulares, e as outras residências que pertenciam aos padres tomaram destinos diversos dando nova dinâmica à região. Com a instalação da família real, no início do século XIX, no Rio de Janeiro, São Cristóvão passa por grandes transformações. Na primeira metade daquele século, a povoação de São Cristóvão, à beira da estrada e à boca do sertão, converteu o local no mais aristocrático arrabalde do Rio de Janeiro. A destinação da Quinta da Boa Vista como local de residência da família real atraiu para lá grande número de chácaras, algumas suntuosas, habitadas temporariamente ou

⁵³ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 40.2.20.

permanentemente, pela fidalguia portuguesa instalada na cidade, pelos funcionários da Corte, e fazendeiros e comerciantes, que procuravam ficar próximo do poder real. A presença da Corte na cidade provocou o desequilíbrio da antiga cidade colonial. Em menos de duas décadas a população praticamente duplicou. O impacto urbano na antiga cidade se fez sentir entre 1808 e 1818, quando foram construídos 600 sobrados e 150 chácaras no perímetro urbano da cidade, incluindo os arredores de São Cristóvão que se estendia até a Ponta do Caju.⁵⁴

A topografia “semi-anfíbia” da cidade foi decisivamente modificada. A fisionomia do Rio de Janeiro foi alterada radicalmente com obras de aterros e canalizações que se tornaram marcas do século XIX. Os sucessivos aterros dos mangues, lagoas e praias, o arrasamento de morros, as demolições de ruas e casas, no correr de todo o período subsequente à chegada da Corte portuguesa deram à cidade novas paisagens e dinâmicas espaciais.

Além de uma floresta e considerável fauna, São Cristóvão possuía outras características naturais que lhe eram peculiares. Primeiro os morros, cujos alguns nomes irão dar origem às denominações das novas chácaras, vão sendo modificados à medida que progredia a ocupação da área. O morro de São Lázaro, ocupado pela chácara de São Lázaro, o morro “Olimpo Imperial” passa a ser ocupado pela chácara da Boa Vista. Denominações mais recentes são as dos morros do Barro Vermelho, dos Breves, do Retiro da Gratidão, do Retiro da América, do Pedregulho do Telégrafo, de São Januário e do Caju (Quinta do Caju). Segundo, as praias que compunham as áreas pantanosas de São Cristóvão desaparecem no final do século XIX e início do XX, sob os aterros feitos para as obras do porto e, depois para a Avenida Brasil. A praia das Palmeiras formava uma das margens do braço de mar conhecida como saco de São Diogo, em seguida, vinham as praias dos Lázaros, de São Cristóvão, a do Caju e a Praia Formosa. Do outro lado da Ponta do Caju, a praia do Retiro Saudoso. Em terceiro lugar, os pântanos que cobriam praticamente toda a planície compreendida entre os morros e as praias desaparecem, como por exemplo, a extensão do saco de São Diogo, cuja zona

⁵⁴ Aforamentos - Inventário Sumario, elaborado por equipes do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1987.

de espraiamento era verdadeiramente colossal e atingia, de um lado, o Retiro Saudoso e de outro, as bordas do Campo de Santana.

Assim, as florestas, a fauna, as praias, os morros e os pântanos que formavam uma moldura natural de São Cristóvão, onde já tinham sido escritas as primeiras marcas de ocupação humana, nos séculos XVII e XVIII, sofrem verdadeiras transformações durante os séculos XIX e XX, a partir das intervenções realizadas na cidade. São Cristóvão que se caracterizava até o início do século XIX como uma adjacência rural do Rio de Janeiro, como local obrigatório de passagem dos que chegavam e saíam da cidade, passava a ser escolhido como área da residência da família real, a Quinta da Boa Vista.

O uso da Quinta da Boa Vista como residência real e, depois imperial, transformou aquela aldeia num aristocrático subúrbio ou arrabalde do Rio de Janeiro. Assim, a partir da primeira década do século XIX, São Cristóvão assumiu um ar aristocrático, mas com grande estratificação social, característica da sociedade brasileira. Essa transformação parece ter sido preparada desde o seqüestro das propriedades dos jesuítas, que teve como conseqüência o surgimento de várias chácaras, sítios, matadouro, fábricas e caminhos, que fizeram de São Cristóvão um arrabalde importante no abastecimento da cidade. Com a instalação da família real na área, a transformação e a síntese social se faz completa. O príncipe regente, a massa de escravos africanos, a hierarquia da sociedade escravista, permeava pelos sitiantes plantadores residentes e absenteístas, fidalgos, negociantes, pescadores e viajantes todos se encontravam ali, em São Cristóvão. A culminância da síntese social será o Império, quando o palacete da Quinta da Boa Vista continuará hospedando o Imperador e nos contornos da residência real, a aristocracia, mais distante um pouco, o povo brasileiro.

Assim, a Paróquia/Freguesia de São Cristóvão foi criada em 1856, separando-se o seu território da paróquia do Engenho Velho, da qual fazia parte.⁵⁵ Os investimentos em serviços urbanos acarretaram um avanço para a expansão da cidade, facilitando a vida urbana. As transformações ocorreram com a implementação de linhas de transportes coletivos, serviços de esgotamento sanitário, iluminação pública, entre outras intervenções. As

⁵⁵ Freguesia ou Paróquia era a denominação para uma célula simultaneamente eclesiástica e administrativa, de um urbano maior, de que faz parte. Seu limite era muito extenso englobando vários bairros de hoje, várias capelas, vários engenhos e vários povoados.

estradas de ferro e as linhas de bondes introduziram na organização escravista um segmento capitalista, impulsionando o processo de transição para um modo de produção tipicamente capitalista. Este era o panorama que se delineava na cidade do Rio de Janeiro quando São Cristóvão foi elevada à categoria de freguesia urbana da cidade.

2.4. O BAIRRO DO CAJU: DA PERIFERIA ENOBRECIDA AO USO SUJO

A antiga restinga arenosa que compunha a faixa de terra plana entrecortada por pequenas elevações ladeadas pela Baía de Guanabara e pela enseada de Inhaúma, próximo do Mangue de São Diogo, é o lugar hoje denominado de Bairro do Caju. O Caju, assim, passou a fazer parte da Paróquia/Freguesia de São Cristóvão.⁵⁶ Neste sentido, o Caju era parte integrante da freguesia de São Cristóvão. A maior e principal fazenda que existiu no Caju foi a fazenda do Murundu, de propriedade da Santa Casa de Misericórdia.

O bairro do Caju, aprazível ponta de terra que avançava nas águas da Baía de Guanabara, no século XIX, possuía belíssimas praias, chamadas Formosas, ladeadas por inúmeros cajueiros. A história do bairro revela um local outrora tranqüilo, que contava com um clima ameno, provocado por brisas suaves e ar puro, favorecido pelo contorno privilegiado com a Baía de Guanabara, em uma área de abundante vegetação. A pureza da água e a proteção das sombras das árvores faziam do local um lugar adequado para o repouso.

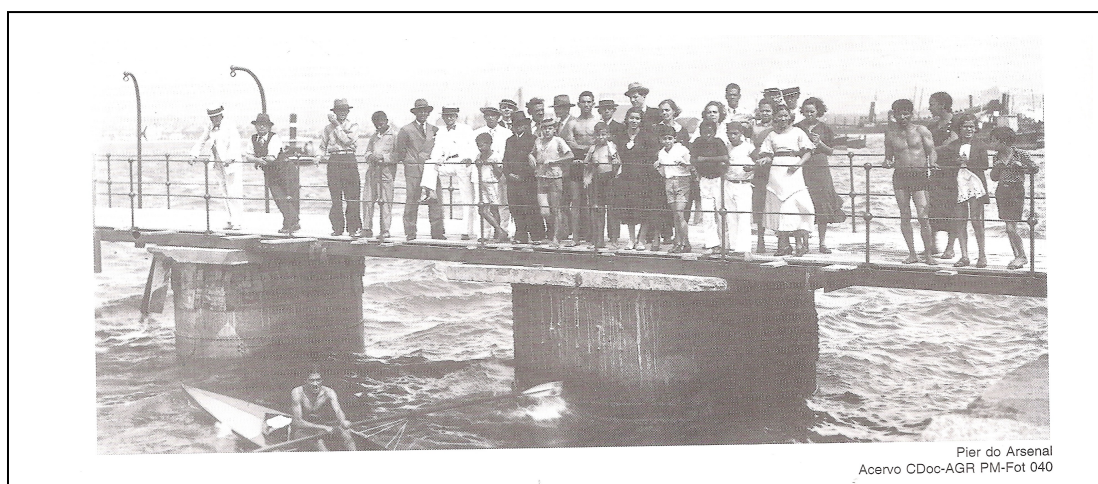
⁵⁶ Eulália Maria Leme Lobo, 1978, p.182.

Figura 5: Praia do Caju – Fachada do Arsenal de Guerra vista do mar 1906.



Fonte: Acervo Iconográfico do Arsenal de Guerra.

Figura 6: Píer do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro -Caju.



Fonte: Acervo Iconográfico do Arsenal de Guerra.

A praia do Caju foi uma das mais reputadas da capital durante o século XIX, aí tendo surgido uma rua residencial de gente abastada. Contava, em 1818, seis sobrados e 35 casas térreas, ao longo de uma rua toda calçada.⁵⁷ Antes conhecido como balneário Real, o Caju tem hoje, como uma de suas

⁵⁷ Lysia Maria Cavalcanti Bernardes. Pescadores da Ponta do Caju. RJ. Revista Brasileira de Geografia, 1958, p.188.

maiores referências, os cemitérios; a fama do bairro advém principalmente por comportar em seu espaço a maior área de sepultamento da América Latina.

2.4.1. A Casa de Banhos de D. João VI

A história do Solar na Praia do Caju 385 está de certa forma, entrelaçada com a da Quinta da Boa Vista e da Quinta do Caju. Quando D. João VI chegou ao Rio de Janeiro, e antes que fosse requisitar as residências para alojar sua comitiva, episódio bastante conhecido, Antônio Elias Lopes, rico negociante português, doou a Quinta da Boa Vista, uma das mais belas propriedades da época, a D. João VI, que fez dela sua residência permanente.

Muito próxima à Quinta da Boa Vista ficava a Quinta do Caju, que foi adquirida de João Gouveia Freire pela Casa Real, e vendida mais tarde, já na República, ao comendador Casimiro Costa. D. João VI passou a freqüentá-la após ter tido um problema na perna, originado pela mordida de um carrapato, quando lhe fora aconselhado tomar banhos de água salgada.

Figura 7: Casa de Banho de D. João VI.



Fonte: Boletim Casa de Banhos D. João VI, 1997.

Até hoje não foi possível estabelecer uma conexão entre João Gouveia Freire e o Solar, ou entre o Solar e a Quinta Real do Caju. Também não se pode comprovar que o Solar tenha sido a Casa de Banhos de D. João VI, onde, mais provavelmente, ele passava algumas horas, atendendo a determinações

médicas, lá não chegando a pernoitar, pois a Quinta da Boa Vista ficava só a uns 20 minutos de carruagem. Na realidade, o episódio teria acontecido apenas durante alguns meses do ano de 1817.

Observa-se que as paredes mais antigas do Solar são as externas, em alvenaria de pedra de cal simples. Embora não seja possível precisar a sua data, a arquitetura do Solar revela-se como um autêntico modelo de residência colonial, possivelmente datada de fins do século XVIII ou início do século XIX.

O portão da Quinta Real do Caju – possível conexão entre a Quinta do Caju e o Solar – ficava na Rua General Gurjão, bastante próximo da Rua da Praia do Caju, e, conforme podemos observar em um mapa de 1870, o Solar está abaixo da área da Quinta Real, ficando a Rua General Gurjão exatamente entre a Quinta e a posição do Solar.

Sobre a Quinta do Caju há ainda informações de que lá houve um cais e uma capela. A existência do cais pode ser observada em um mapa de 1870, conforme se verá adiante, mas quanto à existência da capela não há vestígios. O mais provável é que essa capela tenha sido construída na Quinta do Caju, já que, como visto, quando foram feitas as obras do Favela-Bairro, descobriu-se vestígios de uma capela.

Em muitas aquarelas de Thomas Ender, observamos a comunicação entre uma casa e uma capela através de copiar ou alpendre, revelando ser essa comunicação um costume da época. Pode ser que junto ao copiar, na entrada do Solar, existam as fundações de uma capela. Para verificar isso seria necessário programar-se uma prospecção local. O exame simples e superficial da área indica vestígios de construção. Esta hipótese, no entanto, parece bem remota, porque é de se esperar que tivesse sido conservado o copiar e não uma capela. Além do mais, já há indícios mais precisos de que existiu uma capela na Quinta do Caju, localidade muito próxima ao Solar.

Com relação ainda à construção do Solar, podemos fazer algumas observações interessantes. Um fato curioso em especial chama a atenção: o Solar só aparece no livro de lançamento da décima em 1837, na seção Norte, sob o nº 37, e em nome de Antonio Tavares Guerra, negociante de café.

As paredes mais antigas do Solar são as externas, sendo que a parede que fica voltada para a Rua da Praia do Caju, fachadas leste e sul, é de 60 cm de espessura, mais antiga provavelmente do que as fachadas norte e oeste,

de 40 cm. O que justificaria esta diferença? A hipótese é a de que tenham sido construídas em épocas diferentes. Os materiais componentes das paredes não são precisamente seixos rolados, com o aspecto de canjicado, enquanto as outras duas paredes externas voltadas para o quintal são de pedras irregulares, porém não necessariamente seixo rolado, aparecendo abundantemente o tijolo.

Um decreto de 26 de abril de 1811 concede, a contar de dois anos dessa data, isenção do pagamento da décima, durante 10 anos, às casas de dois pavimentos e de mais de cinco portas; e de 20 anos às casas que possuíam mais de dois pavimentos ou de cinco ou mais portas.

Em 1817, um alvará obrigava os proprietários de terrenos não edificadas, mas cercados por muros, a fazerem neles vãos de portas e de janelas. E, ainda, as edificações que fossem térreas apenas, caso fossem separadas, deveriam alterar suas fachadas com a adição de mais de um pavimento ou mesmo apenas com uma simples água furtada.

O decreto e o alvará levam à suposição da existência, inicialmente, de um muro cercando o terreno, no qual, para atender ao decreto, teriam sido abertos vãos de janelas e portas, aproveitados mais tarde na construção do Solar.

É muito provável que o Solar tenha sido enquadrado naquele decreto de 1811. Nesse caso, poderíamos supor, em função do aparecimento do Solar no livro de lançamento da décima apenas em 1837, que a trapeira tivesse sido construída 20 anos antes; ou seja, em 1817, teriam sido construídos a trapeira e o copiar, pois ambos foram construídos com o mesmo material.

Digno de atenção é o prédio vizinho, encostado no Solar e pertencente à firma “R.G. Ramos”. Ele aparece cadastrado no mapa de 1870, formando uma única propriedade com o Solar. Podemos observar, pela solução em planta, que, inicialmente, a fachada oeste era livre e independente, e que, posteriormente, foi construído este prédio ao lado. A nova construção provavelmente foi edificada para fins comerciais associados ao Solar, porque nenhum cuidado estético foi tomado. Podemos observar, na fachada sul, como o cunhal e a cornija aparecem sacrificados. O vão de porta do Solar, atualmente fechado com alvenaria, poderia, naquela ocasião, franquear a passagem de uma construção para outra.

No momento não possuímos mais detalhes sobre a fase mais antiga do Solar, mas muitas evidências constatadas poderão futuramente contribuir para a confirmação, ou não, de que ele tenha pertencido à Quinta Real do Caju ou à Quinta Imperial do Caju, como passou a se chamar mais tarde.

De qualquer forma, o imóvel é um exemplo raro de construção de fins do século XVIII ou, mais acertadamente, do início do século XIX, e, se não pertenceu à Quinta Real do Caju, ficava muito próximo a ela e teve participação ativa no cenário da época.

Cronologia dos principais acontecimentos que contribuíram direta ou indiretamente para a história do Solar, podem ser conferidas a seguir:⁵⁸

- 1811 - O Decreto de 26 de abril concede, a contar de dois anos dessa data, isenção do pagamento da décima, durante 20 anos, às casas que possuíam mais de dois pavimentos e menos de cinco portas. Este decreto era válido do Campo de Santana até São Cristóvão, incluindo o Caju.
- 1817 - Um alvará obriga os proprietários de terrenos não edificadas, mas cercados de muros, a fazerem neles vãos de portas e janelas. As edificações que fossem apenas térreas deveriam, caso reformadas, alterar suas fachadas com a adição de mais um pavimento ou com apenas uma água furada. Nesse mesmo ano, D. João VI passou a freqüentar a Praia do Caju. Possivelmente sua freqüência limitou-se a alguns meses, tempo que durou sua inflamação na perna.
- 1837 - O Solar aparece pela primeira vez no livro de lançamento do pagamento da décima, na seção nº 37 e em nome de Antônio Tavares Guerra, negociante de café.
- 1856 - O comendador Antônio Tavares Guerra organiza a Companhia de Navegação a Vapor São Cristóvão, cujos estatutos foram aprovados pelo decreto nº 1785 de 16 de julho.
- 1859 - A Companhia de Vapor de São Cristóvão passa a denominar-se Imperial Companhia de Navegação a Vapor de São Cristóvão e Caju, com escritório na Rua dos Pescadores, atual Visconde de Inhaúma, nº 36.
- 1860 - O solar passa a ter o nº 41.
- 1870 - Em 3 de julho falece Antônio Tavares Guerra. Um mapa desse ano, que se encontra no Arquivo Nacional e está reproduzido neste trabalho, mostra o Solar como o conhecemos hoje, porém formando uma única propriedade com o prédio vizinho. Em frente, temos o que parece ser um cais bem espaçoso. O aspecto geral se apresenta como uma área comercial de carga e descarga de mercadorias. Nesse mapa encontra-se assinalada a Quinta Imperial do Caju e, ao que parece, o Solar nunca fez parte da Quinta.
- 1873 - Na 5ª. Seção, folha 64, consta o Solar, Praia do Caju nº 35B, em

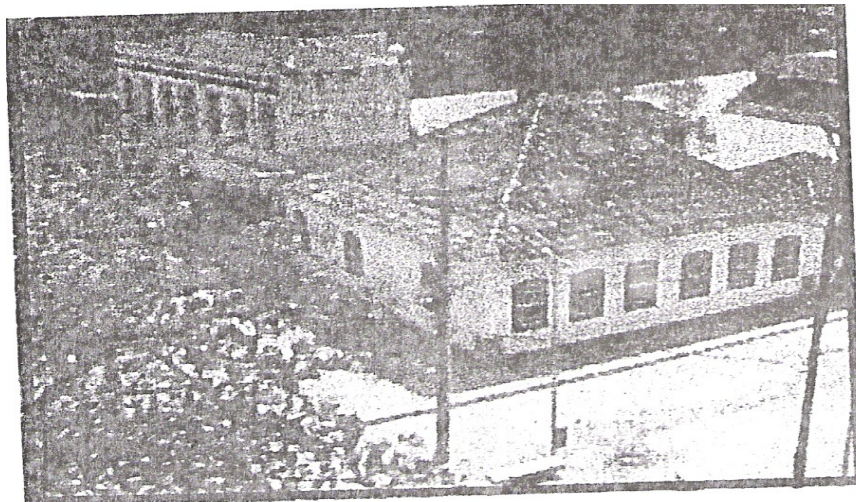
⁵⁸ Separata do Projeto de recuperação, preservação do solar situado à Praia do Caju, 385. Sphan/inepac/fundação rio/ fundação Roberto Marinho).

nome de Antônio Tavares Guerra, em lançamento sem notificação.

- 1875 - Na 5ª. Seção, folha 68, consta o Solar, Praia do Caju, 39, em nome de Antônio Tavares Guerra.
- 1881 - Na 9ª. Seção, folha 91 "A", consta o Solar nº 39, em nome de Antônio Tavares Guerra, passando para Judith Rosa Tavares Guerra, pela nota 129 à folha 94.
- 1882 - Por despacho de 24 de fevereiro, mandou-se transferir o prédio à margem para Judith Rosa Tavares Guerra, por meação, em 27/02/1882.
- 1890 - No 10º distrito, folha 94, consta o Solar nº 39 à Praia do Caju, em nome de Judith Rosa Tavares Guerra, passando para Dr. Henrique O' Reilly, pela nota 47 à folha 110. Despacho de 31 de dezembro de 1889.
- 1891 - Consta o Solar no 11º distrito, folha 93, sob o nº 39, em nome de Henrique Ricardo O' Reilly.
- 1892 - Consta o Solar no 11º distrito, folha 89, sob o nº 39, à Praia do Caju, em nome de Olympio Ricardo O' Reilly, passando para Domingos S. Lima. Observação à margem, nota 194, folha 121, livro de 1891.
- 1911 - O Solar passa a ter o nº 103. Ainda em nome de Domingos Silveira Lima, passando para Lacerda Seixal e Companhia, pela nota 67 à folha 166, de acordo com a escritura lavrada no Tabelião Belmiro Moraes, livro 265, folha 2.
- 1912 - O Solar passa a ter o nº 115, por despacho de 20 de fevereiro de 1912, e procede-se a transferência para a Companhia Predial Hipotecária. Escritura lavrada no Cartório do Tabelião Roquete, em 23/1/1912, livro 42, folha 29.
- 1915 - O Solar consta no 16º distrito, folha 27, em nome de Lacerda Seixal.
- 1916 - O Solar passa para Durish e Cia., por despacho de 18 de janeiro de 1916. Escritura lavrada pelo Tabelião Evaristo Vale de Barros, em 20 de abril de 1915, no livro 917, folha 35.
- 1919 - O Solar consta no 16º distrito, folha 87, com o nº 103, à Praia do Caju, passando para Domingos Joaquim da Silva e Cia., pela nota 61, à folha 105, em 07/08/1919, de acordo com a carta de arrematação extraída dos autos do executivo hipotecário, passada pelo Juiz de Direito da 5ª Vara Cível desta Capital, efetuada em 14/05/1918 e expedida em 20/11/1918.
- 1928 - O Solar consta no 17º distrito, folha 103, em nome de Domingos Joaquim da Silva, passando para Belmiro Rodrigues da Silva, pela nota 18, pág. 121, de acordo com a escritura lavrada no 3º ofício desta Capital, em 20/12/1927, livro 1088, folha 5.
- 1936 - Em 28 de julho, pela nota 50 do livro de lançamento de imposto, do 21º distrito predial, foi transferido o imóvel com o nº 115 para a massa falida da Companhia Agrícola Pastoril de Santa Cruz, de acordo com a certidão da junta comercial e do registro do 3º ofício de imóveis de 17/04/1932.
- 1937 - Na nota 118, lançada no livro do 21º distrito, consta o Solar em nome de Belmiro Rodrigues Sociedade Anônima, segundo despacho de 6 de

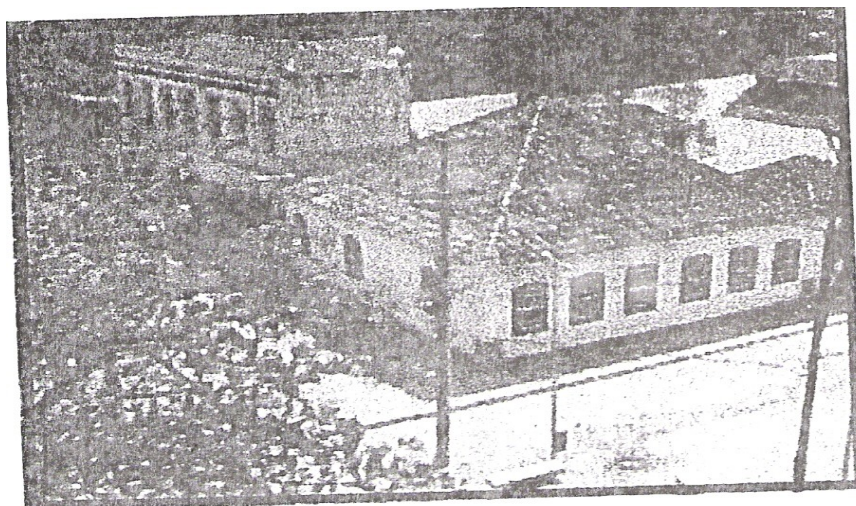
dezembro. Nesse ano foi tombado o Solar, tendo seus donos concordado com o tombamento (ver anexo 2).

Figura 8 - Casa de Banhos de D. João VI.



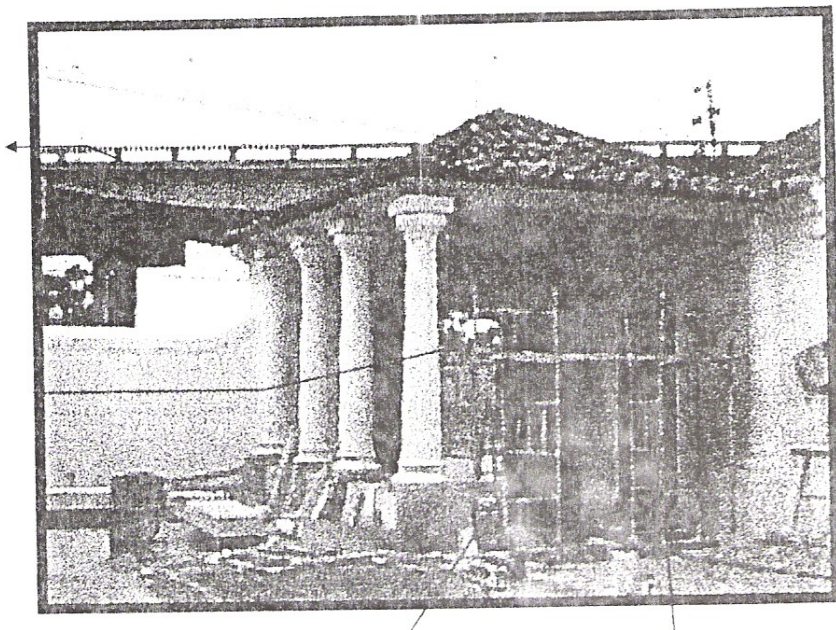
Fonte: Boletim Casa de Banhos D. João VI, Rio de Janeiro, setembro 1997.

Figura 9 - Casa de Banhos de D. João VI.



Fonte: Boletim Casa de Banhos D. João VI, Rio de Janeiro, setembro 1997.

Figura 10 - Casa de Banhos de D. João VI.



Fonte: Boletim Casa de Banhos D. João VI, Rio de Janeiro, setembro 1997.

2.4.2. A implantação dos cemitérios, dos hospitais de doenças infecto-contagiosas e do aterro sanitário.

Philippe Aries (1977), em seu livro *História da Morte no Ocidente*, mostra que entre a Idade Média e meados do século XVII, aproximadamente, predominava no Ocidente católico, e na França em particular, uma relação de proximidade entre vivos e mortos. O autor denominou esse período de “morte doméstica”. O doente, em seu leito de morte, na sua própria residência, era acompanhado por parentes, amigos e religiosos, que cantavam e rezavam. Este ritual tinha o intuito de confortar o doente e fazê-lo acreditar que estaria realizando a passagem para uma vida melhor, o reino dos céus. Os enterramentos eram realizados dentro das igrejas, ou em suas áreas contíguas, e estavam integrados à vida da comunidade. No final do século XVII, por medidas sanitárias, os sepultamentos passaram a ser realizados em áreas abertas, nos chamados campos santos ou cemitérios secularizados. Esta prática era nova no mundo católico ocidental. Mas para os japoneses, judeus e outros povos, os sepultamentos em campos abertos não eram novidade. Os

protestantes, também em muitos países, o faziam.⁵⁹

No Brasil, o enterro nas igrejas foi instituído desde o descobrimento pelo colonizador lusitano. Sepultavam-se os mortos da elite nas igrejas, nos conventos e nas capelas particulares. Mas, na segunda metade século XIX, este costume começou a apresentar graves inconvenientes sanitários no país, sobretudo nas cidades, onde a população crescia e diminuía a oferta disponível de sepulturas e onde as epidemias de febre amarela e, sobretudo, de cólera, assolavam não apenas o Rio de Janeiro, mas diversas outras regiões.

Segundo Cláudia Rodrigues (1997) esse período avassalador da peste foi marcado pelo precário sistema sanitário da Corte, a impotência das autoridades, a confusão dos médicos, a resignação dos religiosos, o desespero da população e, principalmente, pelo medo de todos. Os mortos eram milhares e estavam espalhados entre todas as categorias sociais. Entre as primeiras providências, figurava a preocupação com o destino que se daria aos mortos, que não deveriam ocupar mais a cidade dos vivos, as igrejas e cemitérios intramuros.⁶⁰ Como os enterros demoravam a acontecer, em função dos rituais que o acompanhavam, o mau cheiro era insuportável. Além do incômodo que causava, tratava-se de uma questão comprometedora, pois representava uma terrível ameaça para a saúde, uma vez que as teorias médicas dominantes no período consideravam que a principal fonte de contágio de doenças ocorria através do ar, o qual disseminava as emanações. Esse cheiro forte, chamado de miasma, sustentou a teoria das origens miasmáticas das doenças epidêmicas, universalmente conhecidas e aceitas por todos os médicos da época. O ar era, assim, o principal propagador de doenças e muitas intervenções urbanas ocorreram sustentadas a partir das teorias dos miasmas.⁶¹

1

Frente a essas teorias e ao surto de febre amarela que assolou o Rio de Janeiro entre 1849 e 1850, a cidade sofreu grandes transformações passando a apresentar uma nova forma de ocupação. Os segmentos sociais de renda mais alta foram se deslocando do antigo e congestionado centro urbano em

⁵⁹ Philippe Arie. *Historia da Morte no Ocidente da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Ediouro. 2003. p. 43.

⁶⁰ Cláudia Rodrigues, *Lugares dos mortos na cidade dos vivos*. Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca. p. 45

⁶¹ Para essa discussão, sugere-se a dissertação de mestrado de Ângela Nunes Damasceno, *Os miasmas, os médicos e a relação homem-natureza na cidade do Rio de Janeiro*, 1993.

direção à Lapa, Catete, Glória, Botafogo e São Cristóvão, áreas que se beneficiavam da ação do Poder Público, que abria e conservava estradas e caminhos. Com a expansão da cidade a partir de 1850, foram incorporados novos sítios às áreas urbanas, incluindo-se a criação da Cidade Nova e da Freguesia de Santo Antônio, e intensificada a ocupação das freguesias periféricas, como a da Lagoa. As freguesias centrais passaram a sofrer inúmeras transformações, para as quais contribuíram o Estado e o capital estrangeiro, que, aos poucos, obtinha concessões do governo imperial para a provisão de serviços públicos. Desse modo, muitas ruas do Centro, principalmente a da Candelária, foram calçadas com paralelepípedos, e serviços como a iluminação a gás e os esgotos sanitários foram inaugurados, de modo que o bairro passou a ser a sede das modernidades urbanísticas da época, nos moldes das demais capitais européias. Embora ainda mantivesse residências da população miserável da cidade, como os pobres livres e os escravos, que se encontravam nos cortiços das freguesias de Santo Antônio e Santa Rita.⁶²

É dentro desse contexto que os cemitérios públicos passavam a ser realmente estabelecidos e os enterramentos deixavam de ser feitos nas igrejas.⁶³ O período da ocorrência da grande epidemia de febre amarela no Rio coincidiu com a criação dos cemitérios públicos. É somente com o advento desse surto epidêmico e do alto índice de mortalidade que ocorre, definitivamente, a transferência dos mortos para os cemitérios extramuros.

Assim, até meados do século XIX existiam apenas cemitérios intramuros na cidade do Rio de Janeiro. Durante o século XVII, os falecidos no hospital da Santa Casa da Misericórdia, eram sepultados no antigo e pequeno campo santo existente junto ao Morro do Castelo, por trás do hospital da Santa Casa. Em virtude do aumento do tráfico negreiro, o governador da época instituiu um cemitério exclusivamente para escravos no Largo de Santa Rita, onde permaneceu até aproximadamente 1769, quando ocorreu a transferência do mercado de escravo para o Valongo (atual área portuária do Rio de Janeiro),

⁶² Eulália Maria Lahmeyer Lobo. História do Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. Vol 1. RJ. Publicações IBMEC.1978. pp 110-119.

⁶³ Sob a influência das Associações Médicas do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal redigiu, no ano de 1832, um código de postura estabelecendo uma legislação sanitária municipal, que determinava a criação de cemitérios públicos. Entretanto, até 1850, as medidas que previam a criação de cemitérios extramuros não saíram do papel.

por ordem do Marquês do Lavradio.⁶⁴

Essa transferência foi decisiva para a dinamização das atividades comerciais e portuárias do Rio de Janeiro, que, Segundo Lamarão (1991), foi um marco no processo de especialização espacial da cidade, por se concentrar no Valongo o exercício do comércio negreiro da cidade. Várias ruas foram abertas e novos trapiches foram instalados no Valongo, sendo, por fim, para lá transferido definitivamente o cemitério dos “pretos novos”. Mais tarde houve motivo de grande insatisfação por parte dos moradores da região, que reclamavam do mau cheiro e do péssimo estado de conservação do cemitério, um contraponto numa região em franco desenvolvimento urbano.⁶⁵

Outro cemitério intramuros na cidade foi o Cemitério Inglês, construído no início do século XIX, após a chegada de D. João, em 1809. O Lord Strangfort, nobre inglês que acompanhava a comitiva real, conseguiu uma autorização para erguer um cemitério protestante na cidade. Em 1809 ele comprou o terreno em uma encosta do Morro da Providência, na Gamboa, e ali instalou, em 1811, o *British Bureal Ground*, local onde eram enterrados os ingleses e outros europeus de fé protestante.⁶⁶

Assim, os cemitérios intramuros no Rio de Janeiro, até meados do século XIX, mostravam-se bastante específicos: o dos pobres da Santa Casa de Misericórdia, o dos escravos no Valongo e o dos ingleses na Gamboa. A elite católica, em geral, era enterrada nas igrejas ou nos cemitérios contíguos.

Em 1850 os cemitérios passavam a ser estabelecidos na Corte, pelo Decreto n° 583 de 1850.⁶⁷ Em 1851 a Santa Casa da Misericórdia assume a construção e a administração dos cemitérios públicos, bem como os serviços funerais. O provedor da Santa Casa de Misericórdia nesse período, Sr. José Clemente, adquire vasta área de terras próximas à Ponta do Calafate, no Caju, antes conhecida como fazenda do Murundu, para o estabelecimento do

⁶⁴ Vivaldo Coaracy. Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. S.P. Editora Itatiaia. 1998. p. 287.

⁶⁵ Sergio Tadeu Niemeyer Lamarão. Dos Trapiches ao Porto. RJ. Biblioteca Carioca. 1988. p. 42.

⁶⁶ Elizabeth Cardoso. Historia dos Bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo. RJ. Editora Index, 1991. p. 42.

⁶⁷ Claudia Rodrigues, Lugares dos mortos na cidade dos vivos. Rio de Janeiro. Biblioteca Carioca. PP 66-67. O Decreto n° 583 de 1850 Este decreto autorizava o governo a determinar o número de cemitérios a serem construídos e a localização, que deveria ser nos subúrbios do Rio de Janeiro. Este mesmo decreto previa a regulamentação dos preços das sepulturas, o preço dos caixões, dos veículos de condução de cadáveres e tudo o mais que fosse relativo ao serviço dos enterros.

primeiro e grande cemitério público do Rio de Janeiro, destinado, simultaneamente, a ricos e pobres. Chamado oficialmente de São Francisco Xavier, o cemitério do Caju foi inaugurado oficialmente em 1851, e o primeiro corpo lá enterrado, em vala comum, foi o de uma africana livre. Depois do dela, muitos outros vieram, como resultado da epidemia da febre amarela, que há um ano assolava a cidade.

Separou-se no cemitério São Francisco Xavier um recanto destinado aos judeus. Nas mesmas terras, em 1858, foi fundado o cemitério da Terceira Ordem da Penitência, e em 1888 foi inaugurado o cemitério da Terceira Ordem do Carmo, todos localizados no Caju. Próxima à Ponta do Caju ficava a vasta fazenda do Murundu, adquirida por dez contos em 1840, pela Santa Casa de Misericórdia, na histórica provedoria de José Clemente Pereira, para a instalação do primeiro cemitério público do Rio de Janeiro.

Nas mesmas terras do Murundu, e ainda por obra da Santa Casa, foi criado, em 1855, em sede provisória, o hospital de Nossa Senhora do Socorro, que lá passou a ter sua sede permanente em 1866. É importante ressaltar que esse hospital existe até hoje; atendendo atualmente pelo nome de “Socorrinho”, ele presta atendimento a idosos carentes e funciona também como asilo. Perto desse hospital, nasceram outros cemitérios, além do São Francisco Xavier: o da Venerável Ordem Terceira do Monte do Carmo e o da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, ambos no Caju. Vinte anos depois se construiu, atrás do Cemitério São Francisco Xavier, um forno crematório ou templo combustor. Já em 1999 foi construído, nos terrenos do Cemitério da Venerável Ordem Terceira do Monte do Carmo, o primeiro cemitério vertical da América Latina (ver anexo 3).

Somando à implantação dos cemitérios no Caju, as instalações da usina de reciclagem de lixo, construída sobre o aterro sanitário do Hospital São Sebastião, destinado ao tratamento de doenças infecto-contagiosas, e das atividades industriais navais, posteriormente, contribuíram para a imagem negativa do bairro. Assim, os espaços de bucólicas praias que marcavam outrora o bairro do Caju, deram lugar primeiramente aos cemitérios e posteriormente aos grandes aterros e aos estaleiros e outras indústrias.⁶⁸ Ao longo do tempo, o bairro perde, assim, a característica residencial. O

⁶⁸ Brasil Gerson. História das Ruas do Rio de Janeiro. RJ. Editora Lacerda. 2000 pp 146-147.

crescimento da cidade e sua progressiva urbanização modificaram a paisagem local. Fizeram recuar o mar e promoveram impactos no seu meio ambiente, transformando o Caju em um inóspito bairro do urbano carioca. Entretanto, apesar de todas essas mudanças, permanece no bairro a colônia de pescadores que tentam manter suas tradições culturais e suas referências históricas.

2.5. A PROLETARIZAÇÃO DO BAIRRO

2.5.1. A colônia de pescadores de migrantes portugueses e espanhóis

A ocupação da Quinta do Caju é clara até o final do Império, pois esta Quinta pertencia ao Imperador. Com a Proclamação da República, essa propriedade passaria a ser mais uma terra devoluta, o que propiciou a sua ocupação por pescadores, uma vez que as praias localizadas no entorno da Baía de Guanabara eram excelentes para as atividades pesqueiras. À semelhança do que acontecia em vários pontos da Baía de Guanabara, o número de pescadores ali existente deveria ser bastante expressivo, tendo eles erguido, em 1889, uma capela em homenagem a São Pedro, no local conhecido como Retiro Saudoso, hoje simplesmente Retiro. Não se sabe, porém, quando esses pescadores se instalaram no bairro do Caju, nem se havia ali uma ou várias colônias de pescadores.

Segundo Lysia Bernardes (1958), no final do século XIX havia pelo menos uma colônia no bairro, localizada na Quinta do Caju. É possível que pescadores já estivessem ali há muito tempo, não sendo possível precisar a época exata em que a Quinta do Caju começou a ser ocupada pelos primeiros pescadores, como também não é possível dizer com certeza se havia entre eles muitos portugueses. Parece provável que, desde os fins do século XIX, houvesse pescadores portugueses concentrados nessa área, o que não constituiu um fenômeno isolado, uma vez que várias colônias existiram em vários outros pontos da Baía de Guanabara, tendo algumas delas

desaparecido e sendo outras englobadas pela expansão urbana.⁶⁹

A maioria das pessoas com mais de 60 anos que ainda residem no Caju declaram ser de origem portuguesa, e uma minoria declara descender de espanhóis. É possível, assim, que já na virada do século XIX os portugueses constituíssem a maioria no local, mas é certo que um grande número de imigrantes chegou à Quinta do Caju na primeira e segunda década do século XX, com apoio de parentes já ali instalados.

A legislação de 1921, que nacionalizava a indústria pesqueira, trouxe problemas para a Colônia do Caju, pois obrigava a limitar o número de estrangeiros em barcos a, no máximo, um terço da tripulação. Essa legislação não foi cumprida à risca na área, embora já houvesse, na época, muitos pescadores brasileiros descendentes de imigrantes, não só porque os portugueses excedessem em número os brasileiros, mas também porque os mestres de barcos, que eram quase todos portugueses, rejeitavam tripulantes de outras nacionalidades.

Como a vinda dos portugueses e seu engajamento nos barcos dependiam em grande parte de suas relações de parentesco, tornou-se importante levar em consideração que eles se dividiam em diferentes grupos, conforme a localidade de Portugal da qual provinham. Em meados do século passado, o grupo numericamente mais expressivo era o de procedentes de Vieira de Leira, seguido pelo de Povoas do Varzim, cidades litorâneas. Os portugueses não eram, porém, os únicos estrangeiros na colônia, pois ali também se instalaram os espanhóis, embora em número menor.

A fundação da colônia Z12, localizada na Quinta do Caju data de 1919, várias colônias de pescadores foram criadas na mesma época. A criação dessas colônias estava subordinada à Marinha de Guerra. Essa intervenção estatal deve-se, principalmente, a dois fatores determinantes: o país começou o século XX importando peixes, apesar de possuir um vasto litoral e uma diversidade de águas interiores. Após a Primeira Guerra Mundial, aumentou o interesse do Estado em defender a costa brasileira. O discurso instituído para fundar as colônias baseava-se na defesa nacional, pois ninguém conhecia

⁶⁹ BERNARDES, Lysia, e BRITO, Raquel S. Pescadores da Ponta do Caju: aspectos da contribuição dos portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara. Terceiro Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Lisboa, 1957. Actas, Volume 1. 1959.

melhor, empiricamente, os “segredos do mar” do que os pescadores. O lema adotado pela Marinha para a fundação das colônias de pescadores foi: “Pátria e Dever”, evidenciando o pensamento positivista.

O primeiro estatuto das colônias de pescadores data de 1 de janeiro de 1923, assinado sob forma de aviso, proveniente da Marinha. As colônias eram definidas como agrupamento de pescadores ou agregados associativos. Para poder desenvolver a atividade pesqueira, os pescadores eram obrigados a se matricular nas colônias.⁷⁰

Também foram encontrados, nos arquivos da colônia Z12, documentos sobre a Confederação dos Pescadores do Brasil, criada em 1920. Nesta, as relações instituídas entre os pescadores e o Estado se caracterizavam pelo paternalismo e pelo assistencialismo. No processo de “conquista” da confiança dos pescadores, o Estado prestou serviços gratuitos em embarcações, doou redes, ofereceu serviços de saúde, além de ter criado algumas escolas para filhos de pescadores.⁷¹ O Estado também fomentou outro tipo de escola, denominada “Escoteiros do Mar”, com a finalidade de militarização e treinamento para jovens, além do cultivo ao civismo.⁷²

Com a instituição do Estado Novo, na era Vargas, a organização dos pescadores, como consta nos arquivos da colônia Z12, passou por algumas mudanças. Através do Decreto nº 23.134/33, foi criada a Divisão de Caça e Pesca, cujo objetivo era o de gerenciar a pesca no país. Os pescadores deixaram de estar subordinados ao Ministério da Marinha e passaram para o controle do Ministério da Agricultura. Este elaborou, em janeiro de 1934, o primeiro Código de Pesca, subordinando os pescadores à Divisão de Caça e Pesca. Em meio ao surgimento dos primeiros sindicatos de trabalhadores, predominantemente urbanos, as relações entre os pescadores e o Estado assumiram configurações diferentes daquelas do período da fundação das colônias.

⁷⁰ Documentos pesquisados nos arquivos da colônia de pescadores Z12 localizada no Bairro do Caju.

⁷¹ A escola pública municipal, Laura Sylvia, onde trabalhei por mais de 20 anos, era uma dessas escolas. Até a década de 80, ela atendia, quase que exclusivamente, aos filhos de pescadores. Fundada em 1938, esta escola recebia, inicialmente, filhos de migrantes portugueses e espanhóis, que aqui chegavam para exercer o ofício da pesca. O nome oficial da escola era “Comandante Armando Pinna”, porém era conhecida como Escola da Colônia. (Ver anexo 1).

⁷² Existiu uma sede desta instituição no Caju, na Rua Circular, nº 12, até meados dos anos 70.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), novas mudanças são introduzidas na organização dos pescadores artesanais. Através do Decreto-lei nº 4.890 de outubro de 1942, foi transferida a subordinação dos pescadores do Ministério da Agricultura para o da Marinha. Na década de 1960, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, sendo extinta a Divisão de Caça e Pesca. O novo órgão teve como finalidade a promoção, desenvolvimento e fiscalização da pesca. Com o golpe militar, em 1964, as relações entre o Estado e os movimentos sociais, de um modo geral, foram cortadas, culminando com o fechamento de sindicatos. O Código de Pesca foi instituído em pleno AI-5 do regime militar, através do Decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, que estabeleceu as normas para o exercício da atividade da pesca. Apesar de vários projetos de lei estarem tramitando no Congresso Nacional, é esse decreto que ainda vigora na atualidade.

No final da década de 1960, o Estado incentivou a implantação da indústria pesqueira nacional, principalmente através de mecanismos como os incentivos fiscais e a isenção de impostos, buscando aumentar as divisas para o país por meio da atividade pesqueira industrial. Em favor dessa nova forma de captura do pescado, a atividade pesqueira artesanal foi perdendo incentivos. Na colônia Z12, no Caju, essa fase coincide com a construção dos grandes estaleiros no bairro, o que acarretou um enorme esvaziamento da pesca artesanal, principalmente devido aos aterros, que confinaram o ancoradouro dos barcos da colônia em uma estreita faixa de mar, onde as águas da Baía de Guanabara tornaram-se bastante poluídas. “A pesca artesanal, entre 1967 e 1977, havia recebido somente 15% do equivalente aos fundos investidos na indústria pesqueira através de incentivos fiscais.” (DIEGUES, 1983, p.137)

Como se pode observar pela documentação da colônia Z12, a organização dos pescadores retornou para a tutela do Ministério da Agricultura, que instituiu um novo estatuto para as colônias de pescadores através da Portaria nº 471 de 26 de dezembro de 1973. As colônias se mantiveram sob a denominação civil, mas ficaram subordinadas ao controle do Estado, das Federações e da Confederação Nacional de Pescadores, conforme podemos verificar no § 2º do art. 1º: “As colônias de pescadores se obrigam a estreita

colaboração com as autoridades públicas, com as respectivas Federações e com a Confederação Nacional de Pescadores”; e na alínea c) do art. 26: “Compete à diretoria da colônia cumprir e zelar pelo cumprimento deste Estatuto, do Regimento Interno das deliberações da SUDEPE, da Confederação Nacional dos Pescadores e Federação, bem como das autoridades navais”. Este estatuto ainda prevalece até os dias de hoje em muitas colônias do país, inclusive na Z12.

Após a promulgação da nova Constituição, em 05 de outubro de 1988, identificamos alguns avanços relativos à organização dos pescadores artesanais. As colônias foram equiparadas, em seus direitos sociais, aos sindicatos dos trabalhadores rurais. Abriu-se a possibilidade de as colônias elaborarem seus próprios estatutos (o da colônia Z12, segundo a sua diretoria, ainda está em fase de elaboração), adequando-os à realidade de seus municípios. O art 8º da referida Constituição trata exclusivamente de questões comuns à colônia e aos sindicatos de trabalhadores rurais. Destacamos o inciso I do referido artigo: “A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicatos, ressalvando o regimento no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.”

Figura 11: Cais da colônia de pescadores da Quinta do Caju (localidade conhecida como Varal).



Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Programa Favela-Bairro, 2000.

2.5.2 As primeiras fábricas

O Rio de Janeiro em fins do século XIX era ainda uma cidade de estrutura colonial - mercantil embora tivesse experimentado um rápido crescimento em poucas décadas. Sua população aumentou 72% de 1838 a 1870, passando de 137.078 para 232.291 habitantes, e em menos de duas décadas quase dobrou, elevando-se de 274.972 para 522.651 habitantes no entre 1872 e 1890. Este vertiginoso crescimento demográfico deveu-se, em grande parte, à entrada de muitos estrangeiros na cidade e, também, a um considerável fluxo de migrantes oriundos de toda parte do país para a então capital da República, em função da desagregação do sistema escravista, principalmente com a saída de antigos escravos da região fluminense em decadência.⁷³

Até o final da década de 1880, o Rio de Janeiro já possuía a maior concentração operária e fabril do país. A instalação de estabelecimentos fabris na capital e adjacências, a partir de meados do século XIX, deveu-se a um conjunto de fatores, dentre os quais a acumulação de capitais provenientes da empresa agrícola ou dos negócios do comércio exterior, a facilidade de financiamento dos grandes bancos, cuja sede estava localizada na capital do país, um mercado de consumo de proporções razoáveis, abrangendo não só a cidade como a região tributária, servida pela rede de ferrovias, e a substituição da água pela energia a vapor como força motriz. Somando-se a tudo isso, o peso da presença do aparelho administrativo da capital federal e a estrutura portuária que começava a ser implementada, facilitando o acesso às matérias primas e às máquinas necessárias à produção fabril, foram condições facilitadoras para o desenvolvimento industrial no Rio.

Se na escala nacional o Rio de Janeiro reunia, no final do século XIX, condições francamente favoráveis ao desenvolvimento da atividade fabril, na escala local, ao nível de forma e funcionalidade da organização interna da cidade, faziam-se presentes algumas limitações para a implantação da indústria fabril, sobretudo a moderna indústria têxtil. Limitações que associadas à revolução tecnológica desta indústria, vão influenciar na localização do sistema fabril e suas unidades de produção na cidade.

⁷³ Eulália Lobo, 1978, v 2, p. 470.

Segundo Lysia Bernardes (1987), a indústria começou a se instalar em São Cristóvão antes da queda da monarquia, com o estabelecimento, a partir de 1863, das fábricas de vidro, de artefatos de barro, de velas nacionais e de tecidos. Em 1856, São Cristóvão torna-se uma freguesia/paróquia, desmembrando-se da Freguesia do Engenho Novo. No último quarto do século XIX, São Cristóvão, incluindo a Ponta do Caju, começava a passar por um grande processo de transformação, de freguesia residencial, com um ativo comércio local, tornava-se uma freguesia com uma incipiente atividade industrial.

Por abrigar durante muitos anos a Família Real Brasileira, São Cristóvão naquele período já apresentava uma infra-estrutura bem avançada em relação às outras freguesias da cidade. O que seria muito importante anos mais tarde para a chegada dos estabelecimentos industriais. São Cristóvão era dotado do melhor sistema de abastecimento de água, devido à instalação do grande depósito no morro do Telégrafo, e também de um sistema de esgoto. Tanto o sistema de abastecimento de água quanto de esgoto haviam sido implantados em São Cristóvão para atender as demandas dos membros da corte, dos altos funcionários, dos nobilitados e comerciantes, que ali haviam construído seus casarões. Esta infra-estrutura existente na Freguesia de São Cristóvão acabou propiciando a instalação ali de várias fábricas, ainda no final do século XIX.⁷⁴ A esse respeito, Maurício Abreu (1997), ressalta ainda que

“São Cristóvão oferecia, (...), grande proximidade aos eixos ferroviários e aos diversos portos que serviam a cidade (Cais dos Minérios, Cais Pharoux, Ponta do Caju), dos quais as indústrias dependiam para o recebimento de matérias primas e para a exportação do produto final para outros mercados”.⁷⁵

São Cristóvão naquele período era servido pelo trem (Estação de Ferro D. Pedro II, fundada em 1859) e pelo bonde (Companhia Rio de Janeiro Street Railway Company, posteriormente Companhia São Cristóvão, inaugurada em março de 1870). E em 1844 foi inaugurada uma linha de barcos a vapor ligando Botafogo, à Ponta do Caju. A linha de bonde inicialmente de tração animal, que

⁷⁴ Abreu, (1997), Siqueira (1984).

⁷⁵ Abreu, 1997, p. 53.

servia à Ponta do Caju teve sua eletrificação inaugurada em 1 de setembro de 1896 e propiciou também o aumento populacional em São Cristóvão.

A primeira indústria de porte localizada no Caju foi a indústria têxtil. Depois, surgiram no Caju várias fábricas, dentre as quais a Marvillis e a São Lázaro, esta última fundada em 1887, por Luiz Augusto Ferreira d'Almeida, agraciado pelo governo português com o título de Visconde Ferreira de Almeida, empresário gaúcho organizador de várias companhias, dentre as quais a Indústria de cimento e Ferro, a de Tecido de Lã da Tijuca e a Litho-Typographia. A fábrica São Lázaro produzia uma grande variedade de artigos, como tecidos de ponto de malha, camisas e meias masculinas e femininas, sendo a única do gênero no Brasil, concorrendo com as similares européias pela qualidade e baixos preços.

Ao seu lado funcionava a fábrica Artur Azevedo & Cia, pertencente ao Comendador Artur Mario Teixeira de Azevedo, logo adquirida por Ferreira d'Almeida. Esta fábrica reunia vários prédios na então Praia de São Cristóvão, hoje Rua Monsenhor Manuel Gomes. No número 183, havia o edifício onde funcionavam as prensas e o alvejamento. As máquinas de tecidos de malhas e seda e o escritório funcionavam no número 185. A fiação e a expedição, no número 187, aqui havia diversas seções de tecidos de seda. Nos fundos do número 191, de frente para a Rua da Indústria, havia um casarão de madeira, onde funcionavam a carpintaria, a serraria, a funilaria e a fundição. Fechando a fábrica pelos fundos, havia a Vila São Lázaro, com um conjunto de 56 casa, algumas ruas, como a Rua Dona Beralda, a Rua Barão de Drummond, a Rua Comendador Teixeira de Azevedo, e uma praça, denominada Visconde Ferreira de Almeida. Do lado direito da atual Rua Monsenhor Manoel Gomes, próximo ao mar, havia também algumas instalações tipo marinhas (cais e construções destinadas ao apoio marítimo) e depósitos diversos.

Enfrentando dificuldades financeiras, a Fábrica São Lázaro viu-se em liquidação forçada, sendo vendida ao Banco da República do Brasil, em escritura passada, em 2 de junho de 1898. Em 17 de julho de 1899, o Banco da República representado pelo seu presidente, Conselheiro Luis Martins do Amaral, vendeu o acervo da fábrica para Fazenda Federal, representada no ato pelo diretor do Contencioso do Tesouro Federal Dr. Carlos Miguel Naylor. Em 1900, as instalações da extinta fábrica foram repassadas para o Ministério da

Guerra, que iniciou no mesmo ano, a transferência do Arsenal de Guerra da Ponta do Calabouço para o Caju. A Fábrica São Lázaro foi substituída por oficinas mecânicas e confecções de fardamento, com quase 300 costureiras, do Arsenal de Guerra.⁷⁶

Outras fábricas também apareceram nesse período, como a localizada na Quinta do Caju pertencente ao Comendador Casimiro Costa (chamado “O Maneta”), que montou, ao lado da estação do Rio d’Ouro, a Companhia Edificadora, que fabricava vagões de imbuia para passageiros. Na praia do Caju existia ainda, em 1890, a Marcenaria Brasileira, de Santos Moreira & Cia., a primeira de móveis de luxo na cidade. Segundo Lamarão (1997), em 1895, a freguesia de São Cristóvão possuía em torno de 35 unidades fabris, de diversos setores como a indústria de tecidos e velas, e também oficinas de carpintaria, marcenaria e ferraria.

Com a proclamação da República e a eventual saída da corte de São Cristóvão, as transformações em sua paisagem tornam-se aceleradas. A ocupação voltada para as atividades industriais na Freguesia de São Cristóvão, que era então deixada pela aristocracia carioca, vai configurar a grande modificação sofrida na área. São Cristóvão passava, assim, a se tornar uma freguesia industrial. Analisando a geografia da Freguesia naquele período é possível observar que seus imponentes casarões vão facilitar a instalação da atividade manufatureira, uma vez que ofereciam generosa quantidade de área disponível para alojar o processo produtivo. Os casarões propiciaram, também, fracionamentos em unidades habitacionais menores que passariam a alojar a crescente classe operária. Posteriormente, esses casarões divididos em pequenas unidades transformaram-se em cortiços.

Concomitantemente a esse processo de refuncionalização da Freguesia de São Cristóvão e da Ponta do Caju, de um uso residencial da elite carioca para um uso industrial de pequenas fábricas e de moradia para a classe trabalhadora, começava a ser difundida a ideologia do morar a beira mar como símbolo de vida do estilo moderno. Assim, inicia-se também o deslocamento das classes abastadas em direção às áreas até então inexploradas pelo capital imobiliário, a atual zona sul da cidade.

⁷⁶ Acervo da Instituição Ferreira de Almeida, Casa São Luiz para a Velhice.

No período compreendido entre 1914 e 1918, no transcorrer do primeiro conflito mundial, vai ser assistida uma intensificação da atividade fabril carioca, que neste momento se beneficiava da abundância de energia elétrica (produzida pela Light) e da entrada em funcionamento do novo Porto do Rio de Janeiro. Este fato confirma a preferência de estabelecimentos, principalmente de médio porte, por esta área. Tal período foi benéfico ao crescimento industrial da cidade, pois manteve no país e na cidade, grande parte dos capitais que naturalmente saíam através de importações ou gastos supérfluos.⁷⁷

2.5.3. O porto e a indústria naval

A atual configuração da Zona Portuária guarda suas origens no início do século XX, durante a “Administração Pereira Passos”, inspirada na reforma empreendida em Paris pelo barão Haussmann. De 1903 a 1906, o Estado implementava uma verdadeira Reforma Urbana na Área Central, apagando à força as marcas e os expurgos da antiga cidade colonial. Assim, a primeira década do século XX, presenciou o que foi, na avaliação de Maurício de Abreu, (1997) “o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, organizada agora sobre novas bases econômicas e ideológicas”.⁷⁸

Nessa grande reforma urbana vários morros da cidade foram desmontados e seus destroços utilizados para aterros. Assim, em 1920, desenhou-se o litoral retificado do Caju, a partir dos destroços do Morro de Castelo, guardando em seu interior um “retroporto” bem dimensionado. Nesse interior, ou seja, no Caju, consolidou-se a área de usos sujos da capital da República e os estigmas decorrentes.⁷⁹

Devido à própria geomorfologia do Caju e à progressiva redução das suas atividades pesqueiras, o Porto do Caju isola-se. Com a abertura da Avenida Presidente Vargas, na década de 1940, separa-se, na prática, o Porto da cidade. Mais adiante, a inusitada construção da Avenida Perimetral afastou ainda drasticamente os bairros da Zona Portuária da cidade. Assim, quatro das mais importantes avenidas da Área Central carioca (Presidente Vargas,

⁷⁷ Maurício Abreu, 1997.

⁷⁸ Maurício Abreu, 1997, p.53.

⁷⁹ Rabha, 1985

Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e Rio Branco) formam um verdadeiro anel de isolamento dos bairros portuários, constituindo uma “ilha” circundada pelos fluxos.⁸⁰

Em meados do século XX, o Caju passou, então, a estar limitado pela Avenida Brasil, que ao ser concluída em 1947, o deixou definitivamente afastado de São Cristóvão e do resto da cidade. Assim, o Caju é um bairro isolado estruturado em torno do anel viário formado pela Rua Monsenhor Manoel Gomes (interceptada pela Avenida Brasil e continuando com o mesmo nome no bairro contíguo, São Cristóvão). A continuação dessa rua no Caju é a Rua Carlos Seidl, que em forma de “U” retorna à Avenida Brasil. Com inexistência de ruas transversais a este anel, muitos moradores utilizam o cemitério como passagem para diminuir a distância entre as comunidades que estão nos lados contrários do “U”. Os fluxos de transportes e pessoas se fazem de forma mais intensa pelo eixo único, acentuando, assim, a característica fundamental dessa via que é a entrada e saída da produção.

É nesse espaço construído pelo aterramento do litoral, que o porto e a indústria naval irão se estabelecer no Caju. Buscando entender a implantação dessas atividades produtivas no bairro, a seguir será apresentado um breve histórico das suas instalações.

Até o final do século XIX, o Rio de Janeiro não dispunha de um porto propriamente dito, todo o litoral entre a Ponta do Calabouço até a Ponta do Caju, era ocupado por instalações relacionadas com o transporte marítimo e a navegação. Certa especialização de alguns trechos foi se estabelecendo ao longo dos anos, por tradição ou por interferência normativa governamental. Mas os navios maiores que cruzavam o oceano ou faziam a cabotagem não podiam atracar, pois não havia calado suficiente. Assim, passageiros e mercadorias freqüentemente, tinham que chegar até eles em barcos de menor porte, empenhados no serviço do porto.

O decreto nº 849, de 11 de outubro de 1899 concedeu à empresa privada Industrial de Melhoramento do Brasil, autorização para realização de cais para atracação de grandes navios entre o Arsenal de Marinha e a Ponta do Caju, com armazéns e equipamentos mecânicos de carga e descarga e um ramal ferroviário, tudo construído sobre um grande aterro ao longo da costa

⁸⁰ Rabha, 1985.

que seria realizado com o desmonte do Morro do Senado.⁸¹ A empresa Melhoria não tendo como levar adiante o gigantesco projeto, passou-o para o Governo Federal que, através de empréstimos feitos aos banqueiros N. M. Rothschild and Sons, de Londres, realizou apenas o primeiro trecho do cais do porto, em 1905. Uma extensão de 3.500m junto à nova embocadura do Canal do Mangue. Entretanto, tendo em vista a intensa movimentação de cargas realizada na cidade, o porto, para alguns, já surgia acanhado.

Francisco Bicalho, como diretor técnico dos trabalhos, propôs ao ministro da Indústria um projeto para nova ampliação, aprovado pelo decreto nº 6786 de 19 de dezembro de 1907. A proposta consistia na construção de três molhes paralelo à linha do cais que incluiria inevitavelmente as ilhas de Santa Bárbara, Pombeba e Torrões. A nova linha de atracação distaria 200 a 250m da Praia de São Cristóvão, ligando os molhes ao extremo sul, envolvendo a Ponta do Caju e conectando as estradas de ferro Rio d'Ouro à Central. O sistema passaria, assim, a contar com 19.100m lineares de cais, e, apesar de aprovado mais uma vez, não seria ampliado o porto nesta direção.

As necessidades de expansão do cais eram objetos de contínuos planos e atos do governo, acontecendo concretamente em 1924 o início das obras do prolongamento para navios de grande calados. No relatório anual do Ministério de Aviação e Obras Públicas consta que em 1923, de 100 navios que demandavam as instalações portuárias do Rio, 40 não conseguiam atracar na cidade. Em 1926, foi inaugurado o prolongamento parcial do cais de São Cristóvão, esta obra ainda não colocava a Ponta do Caju na área contígua do Porto.

O Porto do Rio de Janeiro, cujas instalações sempre foram construídas pela União Federal, foi sucessivamente explorado por organizações particulares constituídas por capitais estrangeiros. Tal regime de arrendamento passa a ser objeto de exclusivo lucro para o explorador, enquanto suas instalações sem a devida manutenção decrescem pelo uso contínuo e pela falta de renovação. Essa situação, não raro, tinha amparo governamental.

⁸¹Lamarão (1984) aponta que a concessão feita pelo decreto 849 para a realização de obras portuárias do Arsenal de Guerra até a Ponta do Caju não chegou a acontecer, pois existiam outros interesses em questão como os da Companhia União dos Trapiches, que queria atuar livremente sem a intervenção do Estado. A Companhia teve seu fim com a transformação das operações portuárias que, inevitavelmente, ocorreriam na medida que o porto fosse totalmente unificado.

A situação do antigo arrendatário acabou se transformando em pesado ônus para o Estado. Por proposta do então ministro da Viação e Obras Públicas, Dr. José Américo de Almeida, o Governo provisório, através do Decreto nº 23.595, de 8 de dezembro de 1933, rescindiu o contrato de arrendamento à concessionária e, ao mesmo tempo, estabeleceu uma administração autônoma e provisória para dirigir a exploração do porto. A 3 de maio de 1934, o Decreto nº 24.188, declara rescindido o contrato celebrado entre o Governo Federal e a Cia. Brasileira de Portos.

Com a encampação, levada a efeito pelo presidente Getúlio Vargas, o Porto do Rio de Janeiro passou a ser um órgão de natureza autárquica, com personalidade jurídica própria e sob jurisdição do então Ministério da Viação e Obras Públicas. A nova entidade sofreu profundas reformas técnico-administrativas e passou a denominar-se Administração do Porto do Rio de Janeiro (APRJ).

A APRJ tinha por finalidade realizar as obras de melhoramento e ampliação das instalações portuárias, sua reparação, conservação, renovação e a exploração industrial e comercial do Porto do Rio de Janeiro. Tais obras foram fiscalizadas diretamente pelo então Departamento Nacional de Portos Rios e Canais (DNPRC).

Em 30/04/1973 era criada a Companhia Docas da Guanabara, cuja razão social foi alterada, a partir de 1975, para a Companhia Docas do Rio de Janeiro. Em decorrência da aplicação da Lei nº 8.630, de 25/02/1993, as atividades de operação portuária foram sendo gradualmente transferidas, por intermédio de contratos de arrendamento de áreas, para empresas do setor privado, constituídas para atuar sob a forma de Terminais Portuários, em moldes semelhantes aos verificados nos principais portos europeus. Já na década de 1970, o Caju, em função dessa proximidade com o Porto, já era considerado um bairro eminentemente industrial.

Os maiores estaleiros presentes no Caju eram o Caneco, de capital nacional, e a Ishibrás, de capital brasileiro e japonês, ambos desativados no início dos anos de 1990.⁸² As firmas de concreto atualmente presente no bairro

⁸² Entre 1950 e 1990 o Caju era um bairro predominantemente industrial tendo sediado dois grandes estaleiros privados o Ishbrás e o Caneco. Esses estaleiros tiveram grande influência, não apenas na história territorial do bairro, mas também na economia carioca e nacional. A partir dos anos 1990 esses estaleiros passaram por uma gradativa refuncionalização, crescendo o uso de seus espaços para depósitos de containeres.

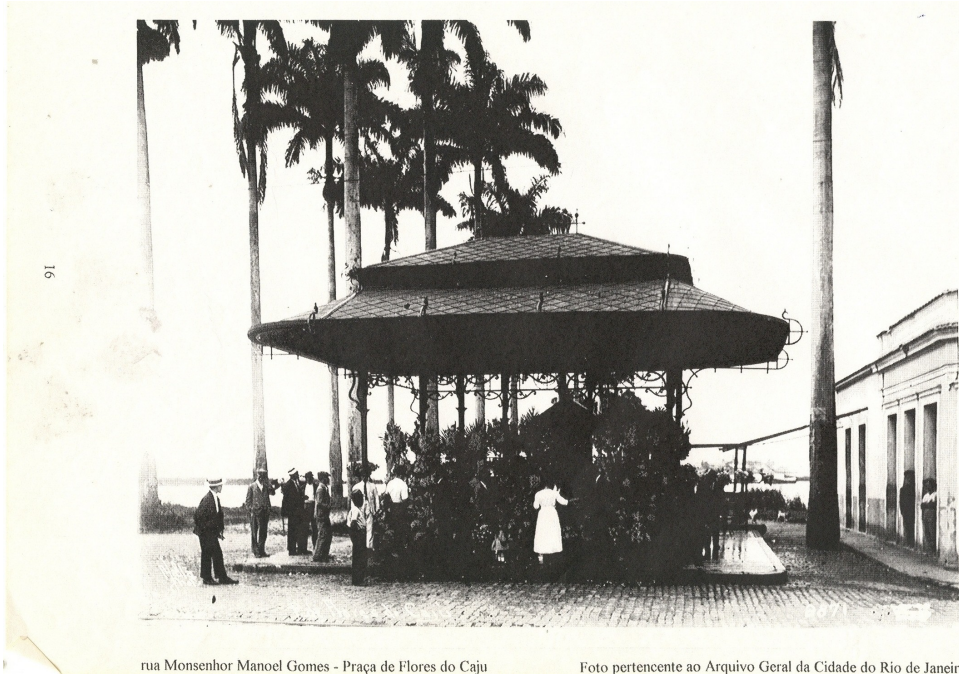
se localizam ao longo da Rua Carlos Seidl, a Polimix, a Concremix e a Engemix e na Rua Monsenhor Manuel Gomes, as da Remix. Área da COMLURB ocupa o terreno do antigo “Lixão”, um aterro sanitário que uniu as Praias do Retiro Saudoso à Ilha Sapucaia, finalizado na década de 1930. O uso dessa área é feito pela COMLURB para estacionamento de seus caminhões e pela cooperativa dos catadores de lixo para a seleção do lixo doméstico. Nesse terreno de aterro foi ainda construída a usina de lixo, na década de 1980, que foi desativada no final da década de 1990, em função da instabilidade do terreno.

A forte presença de atividades industriais no Caju e a enorme quantidade de grandes terrenos, muitos deles antes utilizados por unidades industriais, antigas fábricas e pequenos estaleiros, servem atualmente como estoques de containeres, que para serem ali depositados necessitam ser transportados por caminhões de grande tonelagem, os quais passaram a fazer parte da paisagem cotidiana do Caju. Imensas carretas de containeres e caminhões de concreto tomam conta das ruas do bairro, contribuindo com sua cota de barulho, fumaça e excesso de peso para a deterioração das ruas do bairro.

Este uso, predominantemente industrial, herdado pelo Caju, promoveu internamente no bairro duas paisagens e usos do solo distintos, embora associados. De um lado, as favelas e, de outro, grandes extensões de áreas de uso industrial, como Estaleiros, Fábrica de Cimento, etc, de uso governamental, como o Arsenal de Guerra do Exército, Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica, RFFSA, DOCAS, COMLURB, ou com equipamentos urbanos, como os cemitérios e hospitais.⁸³ Assim, instalações do bairro imprimem na paisagem um aspecto híbrido, um bairro residencial e ao mesmo tempo industrial.

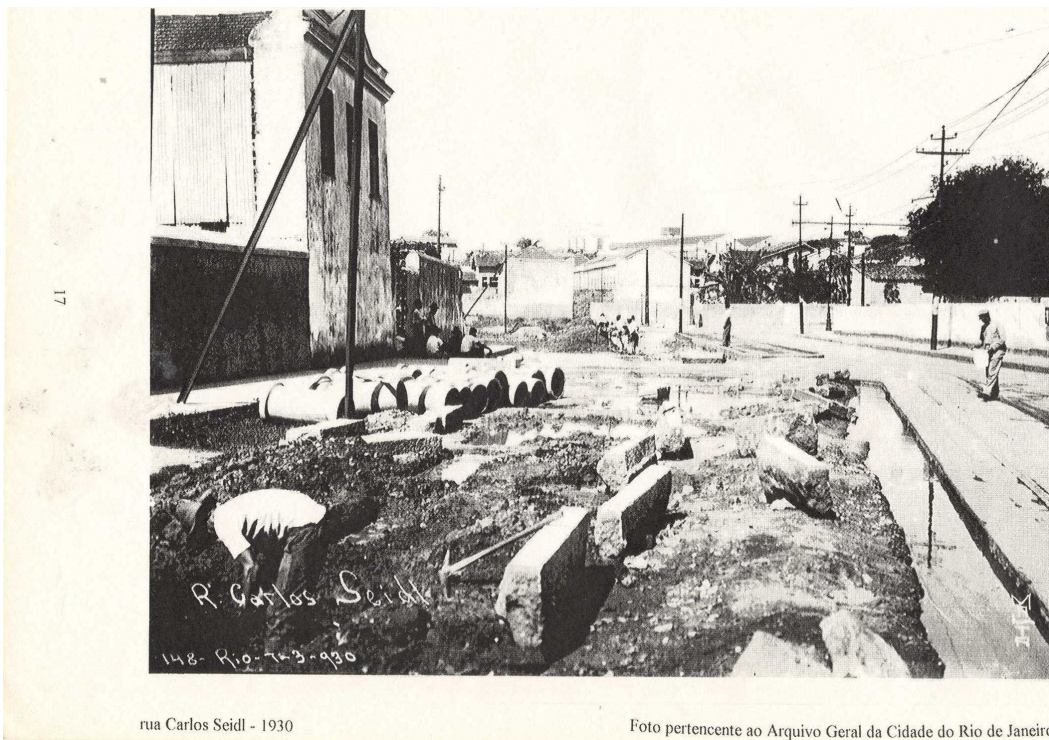
Figura 12 : Praça das Flores no Bairro do Caju, década de 1930.

⁸³ Em quase total abandono estão os hospitais São Sebastião, para doenças infecto-contagiosas, e o Hospital Geral Anchieta, ambos há mais de um século no bairro. Encontra-se instalado no Caju, também centenário, o Asilo São Luiz, inicialmente idealizado para amparar a velhice dos necessitados, hoje a instituição tem caráter totalmente privado.



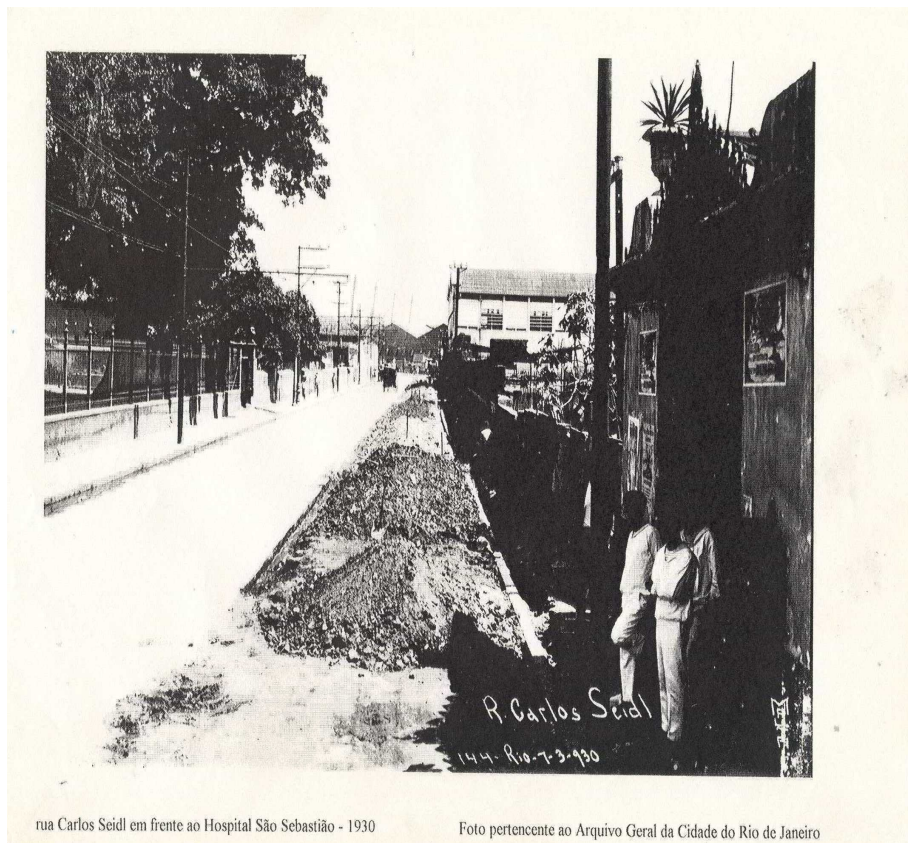
Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Figura 13: Obras de Saneamento na Rua Carlos Seidl, 1930.



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 14: Obras de Saneamento na Rua Carlos Seidl, 1930.



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Figura 15: Aterro Sanitário do Retiro Saudoso, no Caju, 1937.



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Figuras 16 e 17: Barracos das obras de Construção do estaleiro Ishikawajima, década de 1950.



Fonte: Acervo da Colônia Pescadores Z12 no Bairro do Caju.

2.6. A FORMAÇÃO E EXPANSÃO DAS FAVELAS

2.6.1. O processo de favelização carioca e o caso do Caju

“A palavra ‘favela’ parece ter sido trazida para o Rio de Janeiro após a Guerra de Canudos. Favela é planta do sertão e não escapou à erudição botânica de Euclides da Cunha, que a deu como leguminosa. Graciliano Ramos cita-a em *Infância*, assinala suas folhas caustificantes na vegetação nordestina. Teria dado o nome a uma serra da Bahia, no Município de Monte Santo. Na topografia de Canudos havia um monte com esse nome, ao sul do povoado. O morro da Favella, de onde a denominação parece ter se estendido a outros aglomerados humanos no Rio de Janeiro, foi habitado por vivandeiras vindas para o Rio com as tropas que haviam lutado contra os fanáticos de Canudos. Aí construíram os barracos da primeira favela do Rio, para aí trouxeram o Cristo da devoção de Antonio Conselheiro que, desde 1901, foi instalado na miúda capela do morro e tem sido até hoje”.⁸⁴

Os anos 1920 caracterizam-se pelo drástico declínio do movimento comercial do Brasil e do porto do Rio de Janeiro, devido à baixa do preço do principal produto de exportação, o café, que atingia até então cerca de 70% do total de exportação do Brasil. Ao mesmo tempo a indústria passava a se tornar cada vez mais importante. Essa mudança, aliada às conjunturas econômicas internacionais, levou a liberação de quantidade considerável de mão de obra do campo para a cidade, nas décadas de 1920 e 1930. Conforme ressalta Maurício Abreu (1997) grande parte dessa força de trabalho deslocou-se para o Rio de Janeiro, então, capital da República, em busca de empregos gerados tanto pela indústria quanto pela expansão das atividades comerciais e de prestação de serviços que acompanhavam o crescimento demográfico.⁸⁵

É dentro desse contexto que as favelas no Rio de Janeiro começam a se espalhar pela cidade e o processo de favelização tomar expressão. Segundo Maria Laís Pereira da Silva (2005), as favelas do Rio de Janeiro crescem e se disseminam na década de 1920. Entre 1928 e 1933 é realizado o primeiro levantamento aéreo da cidade para o censo predial, que contabiliza, pela primeira vez, os casebres do Rio de Janeiro. Para toda a cidade foram encontrados 46.192 casebres, cerca de 20% do total de prédios. As favelas

⁸⁴ SAGMACS. Aspectos humanos da favela carioca”. *O Estado de São Paulo*, suplementos especiais, abril, 1960. Apud. Lícia Valladares, 2000, p. 7.

⁸⁵ Maurício Abreu, 1997, p. 96.

passavam, assim, a ser tornar uma presença marcante nas áreas urbanizadas da cidade carioca.⁸⁶ Conforme Lícia Valadares (2000),

“Somente após ferrenha campanha contra o cortiço as atenções começam a se voltar para esse novo espaço geográfico e social que vai despontando, gradativamente, como o mais recente território da pobreza. Em especial, *uma* favela catalisa as atenções, mais precisamente o morro da Favella, que entrou para a história por sua associação com a Guerra de Canudos, por abrigar ex-combatentes que ali se instalaram para pressionar o Ministério da Guerra a lhes pagar os soldos devidos. O morro da Favella, até então denominado morro da Providência, passa a emprestar seu nome aos aglomerados de casebres sem traçado, arruamento ou acesso aos serviços públicos, construídos em terrenos públicos ou de terceiros, que começam a se multiplicar no centro e nas zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro”.⁸⁷

Estimulado, então, pelo crescimento populacional da cidade e pela ausência de uma política habitacional eficiente para as classes populares, o processo de favelização tornou-se multidirecional, acompanhando a expansão física da cidade. A partir de meados da década de 1920 mais de 100.000 pessoas já habitavam as favelas do Rio de Janeiro, representando, aproximadamente, 9% da população da cidade. Nesse sentido, aquela década pode ser considerada como um período importante da afirmação das favelas na paisagem carioca.⁸⁸

Apesar da insalubridade que ameaçava esses espaços populares, sempre sujeitos à violência de despejos coletivos, o fato é que, diante da ausência de uma política habitacional capaz de promover trabalho, renda e habitação para a população pobre, as favelas não só modificaram como se adensaram em diferentes lugares da cidade, tornando cada vez mais difícil a sua erradicação.⁸⁹

Assim, na gestão municipal de Pedro Ernesto (1931 a 1936) as favelas passavam a tomar importância como fato político. Há toda uma mobilização do prefeito e de seu grupo ao redor das favelas. Aumentando rapidamente durante os anos de 1930, as favelas são enfatizadas como emblema da pobreza.

⁸⁶ Maria Laís Pereira da Silva, 2005.

⁸⁷ Lícia Valladares 2000, p. 7.

⁸⁸ Maurício Abreu, 1997, p. 41.

⁸⁹ Maurício Abreu, 1997.

Entretanto é também nessa década, em 1937, que o tratamento dado à favela muda. Ela passa a ser encarada como problema, devendo ser eliminada e proibida. Elaboram-se planos e projetos de ordenamento espacial. O que será tentado mais adiante com os parques proletários, em 1941.

O Código de Obras de 1937 registra com precisão essa mudança de tratamento das favelas e sua situação marginal. Por passarem a ser consideradas “aberração”, as favelas não podiam constar no mapa oficial da cidade. Assim, nesse documento são propostas a proibição de construção de novas moradias e de melhoria das existentes e mesmo sua eliminação. Para solucionar o problema são sugeridas construções de habitações proletárias para serem vendidas às pessoas reconhecidamente pobres. É dessa orientação do Código que surgirá a experiência dos parques proletários, efetivada no início dos anos de 1940.⁹⁰

Nas duas décadas seguintes, em função do aumento do ritmo de crescimento das favelas, há uma grande preocupação com o fenômeno da favelização. Entre 1946 e 1950, em função da explosão do fenômeno na cidade, o Poder Público passa a contabilizar e analisar as favelas e realiza o primeiro censo de favelas no Distrito Federal. Licia Valladares, 2000, ressalta que

(...) segundo pesquisa realizada por Abreu (1994), apenas na segunda década do século XX é que a imprensa passa a utilizar a palavra favela de forma substantiva e não mais em referência exclusiva ao morro da Favella, surgindo assim uma nova categoria para designar as aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizadas em encostas.⁹¹

Como forma de proteção, na década de 1950, começam a surgir no cenário político carioca, movimentos associativos e organizações dos favelados para luta contra os despejos e as remoções do Poder Público. Assim, as décadas que se seguem, 1950 e 1960, englobam não só a consolidação metropolitana da cidade como também o acirramento de suas contradições. Se por um lado as organizações populares são fortalecidas, dentre elas as dos

⁹⁰ Marcelo Baumann Burgos, 2004.

⁹¹ Lícia Valladares, 2000, p. 7.

favelados, por outro é registrado um enrijecimento na política de erradicação de favelas.⁹²

Dentro desse novo contexto, a organização espacial da cidade do Rio de Janeiro passa por grandes modificações. Em São Cristóvão e mais especificamente na Ponta do Caju, já desde as décadas de 1930 e 1940, são registrados sinais de mudanças consideráveis na sua paisagem que é acompanhada do empobrecimento da sua população. Na verdade desde a instalação do cemitério, na segunda metade do século XIX, o local não era mais procurado pelas elites cariocas, para construir suas residências principais ou suas residências de veraneio. Entretanto, nos anos de 1930 e 1940 as mudanças passam a ser mais significativas, principalmente pelo desenvolvimento das atividades industriais na cidade.

Com a localização das indústrias em São Cristóvão e no Caju na década de 1940, numerosa população proletária se instalou na área, quer nas partes construídas das antigas ruas, ou com maior intensidade, nas colinas, em pequeninas casas de porta e janela, com clarabóias, coladas uma às outras. Foi também neste período que os pescadores portugueses, que haviam se instalado na ponta do Caju desde o final do século XIX, organizaram a Colônia de Pescadores.

Após a Revolução de 1930, amplia-se a industrialização, que teve seu foco no espaço urbano da região Sudeste do país. Nesse processo uma nova onda de migrações ganha expressão: as migrações regionais. Segundo Bernardes (1958) na Ponta do Caju ainda predominavam as migrações de portugueses acrescida nesta época pela migração de espanhóis em menor número. Alguns antigos moradores da Quinta do Caju consideram este um período áureo da Colônia de Pescadores lembrando com muitas saudades desta época.

A partir da década de 1940, uma nova onda de migrações ganha expressão: as migrações de nordestinos que começam a trocar o trabalho do campo, devido à seca e ao latifúndio, passando a vir para o Rio de Janeiro e para São Paulo, onde formaram a mão-de-obra da construção civil e das indústrias. Já nesta década existiam no bairro as favelas Quinta do Caju (1870), originária de imigrantes estrangeiros, São Sebastião (1930), com

⁹² Maria Laís Pereira da Silva, 2005.

população oriunda do Morro de Santo Antônio, e a Ladeira dos Funcionários (1940) ocupada, inicialmente, pelos funcionários do Hospital São Sebastião e acrescida pelos então migrantes nordestinos.

2.6.2. As favelas do Caju: origem e expansão

Oito são as principais favelas presentes no bairro do Caju que constituem o atualmente denominado Complexo do Caju: Quinta do Caju, Ladeira dos Funcionários, Parque Proletário São Sebastião, Parque Nossa Senhora da Penha, Parque Alegria, Parque da Boa Esperança, Parque Conquista e Vila Clemente Ferreira. Buscaremos nesta parte apresentar a origem e expansão dessas favelas, assim como apontar aquelas que fizeram parte do passado do bairro, mas que não mais configuram sua paisagem atual, a partir da literatura acadêmica e de depoimentos recolhidos com antigos moradores do bairro.

Figura 18: Comunidades do Bairro do Caju e prováveis anos de formação.



1. Quinta do Caju (1870);
2. Ladeira dos Funcionários (1940);
3. Parque Proletário São Sebastião (1930);
4. Parque Nossa Senhora da Penha (1950);

5. Parque Alegria (1960);
6. Parque da Boa Esperança (1960);
7. Parque Conquista (1960);
8. Vila Clemente Ferreira (1980).

De acordo com Lysia Bernardes (1958) a Quinta do Caju data de 1870 e foi a primeira comunidade no bairro. Embora haja desacordo com relação à data originária de formação da Quinta do Caju, é interessante observar que sua ocupação parece anteceder, inclusive, a favela do morro da Providência, conforme aponta Lícia Valladares (2000).

“Datam igualmente do século XIX a Quinta do Caju, a Mangueira — que não corresponde à atual e muito conhecida favela da Mangueira — e a Serra Morena, todas elas *anteriores* ao morro da Favella. O início da ocupação de tais áreas remonta a 1881. Tanto no caso da Quinta do Caju como no da Mangueira, nada comprova que a ocupação original tenha ocorrido por invasão; sabe-se apenas que os primeiros moradores foram imigrantes portugueses, espanhóis e italianos”.⁹³

Segundo depoimento recolhido, em 2004, da pescadora Elza, descendente dos primeiros pescadores que vieram se estabelecer na Ponta do Caju, o aumento da ocupação da Quinta do Caju parece se originar com a vinda de pescadores das ilhas próximas, como a dos Ferreiros Melões e Moça. Esses pescadores, em sua maioria negros, procuravam trabalho junto aos pescadores portugueses, que dominavam novas técnicas de pescaria e muitos deles eram donos dos barcos pesca e currais para captura dos camarões, tipo de pesca muito difundida naquela colônia de pescadores.

As favelas São Sebastião (1930) e Ladeira dos Funcionários (1940) eram contíguas, localizadas no Morro São Sebastião, voltadas para a enseada de Inhaúma, antiga praia do Retiro Saudoso. A favela São Sebastião sofre um forte adensamento com a construção da Avenida Presidente Vargas. De fato a São Sebastião surge como um pequeno adensamento na década de 1930, em uma área da Rede Ferroviária Rio d'Ouro. Localizada ao lado da linha do trem, que tangencia o Morro São Sebastião, esta área era ocupada por funcionários da ferrovia que se estabeleciam ao longo da linha férrea para prestar eventuais

⁹³ Licia Valladares, 2000, p. 8.

serviços, em caso de descarrilamento ou outros acidentes ocorridos com os trens. Segundo conta a Sr^a. Marli, que ali foi morar aos 10 anos, em 1938, “as casas onde moravam os funcionários eram bem afastadas uma das outras parecia que a gente morava no meio da roça”.⁹⁴ Essa realidade foi bastante modificada, entre 1941 e 1943, quando foram retiradas cerca de quatro mil pessoas das aéreas desapropriadas para a construção da Avenida Presidente Vargas. Parte desse contingente populacional foi transferido para os então terrenos da Rede Ferroviária. Esta ocupação foi denominada então Parque Proletário São Sebastião.

Segundo Victor Vicentent Valla (1994) muitas pessoas que foram transferidas para os parques proletários (entre esses o Parque São Sebastião no Caju) tinham a esperança de retornarem aos seus locais de origem após a conclusão da obras urbanísticas da cidade, o que de fato não aconteceu. O que na realidade ocorreu foi a aceleração e expansão, o processo de erradicação das favelas para os parques operários.

Na década de 1950, com a política oficial de remoção das populações faveladas para conjuntos habitacionais periféricos, houve tanto um adensamento das então favelas existentes no Caju, especialmente a do Parque São Sebastião, quanto o surgimento de outras, como a favela Parque Nossa Senhora da Penha (1950), que se localiza próximo ao estaleiro Caneco e da Portobrás.

A favela Parque Nossa Senhora da Penha teve seus terrenos ocupados, em sua grande maioria, por migrantes nordestinos que vinham trabalhar na construção civil, nas obras de construção dos estaleiros e das indústrias que se instalavam no bairro. Esta comunidade que é ainda hoje conhecida por Manilha, em função de estar sobre instalações de grandes manilhas, que servem para o escoamento do esgoto de parte da cidade, colocadas na década de 1950. Os barracos dessa comunidade foram construídos sobre palafitas dentro da Baía da Guanabara e os próprios moradores realizaram os aterramentos com a orientação da Fundação Leão XIII.⁹⁵

Um fato interessante que chama a atenção no Parque Nossa Senhora da Penha é a configuração das casas. Acompanhando o alinhamento do duto

⁹⁴ Depoimento recolhido por Eliane Baptista Alves em 2004.

⁹⁵ Depoimento recolhido por Eliane Alves, em 2005, do Sr. Pedro Amâncio morador fundador da comunidade Nossa Senhora da Penha.

de esgotamento, esta favela se desenvolveu de forma linear. Transversalmente a ela, ramificam-se pequenos becos, como fosse um rio principal e seus afluentes. Essa favela inicia-se na Rua Carlos Seid (entrada) nº 61 e termina cerca de um quilometro depois junto à Baía de Guanabara. Portanto, pelo depoimento do Sr. Pedro Amâncio, existia uma certa disposição dos moradores em sair dos barracos próximos à Baía da Guanabara, muitos deles ainda dentro d'água, para se estabelecerem próximo ao bairro formal, na entrada da favela. Para tanto era necessária a construção de casas de alvenaria. Os moradores que conseguiam condições de construir suas casas de alvenaria tinham o privilegio de trocar de terreno com aqueles moradores que viviam nos barracos de madeira da parte mais seca, que não tinham condição de construir suas casas em alvenaria. Essas trocas eram feitas de maneira pacífica, sem nenhum tipo de oposição por parte daquele que, de certa forma, perdia sua colocação. Todo esse processo de troca de barracos por casa ocorreu sobre a chancelaria da Fundação Leão XIII.⁹⁶ O ultimo barraco de madeira foi substituído por uma casa de alvenaria em 1998. Essa substituição foi festejada por todos os moradores, que diziam orgulhosamente, “nós moramos no Parque Nossa Senhora da Penha e não na Manilha, quem mora em manilhas são os ratos e nós não somos ratos.”

Em 1951, começa a ser ocupada a área que dá origem à favela Parque Vitória (nas bibliografias sobre o Caju essa localidade é descrita como se ainda existisse com esse nome). Na verdade, ela foi subdivida em três novas comunidades, Parque Conquista, Parque Boa Esperança e Parque Alegria, que surgiram em 1960.

Essa enorme área que inicialmente era conhecida como Parque Vitória, originou-se no aterro sanitário nos terrenos da COMLURB. Nesta área, grande parte dela era alagadiça até 1980, começaram a surgir nos anos de 1960 barracos e palafitas. Embora não fossem numerosos até o início da década de 1980, após a construção do Brizolão (Centro Integrado de Educação Pública

⁹⁶ Depoimento recolhido por Eliane Alves, em 2005, do Sr. Pedro Amâncio morador fundador da comunidade Nossa Senhora da Penha.

-CIEP Henfil), em 1988, houve um grande adensamento populacional, principalmente em função dos gradativos aterramentos desde os anos de 1970.

Outra comunidade de barracos e palafitas que existiu nas proximidades do cemitério do Caju, precisamente onde hoje está instalada a Concremix, foi a Vila Arara, que abrangia tanto áreas do atual bairro do Caju como as do bairro de São Cristóvão. Na administração de Henrique Dodsworth, na década de 1940, a abertura da Avenida Brasil fez com que essa comunidade se concentrasse totalmente no bairro do Caju, pois o restante da área ocupada seria utilizado justamente para a construção da Avenida. No final da década de 1950, essa comunidade foi removida para o conjunto habitacional de Realengo, na Rua Capitão Teixeira.⁹⁷

2.6.3. A evasão da indústria naval e a formação do Complexo do Caju

A indústria naval teve entre 1964 e 1979 um grande desenvolvimento. Por ser uma indústria montadora e empregar intensivamente mão de obra utilizando materiais e equipamentos fornecidos por terceiros, promovia empregos em toda a cadeia produtiva. Forma-se, assim, a rede de estabelecimento comercial, de produtos e de serviços para atender as necessidades da construção naval.

No ponto máximo, em 1979, chegou a construir 50 navios, totalizando 1.394.980t, sendo nove navios para exportação e teve nesse ano quase 40.000 empregados diretos. É bom ressaltar que o cadastro do Imposto de Circulação e Serviço (ICMS), no ano de 1980, chegou a registrar 183 empresas no Caju,

⁹⁷ Depoimento recolhido em 2004 da merendeira Adélia que passou sua adolescência na Vila Arara.

36 dessas empresas eram indústrias, três de construção naval de grande porte, duas metalúrgicas e uma pequena refinaria de petróleo. Posteriormente, na década de 1990, esses números despencaram drasticamente e muitos estaleiros fecharam.

O bairro do Caju, assim, entre meados da década de 1960 e 1990, foi uma área que recebeu investimentos do setor da construção naval, que buscava novos espaços para sua produção próximos ao Centro da cidade. Muitos desses espaços foram conquistados através de sucessivos aterros, no caso dos estaleiros os aterros foram realizados a partir de planejamentos, e subsidiados pelo Poder Público pela iniciativa privada e, no caso do estaleiro Ishikawajima, pelo capital japonês. Todos eles vieram a compor a área dos grandes estaleiros passou a fazer parte integrante da cidade.

O mesmo não aconteceu com aqueles constituídos a partir do aterro sanitário, que foram sendo realizados ao longo do tempo pela população local.⁹⁸ Estes aterros foram os utilizados para a construção de moradias, principalmente nas áreas alagadiças que eram ocupadas pelos barracos sobre palafitas. Esses novos espaços passaram a ser utilizados, principalmente, pelos migrantes nordestinos, trabalhadores da construção civil, vigias noturnos e todo tipo de mão de obra para os estaleiros. Poucos eram aproveitados para trabalhos específicos ligados diretamente à construção naval.

⁹⁸ Em meados do século XIX, os resíduos sólidos começaram a se destacar no contexto ambiental, isso devido à ocorrência de vários problemas, como por exemplo, a proliferação de doenças. Fatores como aumento da população, crescimento urbano, evolução dos costumes, mudança de hábitos, melhoria do nível de vida e desenvolvimento industrial, principalmente ocorridos no século XX, culminaram no aumento da quantidade total de resíduos sólidos gerados. No Brasil, o serviço sistemático de limpeza urbana foi iniciado oficialmente em 1880, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, e executado por Aleixo Gary e Luciano Francisco Gary, de cujo sobrenome originou-se a palavra gari, como são chamados, atualmente, os trabalhadores da limpeza urbana. Os resíduos sólidos desde essa época eram levados em balsas para a ilha de Sapucaia, na enseada de Inhaúma, distante cerca de dois quilômetros da praia do Retiro Saudoso, no Caju. A partir da década de 1920 esses aterros se intensificaram cada vez mais, somando ao aterro sanitário a ação de diversos aterros realizados pela empresa Melhoramento da Baixada Fluminense, dirigida pelo Engenheiro Alencar Lima e tendo por sócio financeiro o Banco Financeiro Português. De acordo com o contrato celebrado com o Ministério da Viação e Obras Públicas, o saneamento da baixada começaria justamente com o aterro da enseada de Manguinhos e a retificação dos rios e canais que nela desaguavam, cedendo-se à empresa o direito as áreas beneficiadas. A empresa de Melhoramento não conseguiu concluir os aterros propostos por falta de recursos, ficando, porém, bastante alterada a orla de Inhaúma, com cerca de 18 quilômetros de aterro e a destruição de dois quilômetros quadrados de manguezais, destruindo-se dessa forma os “manguinhos” que deram nome à região. Para os aterros, foram desmontados os morros do Pedregulho e Gambier em São Cristóvão. (CARMO, Maria E. do. Estudo de Caso da Central de Separação de Reciclados da Cidade do Rio de Janeiro. Significados do lixo, do cooperativismo e do engajamento no trabalho. Rio de Janeiro: FGV, 2003).

Em função da crise da indústria naval fluminense, na década de 1990, e o fechamento de vários estabelecimentos, o bairro do Caju sofre grande impacto, principalmente, com o encerramento quase total das atividades de dois grandes estaleiros, o Caneco e o Ishibrás.⁹⁹ Esse encerramento acabou aprofundando o empobrecimento do Caju e acelerando seu processo de favelização, principalmente pela ocupação ilegal dos espaços abandonados deixados pelas atividades industriais no bairro. Segundo dados da FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2002) os dois estaleiros empregavam em torno de 5.000 operários. Com a crise deste setor, os empregos formais desapareceram no Caju e grandes áreas desses estaleiros foram subutilizadas para depósitos de containeres, garagens e estacionamento para grandes carretas.¹⁰⁰ O crescimento das favelas se acelerou de tamanha forma no Caju, que o bairro começou a receber a denominação de Complexo do Caju, veiculando a idéia de um grande bolsão de miséria no centro da região metropolitana carioca.

⁹⁹ A Ishikawajima havia criado o estaleiro Ishibrás, no bairro do Caju, no Rio, em 1959, e chegou a construir mais de 100 navios na unidade. Em 1994, o grupo vendeu o estaleiro para a IVI (Ishikawajima Verolme Indústrias), empresa na qual ainda detém 10% de participação. Atualmente, a IVI arrendou o estaleiro Ishibrás para a empresa Sermetal. Além da Ishibrás, a IVI é dona do antigo estaleiro Verolme, em Angra dos Reis, que está arrendado por 30 anos para o grupo Fels Setal, controlado por uma empresa de Cingapura. (Jornal O Globo, 10 de março de 2004).

¹⁰⁰ Jornal O Globo, 10 de março de 2004.

3. O CAJU HOJE EM REPRESENTAÇÕES: NÚMEROS, DISCURSOS E IMAGENS DO BAIRRO

3.1 – O CAJU NOS NÚMEROS OFICIAIS

Segundo a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro o bairro do Caju é dividido em oito comunidades: Parque Nossa Senhora da Penha, Quinta do Caju, Parque Boa Esperança, Parque São Sebastião, Parque Alegria, Ladeira dos Funcionários, Vila Clemente Ferreira e Parque Conquista. O Caju é considerado como um dos bairros de maior população habitando em favela.

Tabela 1 – População das principais favelas do Município do Rio de Janeiro

Localização	1991	1996	2000
Rocinha	42.892	45.585	56.313
Alemão	51.591	54.795	65.637
Jacarezinho	37.393	34.919	36.428
Maré	62.458	68.817	132.176
Caju	13.345	21.410	27.000

Censo Demográfico do IBGE, 2000.

Na composição social do Caju, é bastante relevante a questão da presença feminina, acompanhado a tendência da distribuição da população por gênero no estado e no município do Rio de Janeiro. Essa tendência também pode ser observada nas diferentes comunidades do bairro (ver tabelas 2 e 3).

Tabela 2 – População por Gênero do Estado e Município do RJ, 2000

Unidade	Mulheres	Homens
Estado do Rio	7.490.947	6.900.335
Município	3.109.761	2.748.143
Caju	13.758	12.901

Censo Demográfico do IBGE, 2000.

Tabela 3 - Distribuição da População do Bairro do Caju por Gênero, 2000

Comunidades	Homens	Mulheres
Quinta do Caju	1.143	1.399
Parque São Sebastião	1.052	1.139
Ladeira dos Funcionários	414	417
Parque Nossa Senhora da Penha	527	516
Parque Alegria	2.650	2.758
Parque Boa Esperança	4.636	5.026
Parque Conquista	1.018	1.102
Vila Clemente Ferreira	373	359

Fonte: Favela-Bairro – Levantamento dos Agentes Comunitários 2002.

A Comunidade Clemente Ferreira, por conta de um assentamento realizado no final da década de 1980, recebeu um número considerável de mulheres oriundas da Vila Mimosa. Quando essas mulheres foram morar no Caju, conforme relato de moradores do bairro, sofreram um grande preconceito. Situação que foi notada no comportamento dos alunos da Escola Municipal Laura Silvia, no centro do Caju. Esses alunos discriminavam os filhos das prostitutas inicialmente. Entretanto, esse comportamento foi desaparecendo ao longo do tempo.

Quanto à composição por raça percebe-se um número reduzido de população de afrodescendentes de ambos os sexos se comparados com os dados da maior parte das favelas cariocas. O grande contingente de migrantes nordestinos e de descendentes de portugueses explica de certa forma a predominância de brancos e pardos na maioria das comunidades do Caju.

Tabela 4 - Percentual Cor/raça por Comunidade

Comunidades	Branca	Negra	Pardo
Quinta do Caju	1.576	330	636
Parque São Sebastião	986	742	463
Ladeira dos Funcionários	432	67	332
Parque Nossa Senhora da Penha	563	157	323
Parque Alegria	2.759	1.027	1622
Parque Boa Esperança	4.833	1.451	.3383
Parque Conquista	1.187	149	784
Vila Clemente Ferreira	424	113	198

Fonte: Coordenadoria de Agentes Comunitários, Secretaria Municipal de Habitação, PCRJ, 2000.

Quanto à distribuição por religião, apesar da predominância de católicos, conforme depoimento dos moradores, houve na última década um aumento progressivo dos protestantes.

Tabela 5 -Distribuição por religião

Comunidade	Católicas	Protestantes	Espíritas	Outras/não declararam
Quinta do Caju	1.525	407	51	559
Parque São Sebastião	1.205	548	44	504
Ladeira dos Funcionários	374	249	12	195
Parque Nossa Senhora da Penha	574	313	32	124
Parque Alegria	2.542	1.785	108	973
Parque Boa Esperança	4.447	3.480	97	1.643
Parque Conquista	721	359	42	998
Vila Clemente Ferreira	366	161	8	197

Fonte: Coordenadoria de Agentes Comunitários, Secretaria Municipal de Habitação PCRJ, 2000.

Outra informação relevante diz respeito à participação de crianças 0 a 14 anos na estrutura populacional do Caju, pois representam 34% do conjunto de habitantes do bairro. Deste total, as crianças de 0 a 6 anos representam 16% enquanto as de 7 a 14 anos atingem 18%. Observa-se, portanto, que mais de 1/3 da população do Caju é composta por crianças e pré-adolescente, fato que agrega demandas específicas em termos de políticas públicas de educação, cultura e lazer. Assim, a população residente no bairro do Caju é composta de 38% de pessoas com menos de 19 anos, confirmando um perfil etário que é, em geral, característico de áreas populares.¹⁰¹

Nos dados sobre escolaridade da população, observa-se que a taxa de analfabetismo para as pessoas de sete anos a 14 anos de idade é de 16,5%. Números que colocam o bairro como um dos piores desempenhos escolar do município. Adolescentes e adultos analfabetos entre 18 e 39 anos perfazem um total de 7,5%. Entre as pessoas com idade de 40 a 59 anos o percentual de analfabetos é 19,2% , e 39,5 % das pessoas de mais de 60 anos que residem no bairro são analfabetas.¹⁰²

¹⁰¹ Coordenadoria de Agentes Comunitários, Secretaria Municipal de Habitação PCRJ, 2000.

¹⁰² Coordenadoria de Agentes Comunitários, Secretaria Municipal de Habitação PCRJ, 2000.

Dentre aqueles que declararam não freqüentar escola ou creche, 29,7% indicam o trabalho e a falta de tempo como sendo o principal motivo; 10,9%¹⁰³

Cerca de 35,5% dos moradores com 10 anos ou mais de idade declararam interesse em freqüentar alguns cursos profissionalizantes. Entre os cursos mais citados destacam-se: computação, corte e costura, cabeleireiro, inglês, eletrônica, artesanato, eletricista, segurança, manutenção de computadores, desenho industrial, medicina, e garçom. Observa-se 70% da população do Caju está excluída de qualquer tipo de instituição educacional esta exclusão esta presente em todas as faixas etárias.¹⁰⁴

Quanto à situação por domicílio, a população residente nas comunidades do Caju vive em 7066 imóveis particulares, sendo que 48% são casas e 52% apartamentos. Dentre o total de imóveis particulares 44% são próprios, porém muitos sem escritura definitiva ou documentação da Associação de Moradores; 27,7% são próprios com documentação da Associação de Moradores; 15% dos domicílios são alugados.¹⁰⁵

Estima-se que 92% dos domicílios têm iluminação elétrica. Quanto à pavimentação, 67% estão localizados em logradouros bem pavimentados e 32% em logradouros mal pavimentados. O acesso por carro é possível em 60% dos domicílios existentes. Dentre aqueles domicílios que são alugados 67% pagam mais de R\$ 100,00 a R\$ 200,00 e para 24% o aluguel custa mais de R\$ 200,00 a R\$ 300,00. Quanto ao sítio de localização dos imóveis 11% situam-se em encostas, enquanto 70% estão construídos em área plana e 19% estão construídos em área de aterro, inclusive, e principalmente aterro sanitário.¹⁰⁶

Cerca de 91% dos imóveis são de uso apenas residencial, enquanto 8% são de uso misto. 83% dos domicílios têm cobertura em laje de concreto enquanto que em 11% a cobertura predominante é a telha de amianto e 4% em telha de cerâmica ou barro. Os imóveis possuem paredes externas predominantemente de alvenaria ou de tijolos com revestimento (83%), cerca de 65% das casas não são pintadas por fora.¹⁰⁷ Segundo moradores isto acontece por imposição do tráfico de drogas.

¹⁰³ Coordenadoria de Agentes Comunitários, Secretaria Municipal de Habitação PCRJ, 2000.

¹⁰⁴ Coordenadoria de Agentes Comunitários, Secretaria Municipal de Habitação PCRJ, 2000.

¹⁰⁵ FIRJAN, 2002.

¹⁰⁶ FIRJAN, 2002.

¹⁰⁷ FIRJAN, 2002.

Quase 30% dos domicílios possuem quatro cômodos; outros 30% têm cinco cômodos e 7% tem apenas dois cômodos. 50% dos domicílios têm apenas um cômodo, servindo de dormitório; 42 % têm dois dormitórios e apenas 8% têm três cômodos servindo de dormitório aos moradores. Estima-se que 99% dos domicílios têm água canalizada em pelo menos um cômodo e para 98% a água é proveniente de rede geral, sendo que em 69% a rede foi instalada pela CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, enquanto que em 2% dos domicílios pelo próprio morador. Cabe ressaltar que 23% dos domicílios não têm filtro nem tratam a água. Em 89% dos domicílios têm um banheiro com chuveiro e sanitário, que é de uso exclusivo do domicílio, enquanto 8% dos domicílios têm dois ou mais banheiros. O esgotamento sanitário do banheiro é feito através de rede geral para 96,4% dos domicílios, através da rede pluvial para 1,9%, e através de fossa rudimentar para 109 domicílios (1,6%).¹⁰⁸

É interessante notar as declarações dos moradores sobre a permanência no bairro. Eles declararam que os principais motivos para residir no Caju são: custo de moradia para 24,2% dos moradores, o local de residência de amigos e parentes para 21,6% dos moradores e a dependência familiar para 40,6%. Dentre as pessoas residentes no Caju, 45,1% residem há mais de 10 anos. Por outro lado 8% residem há menos de um ano e 16,6% declaram tempo entre 01 a 03 anos.¹⁰⁹

Quanto à coleta de lixo, estima-se que em 88% dos domicílios a coleta é indireta enquanto apenas 10% têm o lixo coletado diariamente. Em 38% dos domicílios existem telefones celulares, enquanto que em 52% os telefones são convencionais. Estima-se que em 7% dos domicílios têm microcomputador e 11% têm automóvel. 21% dos domicílios possuem aparelho de ar condicionado e 45% dos domicílios possuem chuveiro elétrico.¹¹⁰

¹⁰⁸ FIRJAN, 2002.

¹⁰⁹ Coordenadoria de Agentes Comunitários, Secretaria Municipal de Habitação PCRJ, 2000.

¹¹⁰ FIRJAN, 2002.

Tabela 6 - Distribuição da População e de Domicílios no Bairro do Caju, 2000

Comunidades	População	Domicílios
Quinta do Caju	2.542	820
Parque São Sebastião	2.191	609
Ladeira dos Funcionários	831	237
Parque Nossa Senhora da Penha	1.043	282
Parque Alegria	5.408	1.854
Parque Boa Esperança	9.667	2.685
Parque Conquista	2.120	573
Vila Clemente Ferreira	732	203

Coordenadoria de Agentes Comunitários, Secretaria Municipal de Habitação, PCRJ, 2000.

Tabela 7 - Distribuição da População e de Domicílios no Bairro do Caju/2000 (%)

Comunidades	%de domicílios	% da pop. do Caju
Quinta do Caju	10,28	9,53
Parque São Sebastião	7,64	8,21
Ladeira dos Funcionários	2,97	3,12
Parque Nossa Senhora da Penha	3,53	3,91
Parque Alegria	23,25	20,28
Parque Boa Esperança	33,67	36,25
Parque Conquista	7,19	7,95
Vila Clemente Ferreira	2,54	2,25
Caju		

Coordenadoria de Agentes Comunitários, Secretaria Municipal de Habitação, PCRJ, 2000.

Quanto ao trabalho e a renda, dentre a população ocupada 96% declaram trabalhar em apenas um local. Estima-se pela pesquisa que 68% são empregados, 9,8% são trabalhadores domésticos e 16% declaram trabalhar por conta própria. Dentre os ocupados, 60% desenvolvem atividades no ramo de serviços, 13% no comércio e reparação, 10% na indústria, 5,5% no transporte, 9,3% na construção civil e 5% na pesca. Estima-se que dentre as pessoas ocupadas empregadas na iniciativa privada ou trabalhadores domésticos, 73% trabalham de carteira assinada.¹¹¹

A taxa de desemprego estimada para as comunidades do Caju, no mês de outubro de 2004 foi 6% (na Região Metropolitana a taxa estimada pelo IBGE

¹¹¹ FIRJAN, 2002.

– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi 5,4%). Uma análise por gênero indica que a taxa de desemprego do segmento masculino da população residente na comunidade é de 6% (6% na região metropolitana do Rio de Janeiro), contra a 6,2% para a população feminina (na Região Metropolitana, a taxa estimada é de 6,45).¹¹²

Se considerarmos o segmento da população com idade compreendida entre 10 e 14 anos de idade, a taxa atinge a 13%, e dentre o segmento da população com idade entre 15 a 17 anos, a taxa estimada é de 8%, sendo de 5% para a população com idade entre 18 a 39 anos. Dentre as pessoas ocupadas residentes nas comunidades, 23,4% declararam ter menos de um ano de vínculo de trabalho principal, enquanto 3% declaram um ano de vínculo e 21% declararam vínculo de três a cinco anos. Por outro lado 15% declararam ter vínculo no trabalho por mais de 10 anos. Cerca de 74% da população ocupada declararam levar, habitualmente, menos de uma hora para chegar no trabalho enquanto 24% gastam, habitualmente, entre uma a menos de duas horas.¹¹³

Dos que se declararam ocupados 55% conseguiram o trabalho através da indicação de parentes ou amigos, 30% por conta própria e 4% através do jornal ou agência de empregos. Adicionalmente 5% abriram o próprio negócio. Dentre a população ocupada, 52% contribuem para a previdência pública, enquanto 42% declararam não contribuir para nenhum instituto de previdência. Dentre as pessoas ocupadas 40% declararam trabalhar habitualmente, mais de 44 horas semanais e a jornada semanal do trabalho para 45% das pessoas ocupadas é de 20 a 40 horas. Apenas 7% declararam trabalhar, habitualmente, até 20 horas semanais.

Com relação ao rendimento auferido no trabalho principal, estima-se que a classe modal é aquela com valores compreendidos entre R\$ 240,00 a R\$ 360,00. Por outro lado, 25% têm rendimento no trabalho principal de até R\$ 240,00, enquanto que para 17% o rendimento está compreendido R\$ 360,00 e R\$ 480,00. Para 15% entre mais de R\$ 480,00 e R\$ 600,00, e apenas 12% declararam rendimento superior a R\$ 600,00. Com relação à participação na renda familiar, estima-se que 52% das pessoas ocupadas são responsáveis

¹¹² FIRJAN, 2002.

¹¹³ FIRJAN, 2002.

pela renda principal ou única da família, enquanto que 43% declararam ser renda complementar. Apenas 3,6% das pessoas ocupadas residentes nas comunidades declaram não participar na renda familiar.

Tabela 8 - Percentual de Ocupação por Setor de Atividades por Comunidades

Comunidades	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços Gerais	Construção Civil	Transporte	Pesca
Quinta do Caju	14,17	13,32	50,10	4,12	6,30	10,84
Parque São Sebastião	7,20	9,2	53,70	7,12	3,10	
Ladeira dos Funcionários	10,00	9,2	58,12	8,56	4,17	
Parque Nossa Senhora da Penha	6,80	12,46	62,46	10,03	6,63	
Parque Alegria	9,75	14,62	64,33	7,60	2,73	
Parque Boa Esperança	7,80	12,46	58,68	9,38	5,97	
Parque Conquista	8,20	7,9	57,30	5,12	2,71	
Vila Clemente Ferreira	8,30	7,30	61,12	4,03	1,11	

Coordenadoria de Agentes Comunitários, Secretaria Municipal de Habitação, PCRJ, 2000.

Tabela 9 - Taxa de Desemprego das Comunidades do Caju

Comunidades	Taxas de desemprego
Quinta do Caju	4,3
Parque São Sebastião	5,9
Ladeira dos Funcionários	6,1
Parque Nossa Senhora da Penha	6,3
Parque Alegria	6,0
Parque Boa Esperança	6,2
Parque Conquista	7,9
Vila Clemente Ferreira	5,9

Coordenadoria de Agentes Comunitários, Secretaria Municipal de Habitação, PCRJ, 2000.

Os dados aqui apresentados buscaram demonstrar através dos números oficiais a atual realidade sócio-econômica do Caju e sua condição de exclusão. Esta, por sua vez, é fruto de um longo processo histórico que foi

consolidando o bairro como periferia empobrecida e como local de “usos sujos”. Buscando retratar o cotidiano de sua população, a seguir serão apresentados alguns fragmentos das entrevistas e depoimentos recolhidos no campo, assim como representações em desenhos, “mapas mentais”, do Caju, realizadas por crianças, alunos de escolas municipais do bairro. Esses “mapas mentais” ajudam a retratar os sentimentos cotidianos dos seus moradores e o significado da vida no Caju.

3.2 – DISCURSOS E VIVÊNCIAS COTIDIANAS: ALGUNS FRAGMENTOS

Nos depoimentos recolhidos pôde-se perceber que é clara a consciência de condição de exclusão do bairro pelos moradores. Os mais velhos expressam forte nostalgia do passado, sobretudo em relação às perdas de espaço de lazer e de tradições culturais. Como, por exemplo, a procissão de São Pedro realizada no dia 29 de julho, envolvendo toda as comunidades, principalmente, a Quinta do Caju onde se localiza a colônia de pescadores. Atualmente, esse acontecimento religioso popular deixou de ser realizado por motivos de segurança, pois no ano de 1998 ocorreu um forte embate entre facções criminosas rivais. Assim, o passado é evocado como um tempo de grandes oportunidades econômicas e forte inserção dos moradores no tecido social da cidade. O Caju não é mais um bairro “bom de viver”.

Os moradores criticam as empresas que se estalaram no bairro por terem eliminado os locais de lazer, antes utilizados como as praias, que além do lazer era de onde os pescadores obtinham suas fontes de renda. Para os moradores, as empresas, ao ocuparem esses locais, tinham a obrigação de indenizar a comunidade, construindo áreas de lazer similares em outros espaços. A decadência do bairro é associada pelos moradores ao fato dos estaleiros terem engolido as praias, dando margem à proliferação dos depósitos de container.

Violência aparece de forma explícita nas falas dos moradores, como um dos problemas centrais do bairro. A comunidade da Quinta do Caju, provavelmente em função da existência de maior número de equipamentos urbanos e da presença de instalações da Aeronáutica, foi considerada como uma área privilegiada, do ponto de vista da segurança.

A violência interfere decididamente no cotidiano de todos os moradores, mas parece atingir especialmente os jovens sujeitos ao processo de aliciamento pelo crime organizado. Os moradores sugeriram que facções do crime organizado controlam áreas no interior do bairro, alimentando conflitos entre comunidades e gerando insegurança. Esse controle do tráfico de drogas de áreas das comunidades do Caju promove muita insegurança no bairro e diminuindo a circulação dos moradores do bairro pelas comunidades e espaços públicos.

Há muita insatisfação com a falta de infra-estrutura urbana no Caju. O posto de saúde é pequeno; o sistema de transporte é insuficiente e irregular; as vagas escolares são menores do que o número de crianças em idade escolar; os hospitais de referência existentes no bairro estão sendo sucateados e seus terrenos invadidos pelos moradores das favelas adjacentes.

Um morador em sua fala exprime um forte sentimento de exclusão, resumido na seguinte fala:

“Muitas gente pensa que o Caju é só cemitério, quando eu fala que moro no Caju muita gente se espanta é pergunta, se Caju e lugar de se morar”

Faltam programas para atender crianças e adolescentes (tais como creches, cursos profissionalizantes escola de nível médio, curso preparatório para a entrada na universidade) e de assistência aos pequenos negócios.

Os jovens reivindicam educação qualidade como forma de conseguir melhores oportunidades na vida e de combater a violência. “Quando a gente termina o 2º grau, como é o meu caso, a gente fica assim, e agora? Como no momento não estou fazendo nada”. A reivindicação pelas lideranças formais (diretorias das associações de moradores) foi a estruturação de um curso pré-vestibular no local.

O bairro do Caju abriga uma série de projetos sociais implementados pelas três esferas do governo municipal, estadual e federal. Além dos projetos sociais, é importante ressaltar a rede de solidariedade que envolve membros das igrejas católicas e evangélicas do bairro.

No caso da igreja católica, sua ação está voltada para distribuição de alimentos (cesta básica) às famílias necessitadas das comunidades. Alguns

desses projetos são destinados a grupos específicos como idosos, jovens, e crianças. Sendo bem recebidos aqueles projetos que estimulam as atividades desportivas e os destinados à alfabetização de adultos.

A população jovem é o principal público alvo dos projetos sociais que visam amenizar a influencia do tráfico de drogas no bairro, conter a violência e afastar a criminalidade. No âmbito educacional destaca-se o projeto Renascer, fruto de uma parceria entre a Aeronáutica e a Prefeitura do Rio de Janeiro, que oferece curso de informática para jovens e adultos e para terceira idade.

O Serviço de Obras Sociais (SOS), financiado pelo Rotary, é a quem mais desenvolve projetos sociais no Caju, a maioria com caráter educativo-profissionalizante com cursos como eletrônica, informática, corte e costura, mecânica, entre outros etc. Além disso, a instituição oferece serviço de creche e horta comunitária.

Mesmo com todos esses projetos e programas sociais existentes no bairro, a grande maioria da população acaba não participando principalmente por total falta de informação e pela separação das comunidades imposta pelo tráfico de drogas e pela violência no bairro. O Caju está sob o controle de duas facções ligadas ao tráfico de drogas o Comando Vermelho (CV) e o Amigos dos Amigos (ADA).

O quadro a seguir foi elaborado com base na recuperação histórica de formação do bairro, nos dados oficiais e nos relatos recolhidos no campo. Ele condensa alguns pontos importantes que ajudam a caracterizar as comunidades presentes no Caju, assim como a localizar e contextualizar os mapas mentais elaborados por crianças do bairro apresentados no próximo item.

Quadro 1 – Comunidades do Caju, por data de formação e adensamento, e algumas particularidades.

COMUNIDADES	DATA DE FORMAÇÃO e ADENSAMENTO	ALGUMAS PARTICULARIDADES
1. Quinta do Caju	1870 (Lysia Bernades) Década de 50	<ul style="list-style-type: none"> • primeira melhor e mais equipada • sofreu intervenção do Favela Bairro • mais católica de todas • melhor poder aquisitivo • grande número de descendentes portugueses • Comando Vermelho
2. Parque Proletário São Sebastião	Década de 30 Meados de 40	<ul style="list-style-type: none"> • terceira melhor • sofreu intervenção do Favela Bairro • segunda mais católica • Amigo dos Amigos
3. Ladeira dos Funcionários	Década de 40 Década de 50	<ul style="list-style-type: none"> • terceira melhor • sofreu intervenção do Favela Bairro • Amigo dos Amigos
4. Parque Nossa Senhora da Penha	Década de 50	<ul style="list-style-type: none"> • segunda melhor • primeira mais protestante • Comando Vermelho
5. Parque Conquista	Década de 60 Década de 80	<ul style="list-style-type: none"> ➤ mais violentas ➤ Amigo dos Amigos
6. Parque Boa Esperança	Década de 60	<ul style="list-style-type: none"> ➤ mais violentas ➤ Amigo dos Amigos
7. Parque Alegria	Década de 60 Década de 80	<ul style="list-style-type: none"> ➤ mais violentas e mais pobre de todas ➤ Amigo dos Amigos
8. Vila Clemente Ferreira	Década de 80 Década de 90	<ul style="list-style-type: none"> • segunda melhor • sofreu Favela bairro • segunda mais católica • Amigo dos Amigos

3.3 MAPAS MENTAIS

Os desenhos que se seguem foram recolhidos na Escola Municipal Laura-Sylvia Mendes Pereira Mendes Pereira, que atende ao primeiro segmento primeiro grau, crianças entre 6 e 10 anos, e na Escola Municipal Professor Walter C. M. Fraenkel, que atende alunos do primeiro grau, com idades entre 10 e 14 anos. Foram solicitados aos alunos que representassem a sua comunidade e o seu bairro.

O desenho 1, da aluna Ana Paula, estudante da 4ª série da Escola Laura-Sylvia, em 2004, com 10 anos de idade moradora na Favela São Sebastião, tem como referência o Morro São Sebastião. É interessante

observar que a aluna desenha a favela no sopé do morro, como se existissem duas realidades a do morro, com áreas verdes e agradáveis e o local de moradia. Na realidade a favela São Sebastião foi formada no Morro São Sebastião. E como se pode observar, a comunidade, as casas, os equipamentos urbanos e as ruas foram desenhadas em uma área plana e arborizada. A aluna também desenha uma farmácia e um mercado, equipamentos que só aparecem no centro do bairro. Nota-se, assim, que o desenho de Ana Paula idealiza sua comunidade representando-a de uma forma otimista, organizada e “limpa”. Leitura que domina em todos os desenhos, conforme poderá ser conferido mais adiante.

Desenho 1- Ana Paula (4ª série, Escola Laura-Sylvia, 2004)



O desenho 2, do aluno Jorge, estudante da 6ª série da Escola Profº Walter Frankel, em 2004, com 11 anos, morador da Quinta do Caju, retrata o Cais do Varal, próximo a sede da colônia de pescadores Z12, na Quinta do Caju. Percebe-se no desenho certa harmonia dos equipamentos urbanos instalados nesta comunidade, o cais, a pracinha, o prédio da associação de

moradores, o posto de saúde e a quadra de esportes. Esta localidade do Caju, entre as que participaram do Programa Favela Bairro foi a que mais intervenções sofreu. A reforma do cais dos pescadores e mais recentemente a regularização fundiária contribuíram para que os moradores tivessem uma visão mais positiva da comunidade em termos de qualidade de vida. É o que se percebe no desenho de aluno Jorge, uma certa organização urbana.

Desenho 2 – Jorge (6ª série, Escola Profº Walter Frankel, 2004)



O desenho 3, da aluna Tayla, estudante de a. serie da Escola Municipal Laura-Sylvia, em 2004, com 9 anos de idade, moradora no Parque Alegria, retrata a favela com casas pintadas, ruas arborizadas, carros passando em ruas largas e bem pavimentadas. Essa imagem do bairro é muito distinta com que de fato o bairro apresenta, não apenas em sua geografia, mas também em seu cotidiano. Essa contradição aparece quando comparamos o desenho com a redação da aluna, na margem esquerda do desenho. Nota-se uma certa tanto no desenho uma certa preocupação com a segurança, não há pessoas nas ruas e elas estão dentro de casa. Somente um veículo circula e um morador

parece fazer compras no mercadinho. A aluna represente sua comunidade com tranqüilidade e harmonia, entretanto o Parque Alegria e a comunidade mais pobre do Caju e é considerada uma das mais violentas da cidade.

Desenho 3 – Tayla (3ª série, Escola Laura-Sylvia, 2004)



O desenho 4, do aluno Jean Marques, estudante da 7ª. Série da Escola Municipal Profº. Walter Fraenkel, em 2004, com 13 anos de idade, morador da favela Parque Boa Esperança, faz uma planta do bairro a partir de um formato em “U”. O fluxo de entrada e saída bairro é percebido nesse formato, uma ferradura. Representa os cemitérios, a linha férrea, as escolas e a Quinta do Caju. São ainda localizadas a Fronape, garagem do ônibus 1001 e o posto de saúde. O nome mais usado para identificar a favela Parque Boa Esperança e “Chatuba” e é este o nome que o aluno faz referência para localizar a comunidade em que mora. O desenho é interessante quanto à localização das empresas, comunidades, dos equipamentos urbanos, do Arsenal, etc. urbanos. As duas vias de acesso ao bairro, Monsenhor Manuel Gomes e a Rua Carlos Seild, são bem definidas e as demais pouco representativas. É interessante

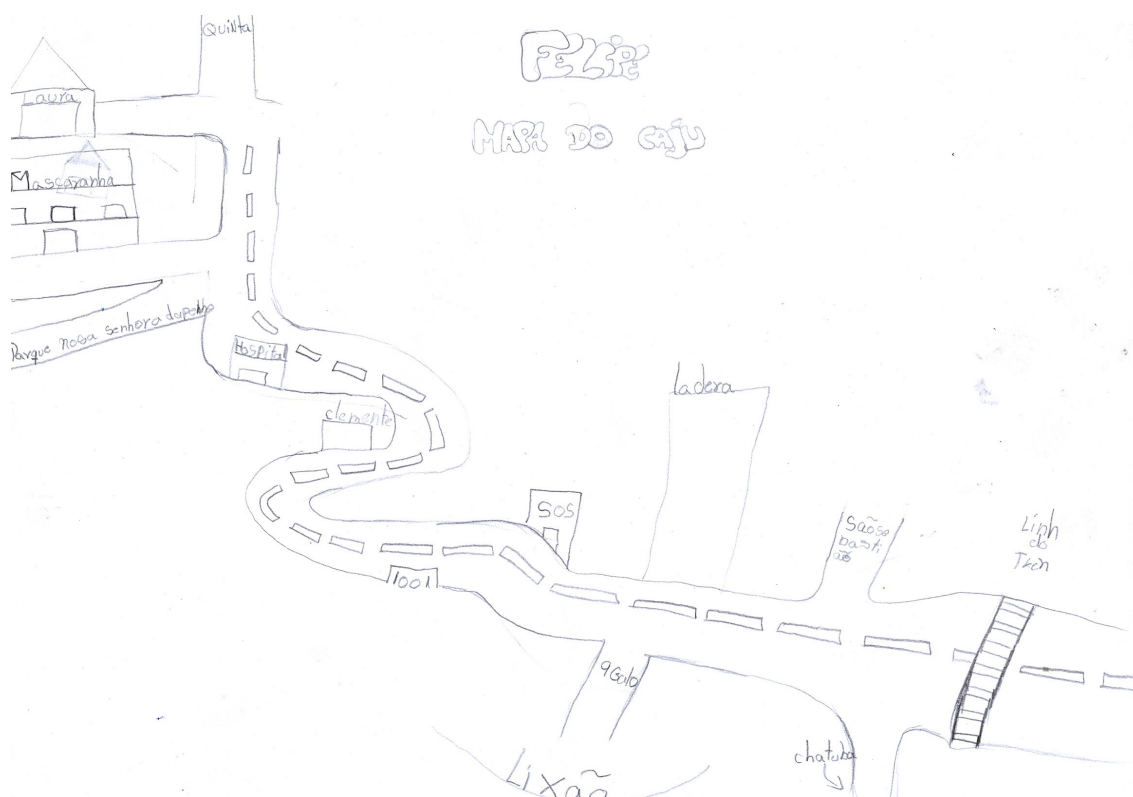
notar que o bairro é representado com limites, como por exemplo, a Linha Vermelha de um lado e o cemitério de outro.

Desenho 4 – Jean Marques (7^a. Série da Escola Prof^o Walter Fraenkel, 2004)



O desenho 5, de Caio Rodrigues estudante da 3^a. Série da Escola Municipal Laura-Sylvia, em 2004, com nove anos de idade, morador da Vila Clemente Ferreira, também apresenta uma planta do bairro a partir do formato em “U”. Entretanto, como pode ser observado, representa apenas um dos lados do sistema viário. O lado que o aluno representa, dando destaque em cores variadas, é justamente a área do bairro onde está a maior parte das favelas. Este mapa chama atenção pela localização das comunidades e pela representação das facções criminosas. A Favela Parque Nossa Senhora da Penha, (do Comando Vermelho) e as favelas Parque Alegria e Boa Esperança (do Amigos dos Amigos, ADA). É interessante observar importância que o cemitério apresenta no bairro, que embora não receba nenhuma cor, ocupa uma vasta área do desenho.

Desenho 6 – Felipe Jeronymo de Almeida (3ª. Serie da Escola Laura-Sylvia, 2004)



O desenho 7, de Marcelo Pereira dos Santos, da 4ª. Série da E.M Laura-Sylvia, em 2004, com 11 anos, morador da Vila Clemente Ferreira, reúne elementos tanto dos desenhos 1,2 e 3 que representam comunidades isoladas, quanto dos desenhos 4, 5 e 6 que representam o bairro como um todo. No mapa do aluno, percebemos novos elementos representados como o prédio São Cosme e Damião, único edifício no centro do bairro, localizado na praça onde está a área central do bairro com seus comércios e serviços. Dentro de quadrados, ao longo da rua escreve “pessoas trabalhando”, possivelmente uma referência ao fluxo de pessoas que se movimentam dos hospitais e depósitos de contêiner, localizados no mesmo lado da via este lado da via, para o centro do bairro. O aluno faz uma referencia a casa assobrada, na verdade ele esta se ferindo ao antigo necrotério do Hospital São Sebastião. As instalações desse necrotério foram abandonadas e promovem uma certa repulsa aos moradores da Vila Clemente Ferreira. Essas instalações do necrotério estão na entrada da

favela Vila Clemente Ferreira ao lado da creche que tem o mesmo nome da comunidade.

Desenho 7 – Marcelo Pereira dos Santos (4^a. Série, Escola Laura-Sylvia, 2004)



Os desenhos 1, 2 e 3 representam um bairro que parece não corresponder, de fato, ao Caju. É representado um bairro colorido, tranquilo, “limpo”, com árvores e equipamentos urbanos. Nesses desenhos pode ser identificada uma organização espacial com atributos mais humanizados e com uma certa racionalidade. Já nos desenhos 4, 5, 6 e 7, que representam o bairro todo, uma visão menos romantizada pode ser captada.

Com base nesses mapas mentais, elaborados pelas crianças do Caju a partir das lembranças e impressões diariamente vividas no seu cotidiano, pôde-se perceber uma certa identidade do bairro, que parece ser composta tanto pelos aspectos inanimados como pelos elementos vivos, ou seja, pelas experiências particulares e ou coletivas dos seus moradores. Como as imagens

dos lugares, como bem destaca Kevin Lynch, 2004, são resultados de um processo bilateral entre o observador e o meio, tanto a geografia do bairro, o espaço natural e construído, quanto as características individuais, o que inclui conhecimentos, aprendizagens, referências, influenciam o processo perceptivo.

Assim, o significado dado ao bairro através dos mapas mentais possibilita o reconhecimento de suas qualidades. No caso das imagens selecionadas e aqui analisadas, é possível perceber que as crianças têm de maneira clara a estrutura do bairro, ou seja, reconhecem os elementos inanimados, as formas e limites do bairro, assim como os seus marcos históricos e pontos centrais, tais como ruas, acessos em geral, linha do trem, vias expressas, prédios, equipamentos comunitários, estabelecimentos comerciais e de saúde, dentre outros.

Esses elementos podem ser percebidos nos desenhos quando são representados os equipamentos comunitários, escolas, hospitais, associação de moradores, praças, estabelecimentos comerciais, ou mesmo marcos que muitas vezes desempenham papel de “lugares centrais” do bairro., como o cemitério. Ou quando são representadas as ruas Carlos Seidl e Monsenhor Manuel Gomes e linha da estrada de ferro, como limites do bairro nos desenhos 4, 5, 6 e 7.

Observa-se também que as crianças compartilham de visões semelhantes, construindo o bairro tanto a partir das suas negatividades, como a violência, o tráfico de drogas, os usos sujos etc, quanto das positivities, como as árvores, o comércio, os equipamentos, uma certa organização e preservação do ambiente do bairro. Isso pode ser explicado em função deles vivenciarem situações semelhantes no tempo e no espaço, vivenciando as mesmas experiências perceptivas que podem ser compreendidas como forma de reconhecimento e fortalecimento da idéia de bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação que teve como objeto de estudo o bairro do Caju, Rio de Janeiro, buscou entender sua atual configuração no contexto urbano da cidade. Para tanto, optamos por reconstituir a história territorial do Caju, a partir da longa duração, explorando suas origens desde a ocupação inicial da cidade, no século XVI.

Nesse processo verificamos que a história territorial do Caju teve, assim, um grande vínculo com São Cristóvão e com a ação dos jesuítas no domínio das terras. O vínculo com São Cristóvão se aprofunda no século XIX, quando o mesmo é elevado à categoria de Freguesia e o Caju, uma aprazível ponta de terra que avançava nas águas da Baía de Guanabara, com belíssimas praias e ladeadas por inúmeros cajueiros. Como um balneário e um local de veraneio da cidade, onde a elite imperial costumava dar seus passeios, o Caju passava também, já no final do século XIX, a receber os primeiros pescadores portugueses, que mais tarde formariam a colônia de pescadores.

Durante o século XIX, em função das grandes transformações da cidade, o Caju passou, então, por sucessivas intervenções que criaram novas formas espaciais associadas, inicialmente, a usos de lazer de uma classe social mais privilegiada economicamente e, posteriormente, a usos “sujos”, como cemitério, fábricas, indústrias e moradia de classes menos privilegiadas, envolvidas nas prestações de serviços de baixa qualificação ao setor industrial. Entretanto é ao longo da segunda metade do século XX, que o bairro assume sua atual característica de periferia empobrecida da cidade carioca, com marcada presença de favelas em sua paisagem. O Caju passou, assim, de periferia enobrecida à periferia empobrecida do Rio de Janeiro.

A carência de um material organizado sobre o bairro e sua história nos impulsionou na opção por esse amplo resgate histórico do Caju. Essa carência, de fato, foi um dos principais motivos dessa dissertação, que como o próprio nome indica, refere-se a uma exposição de idéias e motivos sobre dado tema. Assim, não foi nosso propósito, aqui, apresentar uma grande tese sobre o Caju ou sobre bairro, mas sim dissertar sobre ambos estabelecendo possíveis relações.

Foi nessa direção que iniciamos essa dissertação com um capítulo

conceitual explorando a idéia de “geografia como história territorial”, apresentada por Antônio Carlos Robert Moraes (2000 e 2002), e a discussão sobre bairro. Esta teve como fio condutor a vertente geográfica a partir dos trabalhos de Marcelo Lopes de Souza (1989) e de Maria Therezinha Segadas Soares (1987), e a vertente sociológica a partir de algumas considerações de Henri Lefebvre (1975), Certeau, Giard e Mayol (1997) e Antônio Candido (1987).

Com base nessa parte conceitual, procuramos direcionar o estudo empírico e o trabalho de campo, assim como tecer questões que pudessem orientar nossa investigação. Temos consciência que muitas delas ficaram em aberto, ou por sua complexidade, ou por limites desta pesquisa. Entretanto, articulando com o trabalho de campo desenvolvido, vamos agora arriscar a apontar algumas respostas para as seguintes indagações:

1) O bairro pode ser entendido como um território, no sentido do domínio e controle por sua população? 2) Alguns bairros poderiam ser caracterizados como territórios e outros não? 3) A configuração espacial e paisagem do bairro são condicionantes do comportamento cultural da sua população? 4) Quais seriam os elementos caracterizadores do bairro? 5) O bairro ainda é uma categoria de análise importante da cidade? 6) O Caju se constituiu como bairro apenas no sentido administrativo ou há de fato uma identidade sócio-espacial que permite essa classificação? 7) A idéia de complexo substitui a noção de bairro em espaços de pobreza? 8) O Caju é um bairro formado por várias comunidades/favelas, ou cada uma dessas unidades poderia ser considerada como um bairro? 9) O que daria uma referência e unidade ao Caju como bairro, sua área central e seus espaços públicos, tão reduzidos, ou o conjunto de seus equipamentos ali materializados ao longo de sua história no contexto da cidade carioca?

As cinco primeiras questões referem-se especialmente a discussão de bairro e sua contemporaneidade como categoria de entendimento da cidade. As outras quatro procuram refletir sobre o Caju, como bairro e sua singularidade na metrópole carioca.

A partir da literatura discutida aqui e da convivência na área, foi possível perceber a importância do bairro no contexto da cidade. O bairro ainda continua sendo uma categoria fundamental para o entendimento do urbano,

entretanto sua concepção não pode estar desconectada da história da cidade, ou seja, não é uma unidade exclusivamente autônoma e sim uma autonomia relativa, conforme aponta Lefebvre (1975), vinculada à dinâmica de sua urbe. Assim, o bairro só existe diante da cidade, não podendo ser pensado desvinculado dela, o que inclui refletir sobre sua relação e papel com a centralidade da cidade.

Os principais elementos caracterizadores do bairro, conforme indica Maria Therezinha Segadas Soares (1987) e Marcelo Souza (1989) são, a paisagem (tipos de casas, idade e estilo das construções, disposição das ruas), o sítio (lugar onde se implantou), o conteúdo social (modo de vida) sua funcionalidade no conjunto da cidade (residência, produção, comércio, administração). Assim, o bairro, qualquer bairro, seria constituído tanto por uma dimensão objetiva quanto subjetiva, sendo, simultaneamente, uma realidade objetiva e subjetiva/intersubjetiva, dimensões que se interpenetram e se condicionam ao longo do processo histórico.

Como assinala Marcelo Souza (1989), não apenas o bairro se estabelece com uma dialética entre objetivo e subjetivo, mas a realidade social como um todo. No entanto, o bairro pertence àquela categoria de pedaços da realidade social que possuem uma identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo. O bairro possui uma identidade intersubjetivamente aceita pelos seus moradores e pelos moradores dos outros bairros da cidade, ainda que com variações. Ao mesmo tempo, o bairro possui uma dimensão material dada por sua paisagem, pelo seu sítio, pelo conteúdo social e por sua função dentro da cidade, conforme já apontado anteriormente, com base em Maria Therezinha Segadas Soares (1987).

Relacionado às idéias de lugar, de contigüidade territorial e prática cotidiana, por Certau e Mayol, e de pertencimento por Antônio Candido, o bairro, independente de seu tamanho e localização, reflete, mesmo que com intensidades diferenciadas essas características. E só pode ser apreendido, conforme Lefebvre, a partir da perspectiva histórica, tendo em vista a cidade como totalidade.

Nesse sentido a configuração espacial do bairro e suas características morfológicas, são condicionantes do comportamento cultural de sua população, mas ao mesmo tempo são produtos de atuação da população e dos setores

públicos e privados. Isso pode ser percebido a partir dos mapas mentais das crianças do Caju, que apresentaram esse processo dialético entre o observador e o meio, característico das imagens dos lugares, como bem assinala Kevin Lynch, 2004.

O Caju, assim, se constitui atualmente como um bairro não apenas no sentido administrativo, mas também com uma identidade sócio-espacial, dada por seu conjunto de formas espaciais e pelas características econômico-culturais de sua população. A idéia de Complexo do Caju não surge a partir da população local que não reconhece o bairro nessa concepção, e sim a partir da administração municipal, que embora possua um discurso de integração à cidade acaba segmentando suas partes pobres.

A terceira parte desta dissertação buscou apresentar essa realidade, pobre e excludente do Caju, investigando as comunidades que constituem o bairro e apontado sua amarga condição social. Não é demais lembrar, ainda, minha participação cotidiana durante 26 anos no bairro como representante do poder público, em uma escola municipal. Ao exercer o cargo de diretora geral da Escola Laura-Sylvia, durante 16 anos, acabei me envolvendo com a história do bairro e conhecendo líderes comunitários que me permitiram desvelar a vida no Caju. Entretanto, o tema Caju, para mim ainda não se esgotou, principalmente a análise da vida e dinâmica das comunidades do bairro neste século, tarefa que pretendemos dar continuidade nos próximos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Aforamentos: Inventário Sumário. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura Turismo Esporte, Dep. Geral, 1987.

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRIO, 1997.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício. **Pequena História da Formação Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Graal.1981.

AMADOR Elmo da Silva. **Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza**. Rio de Janeiro: Reproarte Gráfica e Editora Ltda .1997.

ANDRADE, Maria Isabel de Toledo. Direitos de Propriedade e Renda Pessoal: um estudo de caso das Comunidades do Caju. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 261-274, dez. 2006.

ARIÈS, Philippe. **Historia da Morte no Ocidente**.Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BARREIROS, E. C. **Atlas da Evolução Urbana da Cidade do Rio do Janeiro. Ensaio 1565 – 1965**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1965.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. Pescadores da Ponta do Caju. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,1958.

BERNARDES, Lysia M. C. SOARES, Maria Terezinha de Segadas. **Rio de Janeiro: Cidade e Região**. Secretaria Municipal de Cultura: Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, 1987.

_____, e BRITO, Raquel S. **Pescadores da Ponta do Caju: aspectos da contribuição dos portugueses e espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara**. Lisboa Terceiro Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros,1957. Actas, Volume 1. 1959.

_____. M. C. Evolução da Paisagem Urbana do Rio de Janeiro até o início do Século XX. **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela–Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. **ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.) Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annalles 1929- 1989. A revolução da Francesa**

da Historografia. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

BRAUDEL Fernand. **História e Ciências Sociais** Lisboa: Editorial Provença, 1982.

_____. **Escritos sobre a História.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart. **História dos Bairros Saúde, Gamboa, Santo Cristo.** Rio de Janeiro: Editora Index, 1987.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CARMO, Maria Escarlete do. **Estudo de Caso da Central de Separação de Reciclados da Cidade do Rio de Janeiro. Significados do lixo, do cooperativismo e do engajamento no trabalho.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CAVALCANTI, Nereu. **O Rio de Janeiro setecentista : a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano, 2. morar, cozinhar.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CEZAR, Paulo Basto (org). **A Praça Mauá na Memória do Rio de Janeiro.** São Paulo: João Fortes Engenharia Editora Libris, 1989.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Conformismo e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Cultura e democracia.** São Paulo: Cortez, 1993.

COARACY, Vivaldo. **Memória da Cidade do Rio de Janeiro.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada Editora da Universidade de São Paulo. 1988.

COSTA, Nelson. Santa Casa da Misericórdia. **Rio de ontem e de hoje.** Rio de Janeiro: Leo Editora, 1958.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano.** São Paulo: Princípios, 1989.

CRULS, Gastão. **Aparências do Rio de Janeiro.** vol 1 e 2. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora, 1965.

DAMASCENO, Ângela N. **Os miasmas, os médicos e a relação homem-natureza na cidade do Rio de Janeiro,** Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil, 1993. *Orientador:* Mauricio de Almeida Abreu.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & A Rua espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ECO, Umberto. **A estrutura ausente,** São Paulo: Perspectiva, 1991.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

- ENGELS, Friedrich. **Anti- Dühring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice- Reis (1763 –1808)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.
- FAVELAS CARIOCAS: **Índice de qualidade urbana**. IplanRIO- Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 1996.
- FAZENDA, José Vieira. **A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1902.
- _____. **Os provedores da Santa Casa de Misericórdia da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comércio, 1912.
- FILHO, Adolfo Morales de Los Rios. **O Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: Topbooks Universidade Editora, 2 ed., 2000.
- FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em Nome do Rei – Uma História Fundiária da Idade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.
- GALVÃO, Alexandre P. (et. al.) Cocco (org.). **A cidade estratégica: novas e velhas práticas no planejamento do Rio de Janeiro: a impostura do Porto de Sepetiba**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.
- GERSON, Brasil. **Historia das Ruas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: editora Lacerda, 5ª ed., 2000.
- HARVEY, David. **Condição Pós- Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 26ª ed., 2004.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário da Língua Portuguesa**, 2000.
- IPP-PCRJ. **Coleção Rio Estudos da Cidade: Recuperação e Revitalização da Região Portuária**. Rio Estudos, nº 99, abril, 2003.
- IPPPCRJ. **Cidade Coleção Rio Estudos da. Novas Técnicas do Plano Estratégico. Região Centro**. Rio Estudos, nº.95, março 2003.
- IPP-PCRJ. **Coleção Rio Estudos da Cidade: Recuperação e Revitalização da Região Portuária**. Rio Estudos, n.95º, abril, 2003.
- JUNIOR Donato Mello. **Rio de Janeiro: Planos, Plantas e Aparência**. Rio de Janeiro: Edição Galeria de Artes do Centro Empresarial Rio, 1988.
- KESSEL, Carlos. **A Vitrine e o Espelho – O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio**. Coleção Memória Carioca, Vol. 2, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

KLINGER, Nair. **São Cristovão Bairro dos Contrastes**. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Patrimônio Cultural. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1991.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu Niemeyer. **Dos Trapiches ao Porto**, Rio de Janeiro: Editora Biblioteca Carioca. 1991.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 1974.

LEFBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1975.

LESSA, Carlos. **O Rio de Todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LOBO Eulália Maria Lahmeyer, **História do Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)**. vol 1 e 2, Rio de Janeiro: Publicação IBMEC 1978.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e parte Meridional do Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1975.

MACEDO, Roberto. **A cidade do Rio de Janeiro Fundação e Primeiros Governantes 1565-1763** (Depoimentos e Documentos) Departamento Administrativo do Pessoal Civil – 1967 p.13, 14.

MUSEU DA LIMPEZA URBANA. (Boletim Casa de Banhos D. João VI), Rio de Janeiro, setembro 1997.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

_____. Introdução. **As bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000, p.15-27.

OLIVEIRA, Adilson de (Coord.). **Pobreza Energética - Complexo do Caju**. IE/UFRJ, (World Energy Assessment, 2000), Banco Mundial, Conselho Mundial de Energia, Maio 2005.

OLIVEIRA, Marcio de. **Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado – Pós-graduação em geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

PARISSE, Lucien. **Favelas do Rio de Janeiro: evolução – sentido**. Rio de Janeiro: Caderno do CENPHA nº 5, 1999.

PDGB - Programa de Despoluição da Baía de Guanabara. **Subprojeto de Educação Ambiental: curso de capacitação dos Professores da Rede Estadual de Educação**, Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

PHILO, Chris, História, Geografia, e o mistério ainda maior da geografia histórica. **Gregory, D. Martim. Smith, G. (orgs.)** Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

QUINTILIANO Aylton, **A Guerra dos Tamoios**, Rio de Janeiro: Editora Relume Dumaré, 2003.

RAMOS, Aluísio Wellichan. **Fragmentação do espaço na cidade de São Paulo: espacialidades diversas do bairro da Água Branca**. Orientadora: Margarida Maria de Andrade. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia, FFLCH), Universidade de São Paulo.

RABHA, Nina Maria de Carvalho (org). **Porto do Rio de Janeiro Construindo a Modernidade**, Rio de Janeiro: Andréia Jakbson Estúdio Editorial. Ltda, 2004.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa, Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos Mortos na Cidade dos Vivos**. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca Carioca, 1997.

RODRIGUES, José Carlos. **O tabu da morte**. Rio de Janeiro, Achiamé, 1989.

ROJAS Carlos Antonio Aguirre, **Tempo Duração e Civilização - Percursos Braudelianos**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. **História geral da medicina brasileira**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991.

SANTOS Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**, São Paulo: Record, 2003.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec. 1988.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1978.

_____. **O Espaço Cidadão**. S.Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS Noronha, **Meios de Transportes no Rio de Janeiro**. vol 1 Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 2ª edição, 1996.

SILVA, Maria Laís Pereira da. **Favelas Cariocas 1930-1964**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005.

SOUSA, Antonio Candido Mello e. **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

SOJA, Edward (1989) **História: Geografia: Modernidade Geografias Pós Modernas. A reafirmação de Espaço na teoria Social Crítica.** Rio de Janeiro Jorge Zahar Editor, 1990.

SOUZA, Marcelo Lopes. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, 51(2). Rio de Janeiro, 1989, pp. 139-172.

STROHEAECKER, Tânia Marques; SOUZA, Célia Ferraz de. **A localização industrial intra-urbana: evolução e tendências.** Revista Brasileira Geografia. Rio de Janeiro: 1990.

VALLA, Victor Vicentent. **Educação, Saúde e Cidadania.** Petrópolis: Vozes 1994

VALLADARES, Lícia do Prado, MEDEIROS, Lúcia. **Pensando as favelas do Rio de Janeiro 1906 a 2000: uma bibliografia analítica.** Rio de Janeiro/FAPERJ/Redume Dumare, 2003.

VALLADARES, Lícia do Prado **A gênese da favela Carioca. A produção anterior às ciências sociais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, oct. 2000 vol 15, nº44, São Paulo, 2000, p.05-34.

VERRISSIMO Francisco (org) **Vida Urbana. A revolução do cotidiano da cidade brasileira.** Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S.A, 2001.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZARUR, Dahas Chade. **História da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Gráfica Itambé, 1979.

_____. **Histórico dos cemitérios da Santa Casa.** Rio de Janeiro: Gráfica Itambé, 1978.

Documentos levantados – Arquivo Nacional e Arquivo da Cidade:

AHU, RJ, Avulsos, Cx. 1, doc. 41. Carta de 28 de fevereiro de 1634.

AHU, RJ, Avulsos, Cx. 1, doc. 35. (sem data)

AHU, RJ, Avulsos, Cx. 1, doc. 41.

AHU, RJ, Avulsos, Cx. 2, doc. 55.

ANRJ, Cód. 77, vol. 12, fls. 74-75.

ANRJ, Cód. 77, vol. 14, fls 272-274v. Carta de 5 de maio de 1704.

ANRJ, Cód. 952, vol. 15, fl. 201.

ANRJ, Cód. 952, vol. 17, fl. 416. Carta de 21 de novembro de 1709.

ANRJ, Cód. 952, vol. 2, fl. 23. Carta régia de 5 de junho de 1677.

ANRJ, Cód. 77, vol. 14, fls. 318v-319.

ACRJ RJ, Avulsos, Cx. 18, doc. 69. Consulta de 6 de Novembro de 1724.

ACRJ, Avulsos, Cx. 19, doc. 73. Carta de 25 de julho de 1727.

Outros Documentos

Typ. Episcopal de Antonio Gonçalves e Cia, 1868, São Cristovão 420 anos de Historia, Secretaria Municipal e Cultura Departamento de Patrimônio Cultural - Atuação 1985.

Jornal O Globo, 10 de março de 2004.

Censo Demográfico do IBGE, 2000.

FIRJAN - Programa Interação Empresa Comunidade para o Desenvolvimento Local. Pesquisa sócio-econômica das comunidades de baixa renda do Caju. Conselho Empresarial de Responsabilidade Social do Sistema FIRJAN, 2002.

Programa de Despoluição da Baía da Guanabara - Toponímias - Capacitação em Educação para gestão Ambiental-Subprojeto de Educação Ambiental. CEPURERJ- 1996- modulo 1, p. 7)

ANEXOS

ANEXO 1

DEPOIMENTO RECOLHIDO DE FRANCISCO CHAGAS e MANUEL RODRIGUES

Entrevista Realizada no dia 25/01/2003

Francisco Chagas, 54 anos, e Manuel Rodrigues 56, são cariocas, pescadores, filhos de pescadores, moram no Caju, onde há mais de 80 anos foi fundada a primeira colônia de pesca do Rio de Janeiro. Conhecem as dificuldades da atividade, agravadas hoje pela degradação da Baía de Guanabara e – garantem – pelo fechamento do Mercado da Praça XV, que acarretou aumento de custo para os produtores. Com 14 anos Francisco já conhecia os segredos da pesca. “Cada dia que a gente está dentro da água, está aprendendo mais”, conta. Desiludido com a atividade Manuel entrou para a Marinha, mas sentiu saudades da liberdade de trabalhar de calção, sem patrão e sem horário. Voltou à pesca. Conscientes, conhecem bem a história do Caju e o processo de degradação por que passou o bairro e toda a região. Nesta entrevista, falam da rotina do trabalho no mar e sobre todo o bairro do Caju nos dias atuais.

Pergunta – Qual é a historia da Colônia do Caju?

Francisco – Era a maior colônia de pescadores do Brasil. No bairro nasceram os maiores armadores. Os primeiros pescadores vieram com os portugueses.

Manuel – Eles trouxeram para cá a tecnologia da pesca. Aqui era feita a pesca antiga, a pesca artesanal.

Francisco – É a pesca de traineira, que usa a rede de cerco para a sardinha. As pessoas chamam o barco de traineira, mas a traineira que a gente conhece é a que tem a rede de cerco, que fica boiando, cheia de cortiça. É o que captura o peixe.

Manuel – A rede vem, bota o cardume dentro, faz o cerco. Na medida em que fecha o cerco, vai apertando o peixe por baixo, vai secando até o ponto que ele fica paradinho, juntinho, para botar dentro do barco. É uma rede usada até para barcos oceânicos.

Francisco – A pesca antiga só existe dentro da barra, fora da barra não

existe mais. A tecnologia lá fora é outra.

Pergunta – Vocês pescam dentro da barra, na Baía?

Manuel – Dentro da Barra. Mas se anda a Baía toda: Ilha do Governador, Niterói, Magé.

Francisco – Tanto nós andamos a Baía toda, como o pessoal de Jurujuba, Magé, Ilha do Governador também circula.

Manuel – Todos os pescadores se conhecem lá no mar. Quando saímos, percorremos toda a parte navegável da Baía. Vamos onde o peixe está. No mar, ele se movimenta para vários lados.

Pergunta – Há divergência entre vocês e os pescadores de outras colônias?

Francisco – Não, pelo contrario. Às vezes, tem uma grande quantidade de peixe, que a gente não consegue trazer, e chama os outros para dividir.

Pergunta – Como a poluição influi na pesca? O estoque de pescado diminuiu?

Manuel – Quando acontece derramamento de petróleo a pesca tem que parar. Porque não adianta capturar o peixe se ninguém vai comprar. Principalmente quando é noticiado pelo jornal e televisão. Mas as pessoas logo esquecem e voltam a comprar o peixe. O pior da degradação acontece no fundo da Baía, tem muitos obstáculos, muitos sacos plásticos, muitos objetos que assoreiam. O fundo do mar precisa respirar. Não sou biólogo, mas o plástico tampa, e tampando, o peixe não fica ali porque ele marisca no fundo do mar, come aqueles orgânicos que estão ali. Estando morto, o peixe some. A produção está pequena por isso, pela poluição no fundo da Baía.

Pergunta – Quando você começou a pescar, como era?

Francisco – Se vivia bem. Ganhava-se mais no mar que em terra. Por isso eu não quis arrumar emprego na terra. Com 18 anos já tive minha embarcação. Tinha nove empregados. Hoje não tenho nenhum. Eu tinha companheiro nas traineiras. Nós tínhamos uma média de umas 150 traineiras no Caju. Hoje a gente tem quatro. Uns foram morrendo, outros foram embora, os armadores não tinham condição de investir, o governo não deu apoio. E foi tudo acabando.

Manuel – Onde tem hoje o cais novo do Caju, quando a gente era garoto se pegava camarão ali mesmo. Não precisava nem sair dali. O cais do Porto

vinha até a Rodoviária. A gente tomava banho de mar na praia ali.

Francisco – No Caju era assim; corria, não achava um papel, a água era clarinha. De cima do varal, com uma fígada, matava o robalo.

Manuel – O Brasil precisava desenvolver. Mas o desenvolvimento mal planejado é que matou o Caju. Porque o bairro não é aquilo que se vê hoje. O Governo deu a área para a Ishibrás fazer o estaleiro, começou a acabar com a pesca no Caju. Começou a fechar a gente ali. Hoje é um saco, é uma enseada onde o mar não circula.

Francisco – Eles falam em poluição porque tem lixo. Mas não é só lixo. Saindo do Caju, na ponta da Ilha de Bom Jesus, vai se ver o que é poluição. Aquela água que sai de dentro do canal do Cunha é igual a pororoca do rio Amazonas, que não se mistura. Da ponta da saída do Caju se vê a diferença da água. Aqui é preta, é água de sabão, aquela química que vem do Hospital São Sebastião, do Rio Faria Timbó, do esgoto de cemitério.

Manuel – A Ishikawagima teve época de ter até nove mil funcionários. O esgoto dela sempre foi largado na ponta do cais in natura, sem tratamento. Tanto é que quando se sai de barco já se começa a sentir o cheiro da água de esgoto. Aquilo é que também foi matando o Caju. Na medida em que a maré vinha, empurrava toda aquela água do mar para dentro do bairro. O canal do Cunha está bloqueado, assoreado, a água não consegue fazer o ciclo natural que fazia. Na Vila do João aterraram o manguezal para fazer a Vila. Ali dava muito caranguejo. Aconteceu que a lama do Mangue vai para dentro do Canal. A água não circula mais com a mesma velocidade de antes, há trinta anos .

Pergunta – Quais são as perspectivas para o futuro?

Francisco – Eu acho que se não houver um incentivo, um estudo melhor vai acabar a pesca na Baía. Porque o produto não pode vender direto para o consumidor, como fazia antigamente na Praça XV. Não temos subsídios para o óleo diesel, que consome muito. O pescador faz uma faixa de salário imaginativo porque depende da captura que ele faz para poder viver. E se ele não tem como botar no mercado vai jogar o peixe fora, vai estragar ou dar para alguém comer.

Pergunta – E o bairro, sofreu muito a degradação?

Manuel – Sofreu. Era um bairro só de pescadores, hoje é difícil ver um.

Francisco – O Caju era tipo uma cidade de interior. Todos se conheciam.

Hoje inchou tanto com gente estranha que as famílias de pescadores foram saindo para outros lugares.

Manuel – Antes a gente dizia: aquele barraco é do dono do barco tal. O nome Quinta do Caju é porque ali ficava a Quinta do Imperador.

Pergunta – Os pescadores ainda mantêm a tradição de festejar o Dia de São Pedro?

Francisco – No dia 29 de junho é festejado o dia de São Pedro padroeiro dos pescadores. A procissão aqui no Caju era a coisa mais linda do mundo, várias famílias participavam levando os seus santos todos enfeitados para participarem da procissão. Ela era realizada de noite, e as velas carregadas pelos fiéis, iluminavam a rua. Era muito botina, parecia uma cobra de fogo. Há alguns anos atrás, teve um tiroteio durante a procissão, e por isso, hoje em dia a procissão acontece durante o dia, e quase ninguém mais participa. Só algumas pessoas levam a imagem de São Pedro da Quinta do Caju até a Capela de São Pedro na Rua Carlos Seild. Outro motivo de não acontecer mais a procissão como antigamente, é o fato que para carregar o andor dos santos as moças tinham que ser virgem . Ah! Ah! Ah!

Pergunta – Quantas colônias de pescadores a Baía tem ?

Manuel – Quatro: Caju (Z12), Amos (Z11), Magé (Z9), Niterói (Z8)

Pergunta - Vocês conhecem o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara?

Francisco – Conheço, mas ele não mudou em nada a situação do pescador nem da Baía de Guanabara. O governo gastou muito dinheiro isso também eu sei.

Pergunta – Vocês pensam em abandonar a pesca?

Manuel – O pescador que sai da vida de pesca, onde pode andar de short, vai para dentro de uma empresa, já se sente um peixe fora d'água... isso causa mal ao interior dele. Ele foi criado numa filosofia diferente. Na pesca ele tem liberdade, é dono dele e dono do que ele faz. Tirar o pescador do mar de estalo, ele sente muito. Quando garoto, terminei o ginásio e fui pescar. Era um garotão usava cordão de ouro. A pesca me dava esse conforto. Saí da pesca, fiz prova para Marinha Mercante. Fui viajar. Na escola já comecei a sentir a diferença de liberdade. Disciplina, horário para entrar, horário para sair, horário para dormir. Fui me acostumando, mas depois voltei para a pesca.

Francisco – Só vou sair da pesca para o Cemitério do Caju.

ANEXO 2

COMO NASCE UMA FAVELA (ASSENTAMENTO NO PARQUE ALEGRIA)

DEPOIMENTO RECOLHIDO NA COOPERATIVA ARCO ÍRIS, BAIRRO DO CAJU, EM 1993.

Noventa famílias estavam vivendo em condições absolutamente subumanas, em barracos, à beira da linha férrea no Caju, sem qualquer condição de higiene, onde não havia água, esgoto e iluminação.

À primeira vista, tínhamos pela frente um problema quase sem solução, dentro de uma cidade grande como o Rio de Janeiro. A situação social dessas famílias vinha se agravando, dia a dia, com o desmoronamento de barracos e o risco de descarrilamento de vagão de trens de minério de ferro, que passam carregados a todo instante ao lado dos barracos.

Em conversa informal com os vizinhos da linha férrea, passamos a examinar essa realidade mais a fundo, nos unimos e decidimos fazer uma manifestação para chamar a atenção das autoridades.

Então chamamos a imprensa, fechamos a Linha Vermelha, em protesto, e mostramos ao mundo nossa condição subumana de viver em barracos infestados de ratos e lacraias. Sem água, esgotos, sem esperanças...

Em 1992, recebemos a primeira promessa de ajuda da prefeitura, ajuda essa que não veio. A partir daí partimos para a luta, até alcançamos nossos objetivos.

A primeira etapa dessa luta aconteceu em 1994, com a ocupação de um terreno da prefeitura para forçar as autoridades a darem maior atenção ao nosso problema e uma solução adequada às condições de vida de cada um dos moradores dos barracos de cima da linha férrea no Caju.

Uma média de 500 famílias ocupou o terreno, fizemos barracos de plásticos pretos e lonas. Todos estavam cientes que caso a prefeitura se compromettesse em ceder um terreno, apenas para as 90 famílias de cima da linha férrea, abandonaríamos o terreno ocupado, pertencente à COMLURB, da prefeitura. Nos organizamos em uma comissão para estudar qual seria a melhor solução. A primeira proposta foi organizar um mutirão, onde houvesse gradativo processo de participação das famílias e de outras mais que viessem

se engajar no trabalho, ou seja, colocar em prática um projeto que iria melhorar a vida de todos.

Depois de várias reuniões, fizemos tratos com a prefeitura e encontramos uma saída: todas as famílias iriam permanecer no seu bairro de origem, o Caju. Havia uma área da prefeitura que ficou disponível e as 90 famílias agora faziam parte do Programa Favela-Bairro.

As 90 famílias beneficiadas pelo programa eram tão pobres que não poderiam ser enquadradas em nenhuma faixa de financiamento da CEF – Caixa Econômica Federal, pois não tinham como enfrentar as dívidas de construção tipo, COHAB, NOSSO TETO, HABITAT, etc... além disso estavam de tal modo marginalizadas que as dificuldades sempre aumentavam. Nesse quadro, como resolver o problema dessas famílias? A solução inicial teve um caráter de emergência. E nos foi apresentado o Projeto Favela-Bairro, proposta articulada pelo Srº Secretário Sergio Magalhães. Era o momento de mostramos que nós, juntos, somaríamos forças. E nos organizamos. Hoje o plano possível de urbanização prevê a alocação de muito mais famílias na área do Caju. A prefeitura cedeu o local para a construção das casas para as quais as famílias seriam transferidas. O começo foi problemático, pois se tratava de chegar ali e fazer habitações, tipo barraco de madeira. Isso contrariaria o espírito de nossa proposta, que visava uma discussão permanente, junto à comunidade, sobre a melhor maneira de construir casas. Além disso, a tarefa inicial era fazer com que nossas famílias saíssem de uma apatia aparente e comesçassem a viver, a se organizar coletivamente. E isso aconteceu só na medida quando nós pudemos debater questões práticas, que diziam respeito a alguma perspectiva de sobrevivência.

Assim passamos a conduzir as discussões para o projeto propriamente dito; sabíamos que a habitação era a emergência e que o motivo, talvez o fato mais importante estivesse no processo de conscientização, da organização coletiva, sem o qual seria impossível outras conquistas. Assembléias e reuniões foram etapas do processo. Discutimos com o líder da comunidade e conseguimos a participação sociedade, como a COMLURB, HABITA, SME – Secretaria Municipal de Educação, representada pela diretora da Escola Municipal Comandante Armando Pinna.

A habitação é uma questão sensível à sociedade. Ricos ou pobres, todos têm que morar, mas na paisagem brasileira pontilham as respostas para essa necessidade e o direito de todos. Apesar de demonstrar muita criatividade quando realizamos nossas obras, na maioria das vezes as construções apresentavam condições precárias de segurança física e conforto ambiental, além de problemas de saneamento, de acesso e serviços em geral, por estarem situadas em áreas desfavorecidas do contexto urbano.

No processo desenvolvido em parceria com a prefeitura, achamos o momento certo para discutirmos as diretrizes do projeto para geração de trabalho e renda. A reciclagem profissional está sendo incentivada por várias instituições, com COMLURB, FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, SMTB, SMH – Secretaria Municipal do Habitat, ocorrendo, com isso, profundas mudanças em vários níveis, redirecionando o desenvolvimento da mão-de-obra das pessoas de baixa renda.

Através de nossas lutas, percebemos a necessidade de criar estratégias viáveis e realistas, como por exemplo, ter nossa cooperativa de trabalho e um local para comercializar nossos produtos e mão de obra.

Vemos que alguns governantes se esforçaram, gastaram tempo e recursos em alguns projetos ilusórios. É necessário que o governo discuta com a comunidade quais as soluções mais adequadas, e, a partir desse entendimento, modificar para melhor, atender às necessidades dos mais carentes e do conjunto em geral.

Hoje após tantas lutas, colhemos os frutos e um desses foi a formação da Cooperativa Arco-Íris realizada em março/1996 e constituída em janeiro/1997. Hoje nossa Cooperativa representa a união de esforços de uma comunidade na busca de benefícios não possíveis de serem alcançados pelas pessoas individualmente.

ANEXO 3

PROGRAMA FAVELA-BAIRRO – REGULARIZAÇÃO E TITULAÇÃO DA FAVELA QUINTA DO CAJU

A) DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO IRREGULAR:

A Favela Quinta do Caju está localizada na Zona Norte do município do Rio de Janeiro, no Bairro denominado Bairro do Caju.

A concepção do trabalho de regularização fundiária foi iniciada em 1994, pela prefeitura. Nesta época, por se tratar de terras da União, a prefeitura começou a promover gestões junto à Gerência Regional de Patrimônio da União no Rio de Janeiro para formalização do contrato de cessão sob regime de aforamento.

No entanto, apenas entre os anos de 2003 e 2004, a regularização fundiária foi efetivamente implementada através do Programa Favela-Bairro.

O Programa Favela-Bairro, realizado pela prefeitura, promoveu a regularização urbanística da favela, enquanto a entrega de títulos jurídicos de reconhecimento da posse foi promovida pelo Programa do Ministério das Cidades denominado Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável – Papel Passado.

A favela ocupa área pública de 56.725,59m², abrangendo 843 famílias.

A área não contava com infra-estrutura urbana, antes do processo de regularização. Na verdade, a infra-estrutura só foi recebida através da urbanização efetuada pelo Programa Favela-Bairro.

B) PROCEDIMENTOS INSTITUÍDOS PELA LEGISLAÇÃO PARA CORREÇÃO DAS IRREGULARIDADES:

A iniciativa do projeto de regularização fundiária foi conjunta, pois partiu dos moradores e da prefeitura do Rio de Janeiro e da União.

A situação analisada é considerada o primeiro processo de regularização fundiária em terras da União, concluído no município. A ação foi desenvolvida a partir de 2003 com atuação conjunta do governo federal e prefeitura.

O processo foi iniciado com a aprovação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro da lei proposta pela prefeitura que reconheceu a Quinta do Caju como Área de Especial Interesse Social (AEIS), isto é, uma área definida com padrões especiais de urbanização para execução de projetos voltados para população de baixa renda. Sofreu urbanização pelo Programa Favela-Bairro e logo em seguida foi incluída no programa do Ministério das Cidades, denominado Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável – Papel Passado, coordenado pela Secretaria Nacional de Programa Urbano do Ministério das Cidades e executado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento. O programa federal permitiu o registro da área em cartório e na Secretaria do Patrimônio da União, favorecendo a individualização dos títulos dos lotes e sua transferência aos moradores.

Deste modo, percebe-se que a área sofreu a ação de dois programas de regularização, um de âmbito federal e outro de âmbito municipal.

Inicialmente a área sofreu a intervenção do Programa Favela-Bairro que possibilitou a urbanização e transformação numa área municipal regularizada. A partir desta ação, o local passou a ter uma legislação de uso e ocupação do solo, com parâmetros urbanos como qualquer outro bairro formal da cidade.

Pelo Programa Favela-Bairro, em 2004, a Quinta do Caju foi submetida a um minucioso reconhecimento de logradouros, elaborando gabaritos, cadastrando e medindo imóveis, culminando com a emissão de habite-se e cadastro no IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano. Por outro lado, a área sofreu a influência do programa federal papel passado, que possibilitou a regularização jurídica da área, através da atribuição dos títulos de propriedade aos moradores locais.

B.1) DESCRIÇÃO DO PROGRAMA FAVELA-BAIRRO, CUJAS CARACTERÍSTICAS INCIDIRAM NA FAVELA DA QUINTA DO CAJU:

Com a criação da SMH no ano de 1994, foi iniciada a função de coordenar a implantação da Política Habitacional do Município, que tinha como objetivo conciliar os direitos individuais e possibilidades coletivas de construção da cidade. Os recursos públicos, neste sentido, passaram a ser direcionados para ações próprias coletivas de infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos. É neste contexto que foi elaborado o Programa Favela-Bairro, direcionado para promover a integração das favelas ao tecido urbano (e social) formal.

A transformação de favelas em bairros se concretiza com a participação direta da população em intervenções simultâneas nos âmbitos físico-urbanístico e social, abrangendo:

- A construção e/ ou complementação da infra-estrutura urbana básica, com vistas a ampliar o acesso aos equipamentos e serviços de saúde, segurança e limpeza urbana.
- Introdução nas favelas de elementos urbanísticos capazes de conferir a cada assentamento o caráter de bairro.
- Inserção das favelas no processo de planejamento, com sua inserção na legislação urbanística, planos e programas da cidade, na cartografia oficial, cadastros e mecanismos de controle de uso e ocupação do solo, bem como sua inclusão na programação de manutenção dos serviços e equipamentos instalados.
- Implementação de ações de caráter social, com ênfase nos programas dedicados à infância, juventude e terceira idade, formação profissional, geração de emprego e renda, além de atividades esportivas, culturais e de lazer.

É importante salientar que todas as ações do programa contaram com uma reestruturação das Secretarias da Administração Municipal. No que tange à função do Desenvolvimento Urbano, a SMH conta com a cooperação das Secretarias de Obras e Serviços Públicos, Urbanismo e Meio Ambiente, além da Fundação Parques e Jardins e da COMLURB.

Já no que se refere às políticas sociais, a SMDS - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social foi encarregada da manutenção dos CEMASIS - Centros Municipais de Atendimento Social Integrado, parte integrante das atividades do Programa Favela-Bairro, no qual se congrega uma ampla oferta de serviços sociais que atendem a uma ampla faixa etária desde a primeira até a terceira idade.

As Secretarias de Educação e Cultura estendem às favelas a administração de equipamentos como creches e bibliotecas públicas.

A transformação de favela em bairro, operada pelo programa colocou em pauta de discussão a manutenção da qualificação espacial obtida. Neste sentido, foi feita uma parceria. Se por um lado o Poder Público assumiu o dever de urbanizar as favelas, integrando-as ao tecido urbano formal, por outro os moradores começaram a assumir o dever de participarem da manutenção das benfeitorias implantadas.

Desta forma foram criados os Postos de Orientação Urbanística e Social - POUOS, incorporados à estrutura da SMU – Secretaria Municipal de Urbanismo. Os Pousos são Postos de Orientação Urbanística e Social instalados nas comunidades em fase final de obra do Favela-Bairro. Estes POUOS são integrados por equipes de arquitetos, engenheiros, assistentes sociais e agentes comunitários.

A atuação destes Postos é baseada em um processo educativo que procura conscientizar a população sobre a necessidade de adotar um novo comportamento diante das transformações ocorridas no local. Neste sentido, os Postos devem mediar as relações entre o novo bairro e as instâncias administrativas responsáveis pela prestação de serviços urbanos, incluída a fiscalização sobre reformas e novas edificações.

Os POUOS, por meio da Coordenadoria de Orientação e Regularização Urbanística, tem a competência de desenvolver todo o processo de reconhecimento de logradouros definindo nome para as ruas, em conjunto com a população local, realizar mapeamentos temáticos que subsidiem a elaboração da legislação, propor legislação de uso e ocupação do solo, conceder habite-se, licenciar obras e exercer fiscalização.

Eles atuam orientando os moradores sobre a importância da preservação dos espaços públicos e dos equipamentos implantados. O Pouso também desenvolve uma legislação urbanística para as comunidades.

O objetivo deste órgão é apoiar a continuidade do processo integrador iniciado com as intervenções do programa, assegurando a presença do Poder Público nas comunidades, articulando com órgãos responsáveis pelo reconhecimento de lixo, instalação e manutenção da rede elétrica, fornecimento de água e outros serviços públicos.

Além disto, a equipe do Pouso deve orientar novas construções ou ampliações para evitar que sejam feitas em áreas públicas ou em locais de risco, mantendo assim o alinhamento das ruas. Este trabalho visa impedir o crescimento da favela e o surgimento das invasões.

O programa de regularização foi previsto em Plano Diretor. Nos termos do artigo 58 do Plano Diretor, as favelas serão objeto de estruturação e regularização pelo Poder Público, através de ações de regularização fundiária, urbanização e integração na malha urbana. De acordo com o parágrafo §2º estas áreas poderão ser declaradas AEIS.

Por sua vez, o artigo 105, parágrafo §3º previu as AEIS como espaços da cidade perfeitamente delimitados sobrepostos em uma ou mais Zonas, que serão submetidos a regime urbanístico específico, relativo a formas de controle que prevalecerão sobre os controles definidos para a Zona ou as Zonas que as contém.

No processo de delimitação das AEIS o plano prevê a participação popular na delimitação das mesmas, através de audiências públicas com a população local.

O Plano Diretor determina no artigo 141 que Lei de iniciativa do Poder Executivo delimitará como AEIS os imóveis públicos ou privados necessários à implantação de programas habitacionais e os ocupados por favelas. Isto porque, o inciso I deste mesmo dispositivo legal prevê que a declaração de especial interesse social é condição para a inclusão de determinada área no programa de urbanização e regularização de favelas, previsto no artigo 146.

O artigo 138, III estabeleceu como objetivo da política habitacional a urbanização e regularização fundiária de favelas e de loteamentos de baixa

renda. Um dos instrumentos básicos para realizar esta política, de acordo com o artigo 140, é a declaração e delimitação das AEIS.

O artigo 146, inciso I previu como programa prioritário da política habitacional do município o programa de urbanização e regularização fundiária de favelas.

Os artigos 147 a 155 tratam especificamente do Programa de Urbanização e Regularização Fundiária de Favelas. Definem o sentido de favela, regulam as formas de intervenção que o programa promoverá, bem como as etapas que envolverão a urbanização.

O artigo 149 previu uma importante diretriz, a qual foi incorporada expressamente ao Programa Favela-Bairro. Nos termos deste dispositivo legal, as favelas integrarão o processo de planejamento da cidade, constando nos mapas, cadastros, planos, projetos e legislação relativos ao controle do uso e ocupação do solo e da programação de atividades de manutenção dos serviços e conservação dos equipamentos nelas instalados.

Além do Plano Diretor, o Programa foi regulamentado por Lei Específica, editada pelo Poder Executivo que criou as AEIS.

A Lei nº 2616 de 16/10/1998 declarou como de Especial Interesse Social para fins de regularização as áreas que menciona em seu anexo, dentre elas a Quinta do Caju, bem como estabeleceu os respectivos padrões de urbanização, nos termos do parágrafo 1º do art. 141 da Lei Complementar nº 16, de 04/06/1992 (Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro).

A gleba de 56.725, 59m² foi definida como AEIS e abrangeu 843 famílias. A renda média da população atingida está em torno de três salários mínimos.

A AEIS é considerada um instrumento integrante da Política Habitacional do Município.

Nos termos da Lei 2616, a área foi demarcada em função do acesso à infra-estrutura urbana. O artigo 3º da Lei nº 2616/1998 dispõe que as AEIS serão declaradas respeitando os seguintes padrões de urbanização, parcelamento da terra, uso e ocupação do solo: I - sistema viário e de circulação, com padrão mínimo de acessos às moradias, compreendendo ruas, vielas, escadarias e passagens; II - condições satisfatórias de esgotamento pluvial, de esgotamento sanitário e de abastecimento de água potável; III -

dimensões do lote mínimo definidas em função da especificidade da ocupação já existente e de condições de segurança e higiene; IV - uso predominante residencial.

As AEIS são monitoradas por Conselhos, através do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro, PROAP.

Tanto o tamanho do lote máximo quanto do mínimo é definido no plano de urbanização que deve ser aprovado, sendo por vezes comum coincidir com a projeção da edificação.

Os lotes nas AEIS admitem uso misto.

Vale a pena ressaltar a participação popular realizada através de Assembléias na comunidade, reuniões técnicas, visitas de agentes de participação comunitária e entrega de material didático.

No que toca às formas de financiamento do programa, a favela foi regularizada com recursos oriundos do Programa Favela-Bairro.

Quando o programa foi lançado em 1994, no âmbito da SMH, foram utilizados recursos próprios, incluindo a equipe técnica envolvida, abrangendo 15 favelas.

Em novembro do ano seguinte (1995) foi firmado o primeiro contrato de financiamento com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de 246 milhões de reais para execução do programa de urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro - PROAP-RIO, que abrange tanto o Favela-Bairro, que tem o número de áreas de atuação ampliado para 90, como o Programa Morar Legal.

O segundo contrato de empréstimo, no valor de 324 milhões de reais, celebrado em 2000, não só assegurou a continuidade ao Favela-Bairro, como incorporou novas áreas de intervenção.

Durante o processo de regularização a Defensoria Pública promoveu assistência jurídica para a população local.

C) REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA:

O loteamento foi regularizado com base no plano urbanístico. Neste caso, o plano foi realizado para aprovação do projeto de alinhamento e

loteamento, reconhecimento de logradouros, edição da legislação de uso e ocupação e emissão de certidão de habite-se.

D) INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO:

Foi escolhido, como título adequado para promover a regularização da área, a compra e venda. Neste caso, os adquirentes receberam o Termo de compra e venda do imóvel de cada lote que já estava devidamente individualizado no Cartório de Registro de Imóveis. Logo em seguida, estes termos foram registrados na Gerência Regional de Patrimônio da União/RJ.

É interessante ressaltar como foi o acordo celebrado entre a Secretaria do Patrimônio da União - SPU/RJ e o município do Rio de Janeiro para promoção do programa de regularização fundiária.

A União transferiu por cessão (aforamento) os terrenos de Marinha para o município do Rio de Janeiro. Esta transferência foi realizada de forma gratuita, com o encargo de o município efetuar as obras de urbanização. Ao terminar estas obras, o ente municipal se comprometeu a transferir as áreas individualizadas para os ocupantes.

Neste momento, a SPU elaborou certidões sobre a situação fiscal dos moradores, permitindo que os mesmos celebrem termo de compra e venda do imóvel junto ao município.

De posse deste termo os moradores dirigem-se aos Cartórios para registrarem suas propriedades, transferindo os lotes de forma individualizada. Até o mês de janeiro de 2005, foram registrados 36 títulos.

Depois de 60 dias após o registro ter sido efetuado no Cartório, os ocupantes deverão dirigir-se à SPU para regularizarem sua situação junto a este órgão, atestando a modificação da titularidade do bem, anteriormente pertencente à União. (Os moradores ainda estavam realizando este processo, durante o mês de janeiro de 2005). Ao entrar em contato com a SPU, o órgão não tinha contabilizado a quantidade de títulos registrados, pois o processo estava iniciando, no mês de janeiro deste ano.

E) REGISTRO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS:

Até o mês de fevereiro de 2005, os títulos estavam em processo de registro, conforme descrito no item anterior. Foi necessária a promoção de abertura de matrículas no Cartório de Registro de Imóveis.

Os títulos foram registrados em nome do titular do cadastro na SPU/RJ e/ou analisados caso a caso, sendo que não houve preferência para o registro de títulos em nome das mulheres.

F) RESULTADOS (pós-regularização) – COMPATIBILIDADE ENTRE A PREVISÃO DA LEGISLAÇÃO E O QUE EFETIVAMENTE FOI CONCRETIZADO:

Este estágio do processo para a Favela do Caju ainda está em andamento. No entanto, foi afirmado pelas responsáveis pela Gerência Técnica da Coordenadoria de Programas Especiais da Prefeitura do Rio de Janeiro que houve integração das áreas regularizadas nos sistemas de gestão municipal. Além disto, houve manutenção da infra-estrutura implementada, no que toca à cobrança do IPTU, manutenção de áreas públicas, transportes, educação, cultura, saúde, policiamento, gerenciamento de riscos e sistema de gestão participativa.

G) IMPACTOS DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO:

Foram promovidas no Bairro da Quinta do Caju ações sociais, econômicas, ambientais, de trabalho e renda no âmbito do Programa Favela-Bairro.

Com relação ao mercado imobiliário e no que toca ao valor da terra as ações de regularização não produziram efeitos.

A área foi inserida em cadastro Oficial.

H) DADOS QUANTITATIVOS – RESULTADOS DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO:

No que toca às ações de regularização fundiária, já estavam no local, e permaneceram, 843 famílias. Foram entregues 96 títulos de propriedade e até o mês de janeiro de 2005 registrados em Cartório 36 títulos.

ANEXO 4**IDADE DOS CEMITÉRIOS**

Dos 20 cemitérios que a cidade do Rio de Janeiro possui em seu território, 13 são do município, administrados pela concessionária Santa Casa de Misericórdia e os restantes são particulares, sob regime de permissão.

CEMITÉRIO E ANO DE FUNDAÇÃO	ÁREA (M²)
São Francisco Xavier, 1851.	670.000
São João Batista, 1851.	280.000
Irajá, 1895.	140.000
Inhaúma, 1901.	220.000
Ricardo de Albuquerque, 1930.	136.000
Campo Grande, 1896.	53.000
Santa Cruz, 1895.	41.000
Realengo, 1901.	64.000
Ilha do Governador, 1904.	57.000
Jacarepaguá, 1904.	53.000
Guaratiba, 1904.	30.000
Paquetá, 1897.	22.000
Piabas, 1933.	1.300

Cemitérios Particulares, sob permissão:**Tradicional**

Cemitérios e ano e fundação	QDTE
Catumbi-Venerável Ordem 3ª de São Francisco de Paula,1849	8.000
Venerável Ordem 3ª de São Francisco da Penitência,1858.	3.000
British Burial Fund – Cemitério dos Ingleses, 1808.	2.000
Comunal Israelita do Rio de Janeiro,1956.	5.900

Tradicional com Vertical

Venerável Ordem 3ª do Monte do Carmo, tradicional e vertical (4.000+8.000), 1888/1999	12.000
---	--------

Parques:

Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Jardim da Saudade Sulacap, 1969.	46.000
Irmandade de Santa Cruz dos Militares - Jardim da Saudade Paciência, 1989.	16.000

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)